

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

ano 50 — Série VII — N.º 372
26 de Fevereiro de 1981

Preço: 15\$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. — R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 — Telex 18390

Composição e impressão — Heska Portuguesa

Distribuição — CDL, R. Pedro Nunes, — 1000 Lisboa

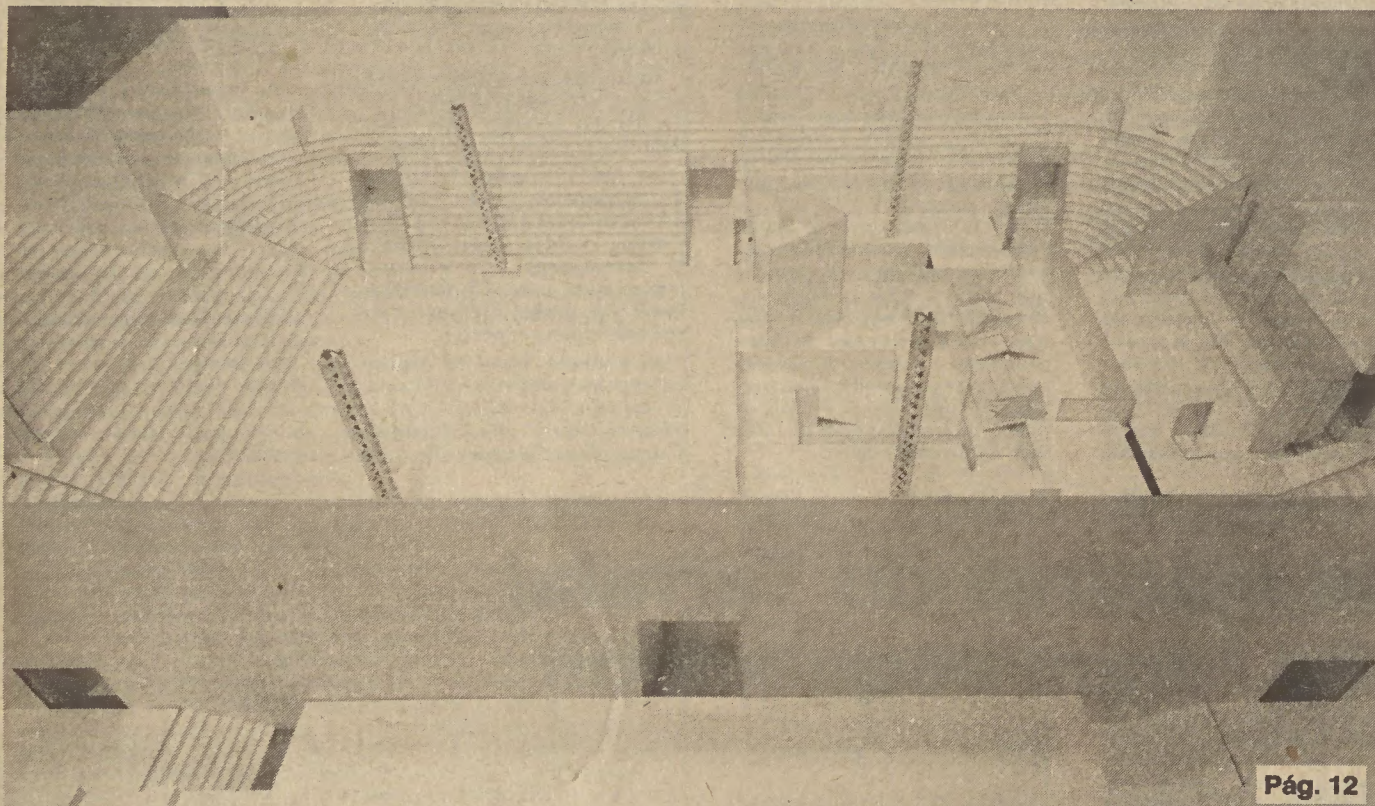
Iniciativas em todo o país assinalam o 60.º aniversário do PCP

Págs. centrais



As fotos referem-se às Assembleias das organizações do Partido na Azambuja (com o camarada Martins Coelho no uso da palavra) e das Artes e Letras de Lisboa. Mas são apenas dois exemplos das muitas que se têm realizado e continuam a realizar por todo o país

Uma exposição em Maio no Pavilhão dos Desportos que ficará memorável



Pág. 12

Sabe o leitor o que a foto documenta? Se não adivinhou ou tem dúvidas, leia a notícia que nesta edição publicamos sobre a Exposição...



Pág. 8

Trabalhar a terra defender o pão

● Ninguém vergará a determinação
dos trabalhadores da Reforma Agrária

Comunistas soviéticos reafirmam política de paz



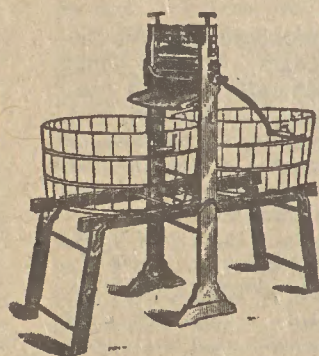
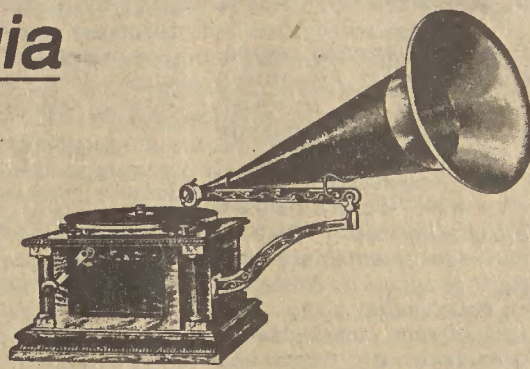
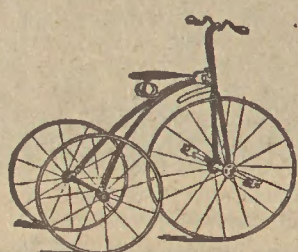
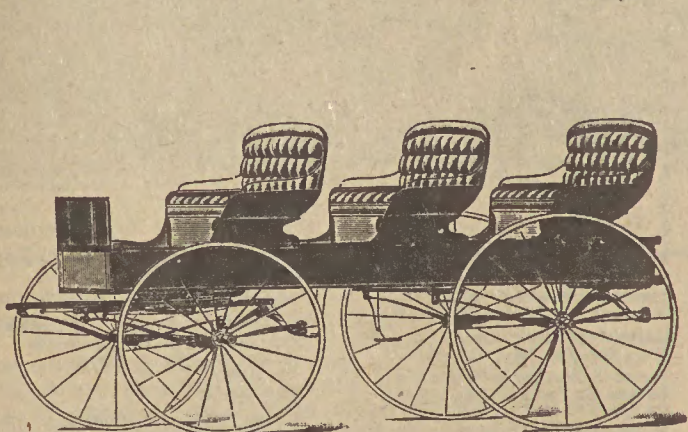
Pág. 9

Alvaro Cunhal, Jaime Felix e José Soeiro: a delegação do PCP presente no Congresso do PCUS

Tentativa de golpe
em Espanha
firmemente condenada
pelo PCP

Pág. 12

O Governo e o problema da energia



Algumas soluções que o Governo Balsemão pensa pôr em prática quando aplicar o 3.º grau do plano de poupança de energia a nível nacional. Como se pode verificar as mais amplas camadas da população são contempladas. Desde as donas de casa, passando pelos praticantes de ralis até aos fans da música «rock», de todos o Governo se lembrou...

Pág. 3

Editorial **UMA SEMANA AGITADA**

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Conforme foi já anunciado, o próximo número do «Avante!» assinalará o 60.º aniversário do PCP, inserindo um suplemento especial alusivo à data. Alertamos todas as organizações para a necessidade de, em tempo, darem a conhecer aos serviços de distribuição o eventual aumento de número de exemplares pretendidos, a fim de que os pedidos possam ser satisfeitos

SEMANA Nacional

18

Quarta-feira

Um «Fiat G-91» da Força Aérea Portuguesa despenha-se perto da barragem de Montargil, morrendo o piloto; este acidente eleva para quatro o número de desastres verificados com aparelhos da FAP nos últimos três anos ■ A greve dos técnicos de manutenção filiados no sindicato paralelo SITEMA provoca a anulação dos voos da TAP-Air Portugal entre Lisboa e Porto; o SITEMA pretende que o conselho de gerência negocie separadamente a revisão do Acordo Colectivo de Trabalho, recusando juntar-se aos restantes 21 sindicatos representativos do pessoal de terra; estes têm praticamente acordada com a TAP uma nova tabela salarial com aumentos superiores a 20% ■ O Conselho de Redacção da Informação-2 da RTP considera que a chamada remodelação global da Informação televisiva não passa de uma reestruturação feita pelo director-coordenador de Informação, Duarte Figueiredo, com o objectivo de assegurar a sua permanência no cargo.

19

Quinta-feira

A lista unitária (representativa de 50 000 trabalhadores) entre três listas concorrentes, vence as eleições para a comissão coordenadora das comissões de trabalhadores (CTs) do sector bancário; num plenário realizado em simultâneo com a votação dos estatutos e a eleição, foram aprovadas por esmagadora maioria duas moções que repudiam os ataques à banca nacionalizada ■ O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa exige, em conferência de imprensa, a aplicação, com urgência, da lei sobre educação e ensino especial, que a Assembleia da República aprovou em 1979 e cujos prazos de regulamentação foram já largamente ultrapassados ■ O ministro da Defesa, Azevedo Coutinho, afirma à Comissão Parlamentar de Defesa, em S. Bento, que o Governo não é favorável «neste momento» à instalação de armas nucleares em Portugal

20

Sexta-feira

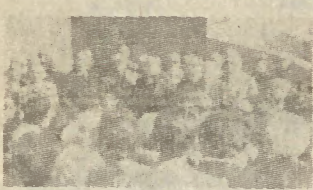


Ministro não responde à CGTP-IN

Considerações foram feitas por uma delegação da CGTP-IN que neste dia se avistou em audiência com o referido ministro ■ De acordo com dois pré-avisos de greve apresentados pelos sindicatos representativos dos trabalhadores da Rodoviária Nacional e das empresas privadas de transporte de passageiros, os transportes rodoviários voltarão a paralisar em todo o País ainda este mês ■ O MAP impõe uma reserva ilegal à UCP «Margem Esquerda», de Serpa, que ficou privada da herança da Figueirinha, com 403 ha e 81 240 pontos ■ A delegação espanhola às conversações sobre o acordo de pescas luso-espanhol cria novas dificuldades à sua concretização apresentando, de surpresa, uma contraproposta, o que não pode deixar de ser entendido como mais uma manobra de pressão sobre a parte portuguesa e com o objectivo de remeter a conclusão do acordo para um entendimento entre governos ou, mais concretamente, entre a AD e a UCD ■ Numa sessão em Lisboa é constituído um movimento cívico contra a instalação de armas nucleares em Portugal, integrado por representantes de associações cívicas, sindicais, profissionais e religiosas e individualidades dos mais diversos quadrantes

21

Sábado



Romagem às vítimas do Tarrafal

Realiza-se no Couço, concelho de Coruche, o «Encontro das Culturas de Primavera», promovido pelos Secretariados Distritais e Unions das UCPs e Cooperativas e pelos Sindicatos Agrícolas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal, onde estiveram 500 delegados representando 130 000 trabalhadores ■ Uma delegação do PCP chefiada pelo secretário-geral, Alvaro Cunhal, parte para Moscovo para assistir aos trabalhos do XXVI Congresso do Partido Comunista da União Soviética ■ Por iniciativa da URAP realiza-se uma romagem ao monumento dos mortos do Tarrafal, no cemitério do Alto de S. João, em Lisboa ■ Um incêndio destrói na madrugada deste dia o CT do PCP em Torres Novas; o sinistro não provocou acidentes pessoais, estando afastada a hipótese de acção criminosa ■ Terminam no Instituto Nacional de Investigação das Pescas (INIP), em Lisboa, as negociações do acordo de pescas luso-espanhol, sem que as delegações dos dois países chegassem a um consenso.

22

Domingo



MDM em Encontro

Termina em Lisboa o 8.º Congresso do PPD/PSD com a confirmação de Pinto Balsemão como sucessor de Sá Carneiro, cujas ideias políticas fundamentais constituem a trave-mestra da moção de estratégia política aprovada por unanimidade, a qual consagra a tese do confronto com o Presidente da República e defende a «integral subordinação das Forças Armadas ao Governo» ■ Realiza-se na Voz do Operário em Lisboa o I Encontro Distrital de Lisboa do MDM, onde se concluiu nomeadamente que a maior parte das mulheres do distrito estão alastadas da participação da vida económica do País, ocupando, por outro lado, as profissões pior remuneradas e menos qualificadas.

23

Segunda-feira

Realiza-se na Gulbenkian a sessão de abertura do «1.º Encontro Nacional de Gestores», que teve a particularidade duma afirmação do ministro da Integração Europeia, Alvaro Barreto, a considerar que a maioria dos portugueses não sabe o que é a CEE ou tem sobre ela ideias totalmente erradas ■ É iniciada pelo movimento sindical uma grande campanha de sensibilização da opinião pública contra o aumento do custo de vida nos distritos de Lisboa e Porto ■ Durante a reunião pública municipal da CM, um elemento do Conselho Português Contra o Apartheid (CPCA) desmascara o convite feito pela Câmara Municipal de Lisboa ao «mayor» racista de Cape Town (África do Sul), considerando-o «inadmissível», citando outros municípios europeus que se recusaram em participar em iniciativas do género.

24

Terça-feira

Decorrem na Faculdade de Letras de Lisboa as eleições para a Assembleia de Representantes e Conselho Pedagógico ■ A União dos Sindicatos do Porto (USP) denuncia em conferência de imprensa a inoperância e negligência dos Tribunais de Trabalho, Inspeções de Trabalho e comissões de conciliação e julgamento como factores de agravamento das condições de vida dos trabalhadores ■ Um comunicado da SIP do PCP considera que o escandaloso agravamento das taxas dos Serviços Médico-Sociais decidido pelo governo AD só se pode explicar por uma política de completo desprezo e insensibilidade perante os problemas de saúde do Povo português e pelas suas condições gerais da vida.

EFEMÉRIDE DA SEMANA

A 20 de Fevereiro de 1979 chega a Lisboa o camarada Luis Corvalan, secretário-geral do Partido Comunista do Chile, em visita ao nosso país a convite do PCP; durante a sua estadia o povo português manifestou toda a solidariedade para com o heróico povo chileno e a sua luta contra a ditadura fascista de Pinochet.

Editorial

UMA SEMANA AGITADA

A situação portuguesa actual, sob a égide da «AD» e do seu Governo e dos efeitos demolidores de uma crise generalizada e sem soluções à vista, exacerbada por factores subjectivos de origem interna e externa, caracteriza-se por grande instabilidade política, por um novo reagrupamento de forças, por reajustamentos de ordem tática e estratégica de partidos políticos e organizações sociais, ditadas pela séria derrota da «AD» em 7 de Dezembro do ano findo.

É uma situação que trás no bojo novas alterações a curto e a médio prazo, de contornos ainda imprecisos mas cujo sentido fundamental se vai definindo com nitidez.

Nos primeiros dias do mês reuniu o «congresso» divisionista da central amarela UGT; neste fim-de-semana o 8.º congresso do PSD e o «congresso extraordinário» da FTCD (tendência dita sindical do CDS); hoje terminam as «jornadas parlamentares» que preludiam o anunciado congresso do partido de Freitas do Amaral: a CAP ameaça cindir-se em latifundiários pró-Casqueiro e anti-Casqueiro; finalmente — e ainda — a continuação das dificuldades internas do PS nesta fase preparatória do seu IV Congresso.

Nun outro plano reuniu na segunda semana deste mês o Plenário do CC do PCP, a que demos aqui relevo particular no número anterior, e está em curso a semana de sensibilização e luta do movimento sindical unitário contra os brutais aumentos do custo de vida, pela aplicação do Caderno Revolucionário da CGTP-IN, contra o divisionismo, pela defesa dos direitos e conquistas dos trabalhadores.

Colocados perante esta intensa e contraditória movimentação partidária e social, com as inevitáveis remexidas políticas, os portugueses prevenidos necessitam abrir os olhos para não perderem o norte e para distinguirem, com necessária exactidão, o «falso» do «lumo», para não se deixarem induzir numa errada avaliação dos factos e das forças.

Por outro lado, a derrota do «putsh» fascista em Espanha, as ameaças belicistas de Reagan e as propostas para uma cimeira soviético-americana saídas do 26.º Congresso do PCUS são factores externos de grande carga política que se projectam e trazem motivos adicionais de reflexão e ponderação sobre a situação nacional actual.

O 8.º Congresso do PSD, ao qual pertence o primeiro-ministro Pinto Balsemão, o partido maioritário da coligação governamental, que foi o mais directamente afectado pela retumbante derrota da «AD» e da estratégia Sá Carneiro nas eleições presidenciais, suscita naturalmente as atenções maiores.

Aparentemente, o congresso saldou-se por um compromisso entre «falções» e «pombas». É porém um compromisso assente em cedências de forma e não de fundo.

Se é certo que os mais ultras não conseguiram impor-se em posição maioritária na chefia do partido puderam, contudo, sem dificuldade, impor as linhas-mestras do projecto golpista Sá Carneiro.

Apesar das discussões plenárias mais acerbias se terem realizado à porta fechada, fora das vistas indiscretas de convidados e representantes dos órgãos de informação, sabe-se que foi nos bastidores que se travaram os embates mais dilacerantes entre as duas principais facções.

O clã Eurico de Melo, o representante da poderosa família Teixeira de Melo, da SOMELOS, grande accionista da Têxtil Manuel Gonçalves, ligado pelo elo da Imperial Chemical Industries à Finlândia e a outras importantes empresas do sector têxtil e outros negócios, ex-gendarme da Reforma Agrária à frente do MAI do governo Sá Carneiro, não conseguiu tirar o timão do partido e do Governo das mãos do clã Balsemão, o representante da não menos poderosa família Pinto Balsemão patrão do «Expresso», com grossos cabedais na indústria têxtil serrana e ligado pelos laços familiares aos Ulrich e aos Condes de Camilde, a vastos interesses industriais e agrários e, no passado, à CADA e a outras grandes empresas coloniais.

Claro que todas estas famílias são profundamente «social-democratas», como é óbvio e como decorre dos «grandes objectivos estratégicos» enunciados pelo congresso, ou seja: «a

instituição da democracia política plena, a denúncia e combate a todos os projectos antidemocráticos, e reforma da sociedade portuguesa segundo os princípios da social-democracia, etc., etc.»...

Como se vê, os «barões» do PSD não são nada parcos em palavreado de sabor democrata...

As deliberações do Congresso são, porém, mais rasteiras e elucidativas, na sua expressão política e social, as linhas mestras do projecto golpista Sá Carneiro lá estão com todas as letras, embora nas formas mais «convenientes».

Uma é a continuação nas novas condições da guerrilha institucional contra o Presidente da República e o Conselho da Revolução.

Balsemão já tinha dito antes, numa autêntica declaração de guerra — a propósito das últimas nomeações militares, feitas, aliás, no quadro das atribuições constitucionais do PR — palavras tão insolitas como estas: «Manteremos uma vigilância apertada à Presidência da República tanto mais apertada quanto as circunstâncias políticas o exijam».

Nas deliberações do Congresso diz-se que a reeleição do general Eanes «inviabilizou o referendo» e defende-se a criação de um «esquema de revisão constitucional» que permita a «permanente adequação» do texto da Lei Fundamental, «o que passa pelo referendo institucional».

Em termos provocadores afirma-se que «o PSD não pode consentir que o PR constitua, por opção ou omissão, uma fonte de fortalecimento e estímulo às forças da oposição muito especialmente do PCP, e às forças sindicais antidemocráticas como os sindicatos afectos à CGTP-IN».

O veredicto anticomunista era naturalmente indispensável no «cozinheiro» «social-democrata» do PSD.

O projecto de «preparação de uma candidatura civil e democrática para as eleições de 1985» aparece estreitamente associado à reposição do projecto derrotado da eleição de Soares Carneiro quando à questão do referendo.

Quanto ao CR — e até ser extinto — «o PSD continua a não o aceitar como interlocutor democrático» o que quer dizer que o PSD se «constitui» acima e à revelia da Constituição, relativamente a este órgão de soberania.

Um outro ponto importante das «deliberações» diz respeito à actuação da «AD» na Assembleia da República. Nesta avulta a intenção de «alteração do Regimento no sentido já delineado», isto é, no de uma verdadeira revisão constitucional da Constituição.

O «sentido já delineado» consta de propostas de alteração já apresentadas aos grupos parlamentares.

As alterações propostas conduzirão à liquidação dos mecanismos de funcionamento e organização consensual da AR, através do estabelecimento de regras de direcção totalitária dos trabalhos parlamentares pela «AD», da alteração profunda no modelo de funcionamento da AR com limitação drástica do papel e possibilidades de expressão e intervenção dos partidos da oposição.

Pela via eufemística da «alteração do Regimento» abrir-se-iam certas portas fechadas à revisão constitucional da Constituição e à aprovação de leis antidemocráticas, algumas referidas no Congresso outras já objecto de propostas dos partidos da «AD» na AR.

As «deliberações» do congresso selaram como se vê o compromisso da continuidade do projecto golpista de Sá Carneiro entre os «falções» e «pombas» do PSD.

UMA peça humorística do mais alto quilate da semana política foi o «congresso extraordinário» da FTCD, a tendência dita sindical do CDS.

Presentes 146 «delegados» dos quais 58 aprovaram e assinaram a moção final.

Alguns conhecidos «sindicalistas» como Freitas do Amaral, que se declarou ele próprio «um trabalhador», falaram no «congresso». Na direcção «eleita» aparecem representantes de

Não há dinheiro, pois...

Despedimentos, repressão «prazo» e automóveis de luxo

É cada vez mais grave a situação nos Têxteis

Primeiro os despedimentos. É aí que reside a ameaça mais grave. Não apenas pelo que significam para a vida dos trabalhadores, mas pela coacção que através deles se pretende exercer, servindo-se até algum patronato desse tipo de ameaças como chantagem para não pagarem salários ou para obterem benesses da banca ou do Governo que acabam por não utilizar, quando as conseguem, em favor da empresa, dos trabalhadores, dos postos de trabalho.

Depois a repressão. Empresas há e não poucas onde todos os dias é preciso lutar pelo mínimo direito conquistado. A acção principal de um patronato por vezes incompetente, outras reacçãoário, outras apenas habituado a métodos e privilégios do passado incide antes do mais na organização dos trabalhadores. Os seus organismos são os primeiros atingidos. Delegados sindicais e membros de CTs são particularmente visados, pois são os representantes mais directos dessa organização e dos próprios trabalhadores. É sobre eles que se exercem as primeiras pressões, as primeiras coacções e, por vezes, até a violência para acabar em

algumas empresas (e o seu número não tende a diminuir) com liberdades e direitos sindicais que estão consagrados, como é sabido, pela Lei Geral do País, a Constituição.

Deixando para trás todas as políticas privadas que sob variados pretextos exercem a «segurança» em empresas como a Cabos Ávila, a seguir vem os contratos a prazo, os salários atrasados há meses, e até há anos; a inoperância completa da Inspeção e dos Tribunais de Trabalho; a falta de higiene e segurança; a protecção escandalosa às multinacionais; a insegurança no emprego que alastra todos os dias.

O Governo fala de crise, de crises... Não são naturalmente as crises dos trabalhadores. Para não ir mais longe, podem dizê-lo, porexemplo, as trabalhadoras da Czarina, empresa de confeções de Almeirim, onde trabalham cerca de 300 operárias, 200 das quais contratadas a prazo. Na casa, a prática quase corrente é pagar os salários no dia 20 do mês seguinte. «Aqueles que reclamam a legalidade são despedidos» — aconteceu a Adelina Tocha, com 8 anos de casa, apenas

porque as companheiras a escolheram para delegada sindical. O sr. Correia, a patroa Gina e os filhos têm vários carros, alguns deles de mil contos, «mas dinheiro para as trabalhadoras não há».

São as trabalhadoras que o afirmam: na mesma empresa de Almeirim, Maria da Glória, grávida de 4 meses, ao dirigir-se ao escritório foi agredida pela patroa, Maria da Glória tinha ido ao escritório a fim de pedir o seu dinheiro que lhe fazia falta para pagar a água e a luz ao que lhe foi respondido que não havia dinheiro. Perante a pergunta — se não tinham dinheiro para lhe pagar o que lhe deviam como é que tinham dinheiro para carros de mil contos — viu-se agarrada pelos braços e brutalmente agredida o que lhe provocou a baixa imediata, desconfiando-se do pior em relação à gravidez. As trabalhadoras concluem sem dificuldade que «o que se passa na Czarina é apenas

uma amostra da tal necessidade duma maior confiança e liberdade para a iniciativa privada tão apregoada e encorajada pelos Governos «AD»

Há mais de 2 anos sem salários

Aqui não se trata de atrasos de pagamento de salários. Aqui não se paga mesmo. Na Sereia (fábrica de conservas no Seixal) tudo e todos continuam à espera de «um empréstimo volumoso que certos organismos oficiais consideram já autorizado, mas que não aparece».

De um comunicado: so fundo, numa galeria por detrás de uma divisória em alumínio sabe-se que está a administração; as operárias interrogam-se — será que eles querem mesmo recuperar a empresa, ou pensam apenas levar o pessoal a casa, abandonando a pouco e pouco os postos de trabalho para que não haja despedimentos?

algumas conhecidas famílias «proletárias» dos conselhos de administração de algumas conhecidas empresas capitalistas, como as de Silveira Machado, donos da Guerin, grandes agrários e sócios da Volkswagen em Portugal, os Pinto de Magalhães, os Almeida Braga, os Múrias e outros conhecidos dirigentes «sindicais».

Também no seio da CAP um «grave» problema condiciona a reeleição de Casqueiro para secretário-geral e de Tomás Correia para presidente: saber se no esbulho das terras da Reforma Agrária se deve dar «reservas» aos latifundiários pró-Casqueiro ou anti-Casqueiro.

Por toda a parte a «AD» é uma pipa a verter água por todas as aduelas que não resistiria a uma acção firme e concertada das forças democráticas no quadro das instituições e em conjugação com o vasto movimento popular contra o aumento do custo de vida que mobiliza já hoje muitos milhares de portugueses.

INFELIZMENTE no seio das forças democráticas permanecem factores indesejáveis cuja não superação dificulta e pode inviabilizar uma alternativa democrática ao Governo e à política da «AD».

No seio do PS, onde está em causa a firme oposição ou a conciliação com a direita, o anticomunismo de alguns dirigentes continua a entravar o aproveitamento das excepcionais condições existentes para infligir novas derrotas à reacção.

Certas personalidades cimeiras das tendências e «sensibilidades» do PS sentem-se na necessidade, para malharem uns nos outros, de emburharem nas suas questões o PCP que não é visto nem achado nas questões caseiras que dividem os socialistas.

A direita ingere-se em cheio nas questões internas do PS mas o «generoso» dr. Mário Soares, à chegada do seu «tour» pela Europa social-democrata, é ao PCP que se atira acusando-o — acusações essas já claramente desmentidas — de querer influir nas questões internas do PS.

Também o sr. Marcelo Curto para zurrir o seu detestado amigo e parceiro Gonalves não se inibe de atacar gratuitamente os comunistas.

Claro que o PCP é um grande Partido, tem costas largas para aguentar isto tudo e muito mais, mas a persistência do anticomunismo de vistas curtas de certos dirigentes do PS são um obstáculo à única alternativa democrática ao Governo e à política da «AD», a qual só é possível com o PCP e nunca contra ele.

Os acontecimentos em Espanha e a derrota do «putsh» fascista no país vizinho deveriam alertar os democratas portugueses para os perigos reais da direita no Poder.

Certamente, a derrota dos golpistas espanhóis deve ter alarmado e feito reflectir os que sonham fazer regressar Portugal ao regime de violência apaeado em 25 de Abril de 74, mas os democratas e patriotas portugueses devem tirar dos acontecimentos em Espanha conclusões diferentes.

Por outro lado, mais uma vez se comprova que, lá como cá, a democracia só é viável e possível com democratas e não com os inimigos da liberdade e da democracia. ao mesmo tempo que ganha especial relevância a necessidade de reconhecer na prática, no presente e no futuro do Portugal democrático, o papel histórico desempenhado pelos militares patriotas no derubamento do fascismo.

Em Portugal não há outro caminho senão o da unidade, do entendimento da luta comum de todos os democratas e patriotas para derrotar a reacção e substituir o Governo «AD», para viabilizar uma alternativa política que garanta a defesa do regime democrático, da Constituição, das liberdades, do melhoramento das condições de vida do Povo português, de defesa e consolidação das conquistas de Abril.

Os trabalhadores comunistas, socialistas, democratas independentes dão o exemplo, assim o mostra a semana em curso de sensibilização e luta conduzida pelo movimento sindical unitário.

Aí está uma fonte rica de inspirações

Os mártires do Tarrafal não foram esquecidos

No sábado, comemorando o 3.º Aniversário da trasladação dos restos mortais, efectuou-se uma romagem junto ao monumento funerário que serve de túmulo aos prisioneiros antifascistas que perderam a vida no Campo de Concentração do Tarrafal. No cemitério do Alto de S. João, onde se concentraram cerca de 300 pessoas, falaram sobre o significado do acto João Faria Borda, dirigente da URAP e antigo deportado no Tarrafal, um outro resistente, e no fim Dias Lourenço, da Comissão Política do CC.

A assistência deslocou-se depois aos túmulos de Pedro Soares e Maria Luísa Costa Dias e do comandante Ramiro Correia, tendo em cada uma das sepulturas deixado flores e guardado um minuto de silêncio.



O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes — 1695 Lisboa-CODEX. Tel. 768345. ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante!, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. — 1000 Lisboa. Tel. 768744/768751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes — 1695 Lisboa-CODEX. Tel. 768725/768722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livraria, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. — 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825. Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-CV — 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal). Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B — 4000 Porto. Tel. 28938. Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — 4000 Porto. Tel. 310441. Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedreira — 3000 Coimbra. Tel. 31286. Centro Distribuidor do Alentejo: Alcacova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361. Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417. ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. — 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq. — 4000 Porto. Tel. 381067. EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044. Composto e impresso na Heike Portuguesa R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Trilogia média no mês de Janeiro: 63 187

Actualidade política

Vedor precisa-se!

— ou uma intervenção governamental a pedir chuva

Com pompa e circunstância o primeiro-ministro Pinto Balsemão veio anunciar através dos televisivos ecrãs e dos microfones da rádio as medidas que o Governo entendeu por bem tomar para fazer face aos efeitos da estiagem. Falou e disse. Mas nem uma única vez na sua intervenção foi capaz de responder cabalmente a uma só pergunta das vinte e duas que lhe foram colocadas pelo Grupo Parlamentar do PCP, no passado dia 12 de Fevereiro

As referidas perguntas publicamo-las nesta mesma página. Assim o leitor terá oportunidade de ver como o Governo anda desfasado deste problema que de dia para dia se agrava.

Logo no início da sua intervenção o primeiro-ministro afirma que o **Governo tem acompanhado diariamente esta crise**. O menos que se pode dizer é que nem diariamente, nem semanalmente, o Governo lhe prestou atenção. Como já não tinha prestado atenção (embrenhado qua andava nas campanhas eleitorais) o governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral. Isso mesmo se pode assacar das palavras de Pinto Balsemão quando, na mesma parte da intervenção, diz: **O ano hidrológico começa, tecnicamente, em Outubro, e desde Outubro de 1980 tem chovido muito**

pouco ou nada. Se assim é, por que não se tomaram medidas a tempo e aguardaram quatro meses para avançar com soluções que ainda por cima não eram cumpridas?

Vê-se o caso da RTP. O segundo canal — de menor audiência — era obrigado a encerrar às 23 horas, enquanto que o primeiro canal, de audiência nacional, encerrava constantemente muito depois desta hora a pretexto de **acertos de programação**.

E a iluminação pública acesa durante o dia. Em Lisboa isso foi visível e o mesmo terá sucedido noutras localidades do País como o revelam informações chegadas. Quem acredita em restrições quando constata esbanjamentos por toda a parte? O mesmo em relação a anúncios luminosos, edifícios governamentais acesos durante

a noite. E o mais que por toda a parte se pode constatar.

Mas na intervenção do primeiro-ministro já se fala da poupança de água. É preciso poupar água e para tal lutaremos, quer contra os desperdícios provocados por rupturas em bocas de rega ou de incêndio, quer contra o uso imoderado da água em lavagens, em jardins, em funções que não são essenciais.

Mais uma vez as soluções surgem atrasadas. O que se passa na Câmara de Lisboa é um bom exemplo. Preocupada com «luna-parques», «torres do Tejo» e outras negociatas a gestão camarária esquece a manutenção da cidade. O que se passa na Rua Tenente Espanca é um exemplo flagrante. Há quase quatro meses que uma ruptura num cano se mantém perante a apatia dos serviços camarários. Não só a água se desperdiça como o piso se deteriora cada vez mais, com a ajuda das grandes camionetas que por ali passam.

Casos como este há-os aos montes por essa Lisboa. E pelo País?

Pegar no metro e tomar uma medida

Considerou o Governo, e Pinto Balsemão disse-o, ser necessário poupar 10 por cento do consumo de energia eléctrica. Vai daí, o Governo pegou num metro e tomou uma medida. A qual é?

Enquanto durar a situação de seca, os consumos que excederem 90 por cento dos consumos verificados no mesmo período do ano passado terão — esses que excederem 90 por cento — um preço agravado de 100 por cento. Ficam fora destas medidas os consumidores economicamente débeis e, quanto a novos consumidores, aplicar-se-á um regime semelhante ao anteriormente descrito.

Mas que grande confusão em tão poucas linhas de texto oficial!

O que é que o Governo entende, em relação aos novos consumidores, por aplicar um regime semelhante ao anteriormente descrito? E qual será o valor do consumo para determinar um consumidor economicamente débil? E ainda, no respeitante ao

agravamento de 100 por cento no preço do consumo que exceda os 90 por cento do mesmo período do ano anterior, não será esta forma um processo de prejudicar os pequenos e médios consumidores? Não nos parece possível, face aos constantes aumentos do preço da electricidade, da água, do gás, dos transportes, da comida e do vestuário (para não falarmos da renda de casa, dos medicamentos, das consultas da Previdência, etc., etc., etc.), que a grande maioria do Povo português seja perdidário nos seus consumos. Se no ano passado gastou aquela electricidade isso deveu-se a não lhe ter sido possível poupar ainda mais.

Já alguém viu o dono de um «Jaguar» — carro que gasta mais de 18 litros de gasolina aos 100/km, o que ao preço actual peria 900\$500 — restringir o uso do automóvel depois de um aumento dos combustíveis? No entanto, essa atitude é quase imediata no caso do proprietário de um carro utilitário. O mesmo se passa em relação à electricidade e a todos os bens de consumo.

Face às actuais medidas do Governo um modesto trabalhador que, no final do ano, aproveitando o décimo terceiro mês, conseguiu comprar um aquecedor, por exemplo, vai ter de prescindir do seu uso em virtude do consumo aumentar e passar a pagar o coiro e o cabelo pela energia que gasta a mais. E o grande consumidor, com aquecimento em todas as salas, iluminação das melhor e electrodomésticos dos mais sofisticados e variados, vai restringir o seu consumo? Certamente que não! O excedente a pagar é uma gota de água no seu orçamento familiar. E não vacila para manter as suas comodidades.

Ainda a falta de Alqueva

Disse ainda o primeiro-ministro, relativamente ao problema da água que falta, que se está a procurar por outro lado, antecipar a resolução dos casos como o do Algarve, onde é maior o risco de surgirem dificuldades no Verão. E para tal, vamos (e já estamos a fazê-lo) proceder à captação de águas subterrâneas.

Convém sobre este assunto recordar a sabotagem que tanto o governo Mota Pinto (dominado pelo PPD) como o governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral fizeram à prossecução das obras da barragem de Alqueva. Concluída esta obra e as barragens que se previam a jusante do rio Guadiana muitos dos problemas que afligem o Algarve no aspecto do abastecimento de água licariam solucionados. Mas a direita e os monarco-ecologistas não o entenderam assim.

Agora apontam para um regorço da captação das águas subterrâneas daquela província quando a maior parte dos especialistas na matéria sublinha o perigo do esgotamento do lençol freático e a sua infiltração por águas salobras, como aliás já se verifica nalguns casos. Quando a situação se generalizar como é que os

agricultores vão regar as suas hortas? Com água transportada em camiões-cisternas?

Um mau remedeio

Razão têm os agricultores ao dizerem que isto não é um governo; é um mau remedeio. As medidas tomadas a nível agrícola são prova disso.

Fala-se muito em créditos a juros bonificados, que já sabemos são de 12 por cento. Fala-se de subsídios incentivadores(?) da intervenção da Junta Nacional dos Produtos Pecuários no mercado de bovinos, ovinos e caprinos (os suínos, que estão a atravessar uma grave crise em virtude de maças importações do Mercado Comum foram intencionalmente esquecidos?), embora os produtores se queixem já de que os preços que estão a ser praticados são muito inferiores aos custos de

produção. E apontam-se ainda diversas medidas complementares que, a fazer fé na operacionalidade do Governo, devem estar a funcionar no próximo ano, quando chover a podes.

Aliás, à espera de chuva esteve, sempre, tanto este Governo como o anterior. Já o dissemos no penúltimo «Avante!» e repetimos. A nível energético, se tivessem sido tomadas medidas a tempo, a situação das albufeiras seria hoje completamente diferente. Se as centrais térmicas tivessem começado a funcionar dentro do plano previsto e as restantes não trabalhassem abaixo das suas potencialidades devido às frequentes avarias, hoje o panorama seria diferente.

Na agricultura, se a intenção fosse resolver os problemas que afectam os agricultores, também o panorama seria diverso. Mas

neste sector o ministro da Agricultura, Cardoso e Cunha, considera que as calamidades naturais são contratempos a que os agentes económicos (leia-se agricultores) devem estar sujeitos. Portanto, eles que se amanhem. E viva o «cumprimento» da Constituição, que apesar de tudo prevê num dos seus artigos a indemnização dos agricultores afectados pelas calamidades naturais. E a seca, que se saiba, ainda é uma calamidade natural que o homem não pode contrariar cientificamente. Referenciada até no Velho Testamento como uma das sete pragas do Egipto.

De toda a comunicação do primeiro-ministro uma única alegria ficou — a afirmação de que os combustíveis não vão aumentar tão cedo. E mesmo isso não é assim tão líquido, como referimos noutra local desta página.

Mas que grande confusão...

A seca e a crise energética vieram pôr a descoberto a luta que se pressentiu entre os parceiros da «AD» logo após a morte de Sá Carneiro. A nível de Governo é já visível. E as recentes declarações de alguns membros do Governo são prova disso.

No dia 16 de Fevereiro último, o povo português ficou novamente alarmado quando o vespertino «A Capital» anunciava um novo aumento da gasolina, e dos combustíveis em geral.

A notícia era dada em primeira mão através de uma entrevista ao ministro da Indústria e Energia, Baião Horta (CDS), a publicar no dia seguinte.

Na referida entrevista afirmava o ministro: **É absolutamente impossível manter os actuais preços dos combustíveis, incluindo a gasolina, o gasóleo, o fuel e o gás, por muito mais tempo. E acrescentava mesmo que os novos preços não poderão levar muito mais tempo a ser fixados.**

E reforçava a ideia de alterar os actuais preços ao afirmar: **É que estes preços foram estabelecidos de acordo com uma determinada previsão do aumento do preço do barril de petróleo. Posso garantir-lhe que essa previsão está praticamente ultrapassada. E então o aumento é inevitável.**

Estamos tramados — pensaram mais uma vez os portugueses, que ainda não conseguiram pôr o orçamento familiar em dia depois do último aumento dos combustíveis.

E houve logo quem corresse para as bombas de gasolina ou guardasse na dispensa alguns bidões com gasolina, gasóleo ou qualquer outro combustível. Felizmente não se gerou o pânico.

E ainda bem, porque nesse mesmo dia o primeiro-ministro Pinto Balsemão, juntando o som à imagem (isto é, utilizando a televisão) viria dizer aos portugueses, a propósito das medidas tomadas para combater os efeitos da seca que **os combustíveis não serão aumentados.**

O Governo entende — prosseguiu Balsemão — que os portugueses e os industriais e todos nós, como consumidores, fomos demasiado penalizados já nos últimos anos, por razões que nos são extrínsecas, porque não somos, infelizmente, produtores de petróleo. O último aumento de combustíveis verificou-se em Dezembro. Não é, ainda — e esperamos que não seja tão cedo — o momento de aumentar os combustíveis. Assim, a nossa indústria e a nossa agricultura e os consumidores particulares poderão ter mais facilidades nas suas vidas e na sua actividade profissional.

Em quem acreditar?

Em quem acreditar, interroga-se o povo português? Um membro do Governo (CDS) diz uma coisa. Logo a seguir, outro membro do Governo (Primeiro-Ministro, PPD) vem afirmar o contrário.

Antigamente, nas escolas corria uma laranja em que os mais novos caíam sempre. Começava-se por perguntar: «Sabes qual a diferença entre um bacio e um tacho?» Perante a constante da negativa a resposta saía invariável: «Mas que grande confusão vai na tua cozinha!»

No caso presente, o menos que se pode dizer é que vai uma grande confusão neste Governo. Confusão premeditada, tudo leva a crer e com desígnios ambiciosos.

A propósito de energia (e não só)

O Grupo Parlamentar do PCP, através do deputado Sousa Marques formulou 23 perguntas ao Governo a propósito da seca e da crise energética. Transcrevemo-las. O mesmo não podemos fazer com as respostas, que até agora não houve.

1. Como justifica o Governo o facto de tão tardiamente se propor tomar medidas nesta matéria?

2. Concretamente, que factos novos se produziram nos últimos dias para que só agora o Governo tenha decidido deliberar nesta matéria?

3. É ou não verdade que, em 1981 um balanço energético em regime crítico, segundo dados oficiais publicados há anos atrás, deviam estar em funcionamento as centrais de Aguiçeira, do Póinho, de Setúbal III e de Setúbal IV?

Porque é que o Governo não informa correctamente a opinião pública acerca de tais atrasos e das graves responsabilidades deste Governo e do anterior nestas matérias?

4. É ou não verdade que, tendo sido pomposamente inaugurado pelo Governo da «AD» o grupo 2 da central termo-eléctrica de Setúbal em meados de 1980, não são garantidos pelo sub-sistema termoelectrico em que se integra, os 10 200 GWh previstos e os cerca de 60% produzidos obrigam a um acréscimo de produção do sector hidroeléctrico?

5. É ou não verdade que se o sistema termoelectrico tivesse produzido, mensalmente, de Junho a Novembro de 1980, o quantitativo que produziu em Dezembro desse ano, teríamos como consequência que, neste momento, as albufeiras das centrais hidroeléctricas estariam praticamente cheias?

6. Em vez de falar no corte do abastecimento o Governo poderia informar o que tencionava fazer às centrais termoelectricas no sentido de aumentarem a sua capacidade produtiva?

7. Porque vem o Governo anunciar que será reduzida a tensão em 5% (da forma melodramática como fez) quando se sabe que tal medida está afinal (imagine-se) em prática há três meses? Que resultados foram conseguidos e se prevêm?

8. Que garantias tomou o Governo no sentido de assegurar, a nível internacional, a importação de energia? Ou tencionava o Governo continuar a esconder da opinião pública e dos trabalhadores que continuarem a fazer contratos de importação semanais, com risco de, na semana seguinte, não poderem ser já respeitados pelo país fornecedor? Que alternativas prevê, se prevê, o Governo?

9. E que medidas estão a ser tomadas, na presente situação, para que os grupos geradores de socorro dos hospitais, aeroportos, bombeiros, quartéis, etc., estejam afinados e prontos a funcionar quando se tornar necessário?

10. Porque não se tomaram medidas em meses anteriores, por este Governo, e pelo anterior, para atempadamente se encararem de frente todas estas questões?

11. E é ou não verdade que agora o Governo atira com as culpas todas para a seca quando os responsáveis sabem, ou deviam saber, que mesmo que tivesse chovido como habitualmente e face à situação em que se encontram o sector de produção termoelectrica continuaria a ser necessário importar energia eléctrica do estrangeiro?

12. Pode o Governo informar se é mais compensador cortar a energia à indústria, por exemplo, por períodos de 3 horas ou pagar a importação da mesma?

13. E que medidas foram tomadas para garantir a manutenção do fornecimento da energia a determinados sectores, nomeadamente os que têm contratos de exportação a cumprir?

14. Considera o Governo que as medidas de emergência tomadas para o sector agrícola (moratória, crédito bonificado e subsídio de 30% para a castanha) são suficientes?

15. Que outras medidas tencionava ainda o Governo aplicar neste sector, tendo em conta as reivindicações dos agricultores que reclamam por exemplo, indemnizações pelas culturas e colheitas perdidas, que seja instituído o posto em execução um eficaz seguro agro-pecuário, que sejam subsidiados os actuais preços dos factores de produção (abridos, pesticidas, sementes, gasóleo), que o preço das rações não seja agravado, que sejam tomadas medidas eficazes de intervenção que garantam o escoamento das produções em tempo útil e oportuno, que sejam garantidos preços mínimos compensadores para a produção (devendo ser sempre ouvidas as organizações dos agricultores)?

16. No caso das barragens de aproveitamento misto, tencionava o Governo utilizar as reservas hídricas existentes para a produção de electricidade ou para uso agrícola? Com que fundamento?

17. Sendo possível que as dotações de água das barragens dos perímetros regados venham obrigá a substanciais reduções das áreas destinadas às tradicionais culturas regadas, que medidas prevê o Governo tomar, tendo em vista tomar exequível e rentável um programa de culturas alternativas?

18. Ainda neste âmbito, que medidas pensa o Governo tomar quanto aos contratos de campanha de seareiros, nomeadamente, quanto às tabelas de arrendamento?

19. Prevendo-se que as indústrias agro-alimentares venham a ser impedidas de utilizar a sua capacidade instalada ou a que normalmente têm utilizado, particularmente as horto-industriais e oleaginosas, que medidas tencionava o Governo aplicar, tendo em vista, não só defender estas indústrias mas, e sobretudo, salvaguardar os direitos dos trabalhadores, nomeadamente quanto ao trabalho e salários?

20. Que medidas complementares compensatórias para as actividades industriais pensam tomar, quer o Governo, quer, particularmente, o Ministério da Indústria e Energia?

21. Quando tencionava o Governo pôr em prática as medidas anunciadas, nomeadamente em relação à RTP que, repetidamente, não tem respeitado tais decisões?

22. Como explica o Governo que, tendo tomado as decisões referidas tão tardiamente, venha agora ameaçar os trabalhadores com eventuais cortes nos salários em correspondência aos anúncios do programa de energia?

23. Que medidas tencionava tomar o Ministério do Trabalho no sentido de salvaguardar os legítimos direitos dos trabalhadores, nomeadamente no que diz respeito aos regimes de horário e salarial?

Nacional

«É em torno de reivindicações concretas que se poderão organizar e mobilizar as mulheres»

● O Encontro Distrital de Lisboa do MDM definiu uma importante série de reivindicações em defesa dos interesses das mulheres

Mulheres trabalhadoras de diversos sectores de actividade, donas de casa e mulheres jovens participaram no I Encontro Distrital de Lisboa que, no passado domingo, dia 22, levou à Voz do Operário mais de 1500 pessoas. Entre estas, cerca de 400 delegadas dos concelhos do distrito, representando a mulher agricultora (concelhos do Norte), a operária (trabalhadoras da Tabaqueira, Cambournac, Seve, Tofa, Cavan, Standard Eléctrica, Lois, e outras empresas), a profissional de Saúde, a trabalhadora do Comércio, Serviços e da Função Pública, a trabalhadora das Artes e Letras, da Comunicação Social, da Educação, etc.

É sobretudo de destacar as jovens que, pela primeira vez num encontro deste tipo, discutiram os problemas específicos que as atingem quer a nível escolar, quer na busca angustiante do primeiro emprego, quer outros igualmente importantes: as relações na família, a sexualidade, o combate ao abuso do álcool, do tabaco, a necessidade de criação de condições de segurança e estabilidade e nomeadamente nas escolas, a urgência de penalização severa contra os traficantes de droga, os agentes de prostituição juvenil, os agentes de violência, mesmo que esta se processe no espaço fechado da família.

Mas se as jovens ergueram a sua voz de mulheres — voz de reivindicações e luta, voz tantas vezes incompreendida e silenciada, — se discutiram as questões que mais as tocam na Comissão de Trabalho sobre a Mulher Jovem, não foi rica a discussão nas Comissões de Trabalho de «As Donas de Casa» ou na Comissão de «A Mulher e o Trabalho». Em qualquer dos casos, uma certeza: «é em torno de reivindicações concretas que se poderão organizar e mobilizar as mulheres». Daí que as conclusões e resoluções aprovadas, no final dos trabalhos em plenário, constituam, afinal, todo um programa de acção para o MDM no distrito de Lisboa que, na maioria dos casos e dada a generalização dos problemas em causa se

insere mesmo na actividade do Movimento a nível nacional.

«Mulher, luta pelos teus direitos!»

Eis parte do lema deste I Encontro Distrital do MDM que, entre muitas outras

reivindicações, concluiu como prioritário o pressionar os órgãos de soberania a: uma política de desenvolvimento económico que vise a resolução do desemprego, que afecte intensamente as mulheres do distrito; criação de novos postos de trabalho; criação de igualdade plena profissional; igualdade salarial; igualdade no acesso e formação profissionais; redução da jornada e dos ritmos de trabalho e fim dos prémios de produção; criação de estruturas sociais de apoio ao trabalho doméstico; elaboração de um programa conjunto de ministérios e autarquias para a criação de creches, jardins de infância, escolas normais e de deficientes, centros de ocupação dos tempos livres, centros de convívio para as mulheres, nomeadamente para as idosas, alargamento

da rede de consultas de planeamento familiar, que deverão incluir serviços específicos de aconselhamento e informação sexual, nomeadamente aos adolescentes; centros de apoio às mães solteiras e às mães e pais adolescentes; mudança do conteúdo dos manuais escolares de modo a torná-los agentes na mudança de mentalidades no sentido do reconhecimento e da prática da igualdade entre o homem e a mulher, numa relação jamais de dependência mas de companheirismo, política de rendimentos e preços de acordo com as necessidades e aspirações de uma vida melhor para os trabalhadores.

A nível de medidas legislativas, o I Encontro Distrital de Lisboa do MDM

exigiu a aplicação do decreto-lei que institucionaliza o ensino pré-primário oficial e a implantação efectiva do Serviço Nacional de Saúde, exigiu a alteração do chamado Estatuto da Mãe de Família, que contraria a igualdade consagrada na Constituição, alteração para a qual deve ser ouvido, de pleno direito, o MDM: tal como deve ser ouvido na urgente elaboração de uma outra lei sobre o aborto, depois da revogação da repressiva legislação actual. O Encontro exigiu ainda que a revisão da Constituição se faça no respeito integral pelos limites nela contidos, garantindo assim entre outras questões vitais, as conquistas revolucionárias, os direitos da mulher. Também como medida legislativa urgente,

o Encontro reivindicou a penalização severa da violência que atinge a criança, o jovem e a mulher, nomeadamente na família.

Entre as diversas moções aprovadas no Encontro, a solidariedade expressa às trabalhadoras da Reforma Agrária; às trabalhadoras das empresas em luta e às trabalhadoras da Estação Agronómica de Oeiras, atingidas por misteriosa doença para a qual concorre a incuria dos responsáveis, apoiados por este Governo. Governo que decididamente não corresponde aos direitos, necessidades e aspirações das mulheres e da população em geral. Governo que se enfrentará com a vontade firme, reforçada no I Encontro Distrital de Lisboa do MDM, das mulheres participando na construção do futuro.

Defender a Constituição para defender os direitos das mulheres

Desenvolver uma grande campanha de esclarecimento e sensibilização da opinião pública e das mulheres em particular, sobre os direitos alcançados pelo Povo português com o 25 de Abril e consagrados na Constituição, bem como no actual Código Civil, nomeadamente no que se refere ao direito de família, será uma das principais frentes de trabalho a levar a cabo pelo MDM no distrito do Porto, de acordo com o plano de acção aprovado no passado domingo na capital nortenha no encontro distrital daquele Movimento.

Dos trabalhos desta segunda Assembleia Distrital do MDM, em que, participaram cerca de quinhentas mulheres, ressaltou ainda o firme propósito de lutar para que a próxima revisão constitucional não se venha a traduzir, no que se refere aos direitos específicos das mulheres, numa diminuição dos direitos conquistados, mas no seu alargamento.

Funcionando na parte da manhã em secções, após uma sessão plenária de abertura, a Assembleia debateu três temas principais: «aumento do custo de vida», «Constituição da República» e a «Família».

As conclusões, aprovadas em

plenário da parte da tarde, salientam, no que se refere à Lei Fundamental, a situação jurídica da mulher, consagrada em termos de plena igualdade para todos os cidadãos — homem e mulher, quanto à família, foi sublinhado que «a estabilidade familiar só será conseguida quando os direitos básicos — habitação, saúde, trabalho e ensino — estiverem assegurados na prática».

A propósito, a Assembleia alertou para qualquer legislação que a secretária de Estado da Família possa vir a preparar, numa antecipação à revisão constitucional, «utilizando para tal uma formulação aparente-

mente aliciante, mas que, a ser posta em prática, viria a remeter de novo a mulher para uma situação de isolamento, marginalização e inferioridade, idêntica à que as mulheres tinham antes do 25 de Abril de 1974 e que a secretária de Estado da Família, enquanto elemento preponderante da Mocidade Portuguesa Feminina no tempo de Salazar, aprovava e aplaudia».

Ponto alto da contestação foram os recentes aumentos de produtos e serviços de primeira necessidade, sendo vivamente denunciados «os escandalosos aumentos dos Serviços Médico-Sociais e da Demagogia do Governo que isenta os reformados do pagamento do SMS, mas não o seu agregado familiar».

A Assembleia aprovou sobre este assunto uma moção exigindo do Governo o cumprimento das promessas feitas na campanha eleitoral para a Assembleia da República, a fim de travar a alta do custo de vida dos trabalhadores, em vez de a degradar constantemente.

Fevereiro vitorioso

Para assinalar o Fevereiro Vitorioso, a Associação Portugal-Checoslováquia realiza hoje, a partir das 21 e 30, nas suas instalações, em Lisboa (Rua Artilharia Um, 105, 4.º), uma sessão em que será apresentado o filme «A Madrugada Vermelha», havendo ainda um colóquio.

A entrada é livre.

Festa de Carnaval dos Pioneiros de Lisboa

No próximo dia 3 de Março (terça-feira), os Pioneiros de Lisboa realizam uma animada festa de Carnaval, a partir das 15 horas, no Centro Cultural de Alcântara, ao Largo do Calvário.

Desfile de Carnaval, concurso de máscaras (históricas e trapalhonas...), muitas surpresas e baile são alguns dos atractivos do programa organizado pelos Pioneiros, que deixam nas páginas do «Avante!» a seguinte mensagem:

«Amiguiinho, se quiseres uma tarde alegre participa no nosso Carnaval!»

A entrada é grátis.

No Porto

Também os núcleos de Pioneiros de Portugal da zona do Porto,



promovem no domingo, dia 1 de Março, no Pavilhão do Académico, uma festa de Carnaval aberta a todas as crianças. Entre outras iniciativas, haverá a participação de palhaços e ilusionistas, cantigas e um concurso de fantasias, cujo principal critério de classificação se baseará nos dotes imaginativos dos concorrentes. A festa começa às 15 horas.

Assembleia da República

Mesmo com a maioria a «AD» preferia calar a Assembleia

O ambiente vai aquecer na Assembleia da República. Três interpelações ao Governo já entradas na AR, apresentadas sucessivamente pela UEDS — sobre as consequências da seca e as medidas adoptadas e a adoptar pelo Governo para debelar os seus efeitos —, pelo PS — sobre política de educação — e pelo PCP — sobre a política de saúde —, vão obrigar o Governo «AD» a responder às perguntas que os três partidos lhe vão dirigir sobre temas de actualidade, temas concretos que preocupam os portugueses de modo geral e, em particular, os trabalhadores.

Não corresponde à realidade, de resto, a ideia posta a circular em alguns órgãos de informação, de que nos últimos tempos nada se tem passado na Assembleia da República, de que a política já não se faz aí. Tal ideia foi até avançada por um deputado do PSD, a despropósito de um voto sobre o Tarrafal, apresentado pelo PCP, que evocava os mártires do campo da morte, cujos restos foram trasladados há três anos para Portugal. Embora votando favoravelmente, o PSD exprimiú as suas reticências, adiantando que a Assembleia perdia tempo com intervenções avulsas, falando da ineficácia dos trabalhos parlamentares.

O que realmente acontece é muito diferente. Já antes das eleições que fortaleceram a maioria «AD», os partidos da direita mostraram o seu desprezo pela Assembleia da República, onde actuaram

como meros apoiantes de medidas governamentais e foram os partidos da oposição quem mais contribuiu para a continuação do labor parlamentar, com destaque para o PCP que assumiu o principal papel na denúncia dos atropelos à legalidade e avançando projectos de conteúdo democrático, chamando à ratificação diplomas que se não identificavam com a Constituição, nem com o espírito de Abril.

O que continua a passar-se é que, abalados pela derrota de Dezembro, os partidos da «AD», ainda não se recomposaram e têm-se limitado a gerir a sua própria maioria, opondo-se apenas aos projectos da oposição. Situação caricata, mas bastante reveladora. A «AD» joga à defesa. Ao ataque passaram os partidos democráticos com destaque, mais uma vez, para o Partido Comunista, como o provam

as agendas dos últimos tempos, onde o PCP figura como proponente de uma série de projectos, onde as ratificações pedidas pelos comunistas se sucedem. E projectos de ratificações bem concretas, que suscitam o interesse de amplas camadas de cidadãos que querem ver na AR os seus eleitos trabalharem.

Os últimos dias são novo exemplo do que atrás se disse, começando na quinta-feira passada a sessão com uma intervenção do camarada Veiga de Oliveira, declaração política a que damos relevo noutro local.

Não ficariam por aqui as intervenções do PCP. Destaque para a que produziu o camarada Rogério de Brito ao apresentar um requerimento ao Governo sobre as ilegalidades cometidas pelo MAP na UCP «Liberdade de Seda», e para a que leu o camarada Jorge Lemos, ao esclarecer os motivos que levaram o PCP a solicitar a ratificação de um diploma governamental sobre a violência no desporto.

O camarada Jerónimo de Sousa, por seu lado, apresentaria um projecto de lei de revogação do artigo 56-A do Código do Imposto Complementar que atribuiu às entidades públicas e privadas competências para punir trabalhadores por

conta de outrem por inobservância das obrigações fiscais.

Este projecto que atribuiu às entidades públicas e privadas competências para unir trabalhadores por conta de outrem por inobservância das obrigações fiscais.

Este projecto, que foi rejeitado pela maioria da direita veio mostrar, conforme afirmou o camarada Octávio Teixeira, que os Governos «AD» não estão interessados em prevenir, muito menos em combater, a fraude fiscal do imposto complementar como em qualquer outro imposto. A criação do artigo 56-A do Código do Imposto Complementar teve como objectivo político fundamental o confronto brutal com os trabalhadores, o confronto aberto com a Constituição.

A votação a que acabámos de assistir — diria por seu lado o camarada Armando Teixeira, em declaração de voto produzida no dia seguinte — torna muito claro qual a natureza de classe desta maioria e do seu Governo. Para as forças democráticas o Decreto 183/F/80 não

é uma lei de combate à evasão fiscal, antes apresenta uma inequívoca demonstração do espírito repressivo, discriminatório e classista da maioria e do seu Governo.

Tais atitudes por parte dos comunistas, que demonstram uma combatividade que lhes vem de saber que defendem as aspirações e os interesses dos trabalhadores e do povo em geral, caem de facto muito mal na «AD». A direita preferia o morno da conversa fiada, o tecer de elogios ao Governo das vacas magras, o esconder da sua política antidemocrática.

A intervenção do camarada Joaquim Miranda, sobre o distrito de Portalegre e o panorama económico, social, político e cultural que aí se vive, sempre agravado pela política da «AD» também não caiu bem na maioria. E o voto evocando os tarrafalistas, que o camarada Carreira Marques apresentou, também seria dispensável pelos partidos da direita. Não gostam de recordar que, como hoje, também houve ontem democratas, dispostos a sacrifícios para lutar em defesa da liberdade.

Veiga de Oliveira: «Alto ao Governo da seca e das vacas magras!»

Na quinta-feira passada, o camarada Veiga de Oliveira produziu na tribuna da Assembleia uma declaração política durante a qual acusou o Governo de recusar o cumprimento da lei no que toca ao sector empresarial do Estado, recordando que uma semana antes, 39 dos 68 gestores eleitos por mais de 500 mil trabalhadores do sector, reuniram-se em Lisboa e puseram em causa a atitude do Governo que, como afirmou o dirigente comunista — por fas e por nefas, ora escudando-se na pretensa necessidade de regulamentação, ora mais brutalmente e com desdouro recusando o cumprimento da lei e ameaçando com a sua revisão, persiste na sua atitude marginal e selvagem de um qualquer «fora da lei».

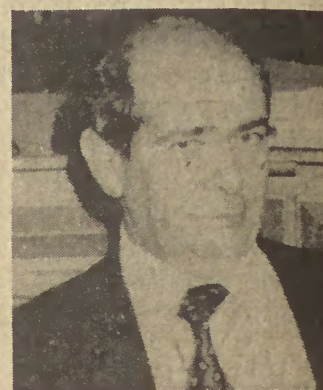
Conhecidas as políticas, o rumo geral e os objectivos sectoriais anunciados pelos Governos da «AD» — diria mais adiante Veiga de Oliveira — e face à sua prática política de mais de um ano, forçoso é constatar que a recusa inqualificável do cumprimento da lei 46/79 é não mais de que uma peça da manobra mais vasta que visa a destruição do regime democrático, a reimplantação do domínio económico e político do grande capital monopolista, associado aos monopólios internacionais.

Depois de sublinhar que a «AD» ainda não entregou ao grande capital todos os ramos e sectores rentáveis do sector empresarial do Estado, a começar pela banca e pelos seguros, porque não o pôde fazer, Veiga de Oliveira recordaria os ataques que, em apenas um ano, o Governo produziu contra as empresas que prestam serviços públicos — à RN que apenas recebeu, em 1980, 2/5 do que recebera no ano anterior e mesmo assim não completamente pago — de indemnização compensatória; o corte forçado de 1 milhão de contos de investimentos; a acusação aos trabalhadores de causarem os défices.

Referindo-se a outros sectores, o deputado comunista sublinhou os casos da Quimigal onde também não foram pagas as indemnizações compensatórias anunciadas. A EDP e a Petrolgal, onde se prepara o regresso em força dos capitalistas e das multinacionais.

Retomando a questão da recusa do cumprimento da lei 46/79, Veiga de Oliveira salientou ser necessário dizer «alto» ao Governo «AD»/Balsemão.

A transferência do peso da crise para os trabalhadores é no imediato o objectivo deste Governo que recorre a todos os embustes incluindo os fenómenos naturais para se justificar e justificar a sua



Veiga de Oliveira

política antidemocrática a favor dos interesses dos grandes exploradores.

Até a seca lhe tem servido para isso e só esperamos que não chegue a tirar de tal cartola a prova da necessidade da urgente reprivatização da banca e, porque não, da relapsa recusa à nomeação dos gestores eleitos e ao cumprimento da CRP da Lei.

Este Governo da «AD»/Balsemão é o Governo da Seca, das searas mortas à nascerça, das vacas magras; os trabalhadores, as camadas laboriosas e os democratas, saberão tirar a lição unindo-se e preparando as sementais que reporão a legalidade democrática e o bem-estar para todos os portugueses.

«Até quando fugirá o Governo ao debate sobre a política de saúde?»

— interrogam (com boas razões) deputados comunistas, ouvidos pelo «Avante!» acerca da interpelação recentemente apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP

«Que política de Saúde é esta?» — eis o que dirá o consumidor em geral, e o trabalhador em particular, perante a única medida de fundo, apresentada neste domínio pela AD, tanto no como neste II Governo: o aumento das taxas dos Serviços Médico-Sociais. «Que política de Saúde é, afinal, esta?» — pergunta o povo, pelo país, perante uma Saúde cada vez menos «pública», cada vez mais privada... Os representantes do povo trabalhador na Assembleia da República, há muito que vêm repetindo, insistindo na mesma questão. Os governos AD, o I e o II, fazem política de avestruz, escondem a cabeça nas penas e que ainda há-de muito pensar! — e silenciam. Até quando?

Representantes legítimos do Povo português insistem na Assembleia da República. E a 19 de Fevereiro, surge, mais uma vez por parte do Grupo Parlamentar do PCP, uma interpelação ao Governo «para a abertura de um debate de política geral sobre política de saúde e as medidas governamentais já tomadas ou anunciadas para o sector». E nas instalações do Grupo Parlamentar do PCP, o «Avante!» pergunta o porquê desta interpelação que, aliás, representa uma insistência. A responder, os deputados, José Ernesto, médico; Manuel Lopes, sindicalista e Zita Seabra que se tem distinguido nas polémicas parlamentares sobre política de saúde e segurança social.

Gravosa para os utentes e para os profissionais de Saúde

A palavra ao deputado comunista José Ernesto, médico: — Esta interpelação do Grupo Parlamentar do PCP ao Governo para um debate sobre a política de saúde vem na sequência de preocupações que têm manifestado, e que o povo português sente, relativamente ao agravamento da situação da cobertura sanitária e da prestação de cuidados de saúde, desde que a AD é governo. Este agravamento é um facto tanto no primeiro como no actual governo que continua os mesmos objectivos e prossegue a mesma política, ainda que em alguns casos pontuais pretenda surgir com uma fachada mais dialogante, mas mantendo os mesmos fins. Um exemplo claro são as medidas tomadas nos últimos dias do I Governo AD e retomadas por este II Governo da AD: as novas taxas moderadoras no âmbito dos Serviços Médico-Sociais que lançam para uma situação extremamente difícil, milhares de famílias portuguesas que já teriam dificuldade em enfrentar uma situação de doença e com os novos preços ficam, por impossibilidade económica, afastados dos cuidados primários de saúde.

Na realidade nos dias imediatamente ao noticiário destas medidas pela Comunicação Social, era ouvir nos transportes públicos os protestos, as queixas: «Quem pode agora chamar um médico dos Serviços Médico-Sociais a casa? Onde se viu pagarem-se análises e radiografias?». Havia mesmo quem adiantasse — com a ironia amarga e profícua que

caracteriza o calejado povo português — que quanto às taxas relativas às requisições de medicina física e reabilitação, este era o modo do Governo AD festejar o Ano Internacional do Deficiente... Mas afinal o agravamento dos problemas de Saúde, não será uma constante da governação AD? Prossegue José Ernesto:

— É possível hoje, demonstrar quantificadamente que todos os problemas de saúde do povo português têm sofrido um agravamento com a governação AD. E também é possível demonstrá-lo com os factos particularmente visíveis no âmbito das urgências onde os Serviços de Assistência dos Hospitais Cíveis de Lisboa sofrem uma situação quase de ruptura que levou mesmo à paralisação dos serviços de enfermagem do Banco do Hospital de S. José: levou à demissão da direcção do mesmo Banco; e segundo notícias veiculadas na imprensa, levou a que o Hospital Pediátrico de Coimbra se encontrasse, pelos mesmos motivos, à beira da ruptura. Quanto aos Hospitais Distritais ficaram por concretizar todas as promessas no âmbito de cobertura de especialistas, o que lhes permitia reter grande parte dos doentes que assim vêm para Lisboa.

Paralelamente a esta política pontual, os grandes objectivos do Governo AD, continuam a ser privilegiar a medicina privada. São assim privilegiadas todas as formas de intervenção privada no sector, desde a própria medicina privada, à instalação privada de equipamento, até à ausência de uma política eficaz de controlo das multinacionais farmacêuticas que invadem o nosso mercado indiscriminadamente. Enfim: uma política que visa proteger, enriquecer com escandalosos lucros, aqueles que fazem da doença da população fonte de negócio e lucro.

Por tudo isto que se insere numa política de brutal aumento do custo de vida e da criação de dificuldades de sobrevivência às camadas mais desfavorecidas da nossa população, o Grupo Parlamentar do PCP decidiu interpelar o Governo para um debate público. Tanto mais que esta política que a AD prossegue não é somente gravosa para a utilização dos Serviços de Saúde por parte

dos utentes mas para os próprios trabalhadores da Saúde, nomeadamente médicos e enfermeiros e, em especial, na indefinição, nas afrontas que têm sido cometidas em relação às mais jovens gerações de trabalhadores da saúde, com legislação profundamente comprometedora do seu futuro profissional, com a ausência de medidas e da concretização de promessas que haviam sido feitas aos enfermeiros no âmbito das carreiras profissionais e nas ameaças à gestão democrática dos Serviços de Saúde, parti-

certo combate ao absentismo... Como se fossem os absentistas que eventualmente se possam servir dos Serviços Médicos para justificar o seu absentismo, não continuassem a fazê-lo... Os que não vão servir-se, por falta de meios perante os escandalosos aumentos dos Serviços Médico-Sociais, são pessoas doentes que não têm condições para utilizar os serviços de saúde pelo preço que a AD lhes pretende fazer pagar.

No campo mais geral da Saúde, o problema implica medidas mais vastas desde

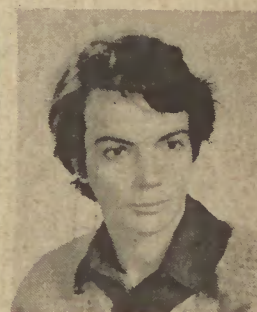
interesses dos trabalhadores em geral e dos trabalhadores de Saúde, a AD defende muito claramente os interesses dos barões da medicina, dos grandes laboratórios e das multinacionais. E é por isto que a AD tem sempre fugido a um debate na Assembleia da República. É por isto que o Governo nunca explicou porque não aplica a Lei do Serviço Nacional de Saúde; é por isto que há meio ano desafiámos a AD para um debate televisivo sobre saúde, a AD aceitou mas nunca houve tempo para concretizar tal debate... É a ainda por isso que



José Ernesto



Manuel Lopes



Zita Seabra

«Beneficiar o infractor» ou a violência do Governo em recintos desportivos...

Solicitando a ratificação do Decreto-Lei 339/80, de 30 de Agosto passado, o grupo parlamentar do Partido Comunista Português abriu um debate que excede em muito o próprio teor do diploma que estabelece um conjunto de medidas tendentes a conter, a curto prazo, a violência em recintos desportivos. Com efeito, o camarada Jorge Lemos, que apresentou à Assembleia o pedido de ratificação afirmou:

«Os motivos e os fundamentos que estiveram na base da publicação do decreto-lei neste momento indissociáveis do que tem sido a orientação e a prática da «AD» no campo do desporto. Ora, em traços muito gerais pode-se dizer que a política da «AD» para o sector desportivo se sucede ao saneamento do aparelho de Estado de dezenas de técnicos competentes e integrados no

espírito do 25 de Abril, e se tem caracterizado pela implementação de acções redutoras e destruidoras do movimento desportivo, popular e cultural nascido em Abril, acções bem patentes no favorecimento e estímulo de actividades apelidadas de desportivas mas que não passam de acções de tipo publicitário-comerciais.

E depois de esclarecer com exemplos tal afirmação, Jorge Lemos classificou o diploma em ratificação de estar ferido de inconstitucionalidade orgânica, denunciando o facto de, no seu art.º 3.º, se dizer que as associações desportivas estarão sujeitas a medidas de interdição, ou seja, proibição de realização de jogos no seu campo por determinado período de tempo, a sanções e à obrigatoriedade de realização de obras nos recintos desportivos (de

acordo com regulamentação governamental), caso neles se verifiquem actos de violência provocados pelos espectadores presentes.

E Jorge Lemos salientou a gravidade do articulado, que acaba por tocar as regras do ridículo.

Com ele (...) não se pretende castigar os promotores da violência mas sim as associações em cujos recintos tal violência se verifique. Imagine-se que um grupo de cidadãos não gosta do clube A e que entende dever prejudicá-lo. Nada mais fácil com o actual decreto-lei. Basta ir ao seu campo, provocar distúrbios no decorrer de uma competição desportiva e desde logo há a certeza de que esse clube desportivo será punido pelo Governo. Ou seja, usando a linguagem desportiva, «beneficia-se o infractor!»

Os glutões do MAP e a caldeirada da ilegalidade

Apresentando simultaneamente um requerimento ao Governo solicitando esclarecimentos sobre os acontecimentos ocorridos na UCP «Liberdade de Seda», o camarada Rogério de Brito produziu, na passada

quinta-feira, uma intervenção onde acusou o Ministério da Agricultura e Pescas de fazedor de caldeiradas de ilegalidade, inconstitucionalidade, roubo e desumanidade. Ouvida em silêncio por todo o hemisfério, a intervenção do deputado

comunista não suscitaria entretanto nenhum pedido de esclarecimento. Nem um protesto. Os deputados apoiantes de um Governo responsável pela destruição da Reforma Agrária, engoliram as palavras ouvidas.

Depois de relatar a situação em que se encontra a UCP, que chegou a integrar mais de 6 mil hectares e se vê reduzida à posse de apenas 520 ha, não podendo conservar sequer os 117 trabalhadores que ultimamente nela têm trabalhado, o camarada Rogério de Brito narrou a maneira como foi arrancada aos trabalhadores a última herdade, de 126 hectares, entregue a José Marques, «por sinal bom homem» que além de taberneiro aluga tractor.

Nesta herdade — disse — tinha a UCP instaladas 200 cabras e 49 porcas criadeiras. Pois bem, o MAP avisou por telegramas emitidos no passado dia 12, às 11 e 40 que, no dia seguinte, iria proceder à entrega da referida herdade. «Tudo simples, tudo simples, tudo legal».

No dia 13, já estavam os aplicados funcionários do MAP, acompanhados de 8 lipes da GNR com um efectivo de 35 homens e respectivas G3.

«Tudo limpo, tudo simples», destruíram as cercas das cabras e os chiqueiros dos porcos, sacaram o motor de tirar água e respectivas canalizações, retiraram o depósito da água e, para repasto, roubaram quatro galinhas, três leitões e nem o chocalho do cão do pastor escapou ao saque.

E há quem não acredite nos glutões!



Trabalhadores

Semana de luta contra a vida cara suscita larga adesão

«Aumento do custo de vida — razão de luta» é o lema central das dezenas de iniciativas já levadas a cabo desde o dia 23 em Lisboa e no Porto e que, suscitando larga adesão, vão terminar em Lisboa no próximo sábado com uma sessão pública na Voz do Operário que terá início às 15 e 30 e contará com a presença de conhecidos economistas.

Em Lisboa e no Porto são ainda de assinalar, hoje e amanhã, várias iniciativas. Hoje, 26, em Sacavém está marcada para a Cooperativa Sacavenense uma sessão pública com início às 21 horas. Além da acção de luta nas empresas, anunciadas inclusive num jornal de 8 páginas distribuído entretanto pela União dos Sindicatos de Lisboa (USL) dedicado apenas à semana de luta, haverá amanhã, acções nas ruas e nas empresas onde não tenha sido possível chegar nos dias anteriores; e instalação de bancas nas ruas e carros de som mobilizando para a sessão de sábado na Voz do Operário.

No Porto, a semana de unidade, protesto e luta mantém em

curso distribuições de rua em Santo Tirso, Matosinhos, Vila do Conde, Gaia e na própria cidade, incluindo mercados, estações de caminhos-de-ferro, postos médicos, caixas e hospitais. Estão marcadas mais de 15 assembleias de delegados sindicais de sector. As distribuições de materiais esclarecedores sobre o aumento do custo de vida e de apelo à luta contra a política do Governo «AD»/Balsemão são asseguradas pelos sindicatos, por grupos de mulheres trabalhadoras e de reformados. As iniciativas portuenses, que abrangem todo o distrito e das quais naturalmente não poderemos dar conta na totalidade, abrangem ainda a colocação de panos, pichagens, colagem de cartazes, várias dezenas de plenários de empresa e um abaixo-assinado reclamando a anulação da Portaria que aumentou as taxas dos

serviços médico-sociais. Como as restantes, esta última iniciativa tem suscitado grande adesão.

Destaque especial deve merecer o esforço da Comissão Organizadora da Semana de Luta ao editar e distribuir profusamente um jornal de formato tablóide com oito páginas que de forma atraente chama a atenção para os principais motivos de luta contra a vida cara e cuja razão fundamental é «consciencializar os trabalhadores e o povo do distrito de Lisboa para a dimensão da escalada antilaboral desenvolvida pelos sectores mais reaccionários da sociedade portuguesa acoitados na «AD».



Mulheres, naturalmente, na primeira linha contra o aumento do custo de vida. O MDM (Movimento Democrático), que pertence à Comissão Organizadora da Semana de Luta, no seu I Encontro Distrital realizado há dias em Lisboa exigiu entre outras medidas, a «satisfação imediata das reivindicações dos trabalhadores, aprovadas no plenário da CGTP-IN de 13 de Dezembro de 1980»

Pré-aviso para amanhã

RN e «privados» voltam a parar

- Forte adesão na Cometna, Sorefame e outras empresas do sector

- Recuo na Cometna após novo pré-aviso para hoje

Aqui há tempos o novo ministro do Trabalho do Governo velho, o Governo «AD»/Balsemão, dizia das suas preocupações a propósito do noticiário laboral, certamente com mira noutro melhor. Nada de novo haveria a registar, se nos lembrássemos das «críticas construtivas» de que tanto gostava o fascismo. Não será agora a mesma coisa. Mas a verdade é que o substituto de Eusébio de Carvalho terá de reconhecer que, no caso que aqui nos interessa e que é dos que mais interessa aos trabalhadores — a contratação colectiva — tudo o que há de construtivo é construído com a luta dos trabalhadores. Meia dúzia de contratos, de extensões de âmbito ou outros diplomas que o Ministério publica sem movimentação prévia de qualquer espécie nada são relativamente às convenções colectivas que os trabalhadores organizados conquistam — é o termo — de uma forma ou de outra, mas cada vez menos sem luta organizada e sem mobilização.

Após uma adesão como a Cometna nunca vira durante a paralisação da última quinta-feira e com nova greve de 24 horas decidida em plenários efectuados em toda a empresa, a administração resolveu considerar a negociação como «ponto prioritário», isto é, comprometeu-se, na última segunda-feira, a apresentar uma contraproposta ao caderno reivindicativo dos trabalhadores. Para se

avaliar da importância desta luta e da que decorreu no mesmo dia 19 na Sorefame, adiante-se que a Cometna emprega cerca de 1800 trabalhadores e que praticamente todo o sector metalúrgico, metalomecânico e mineiro se movimentou no sentido da satisfação de reivindicações com paralisações recentes noutras empresas menores designadamente a Heliço, Argibay e Seldex.

Os rodoviários contam

também no activo com uma adesão à greve que rondou os 100 por cento, durante vinte e quatro horas com início na madrugada de 17 do corrente.

Dois dias depois paralisou também o sector da produção de material eléctrico e electrónico. Os aumentos de salários da ordem dos 27 por cento exigidos pelos trabalhadores são perfeitamente compatíveis com a capacidade económica do sector, afirmam os



sindicatos, que prevêm a continuação da luta.

Nova paralisação de 24 horas, na Rodoviária que emprega 14 000 trabalhadores era, entretanto, anunciada para amanhã, sexta-feira, a nível de todo o País e por um período de 24 horas, se no prazo do pré-aviso, designadamente nas reuniões marcadas pelo conselho de gerência da RN para ontem e para hoje nada se avançar, dilatando-se apenas «a resolução do problema», adiando o processo negocial, como prevêm os dirigentes sindicais.

Nas empresas do sector privado o pré-aviso de greve

é de 48 horas e abrange cerca de 7 mil trabalhadores. Aqui a forma de luta agravou-se, o que sucederá relativamente a todos os conflitos onde a intransigência e o boicote continuarem a ser lei do Governo e das administrações.

Numa tomada de posição perante a greve do dia 17, a CGTP-IN manifestava aos trabalhadores rodoviários a sua solidariedade «neste momento de luta pela defesa do seu nível de vida e pelo melhoramento dos serviços que prestam à população».

Num comunicado, a central denunciava, por

outro lado, «as atitudes irresponsáveis e atentatórias dos direitos e interesses dos trabalhadores e do Povo português levadas a cabo pelo patronato, pelo conselho de gerência da RN e pelo Governo».

No mesmo documento, a CGTP-IN, ao mesmo tempo que manifesta o seu apoio activo à «luta actual dos trabalhadores rodoviários», aponta «o seu exemplo de unidade e de firmeza» para que o mesmo «seja seguido pelos trabalhadores de outros sectores em defesa dos seus direitos e interesses».

Mulheres da Figueira

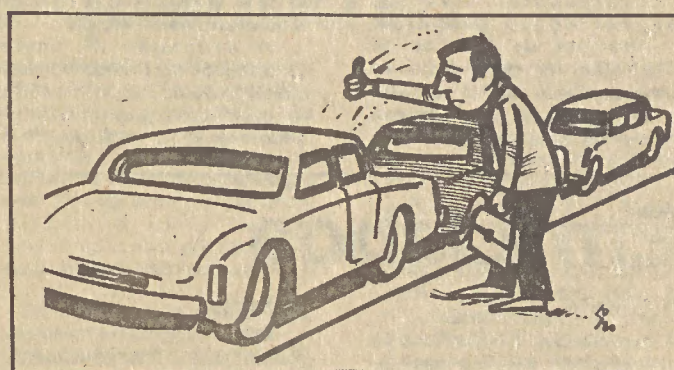
O 2.º Encontro Unitário de Mulheres do Concelho da Figueira da Foz está previsto para 15 de Março próximo. A comissão organizadora continua a promover reuniões em vários sectores profissionais e em várias freguesias «a fim de fazer um levantamento de carências e problemas e, ao mesmo tempo, tentar encontrar algumas soluções em conjunto com todas as mulheres».

Êxito no Inatel

Um aumento salarial de 20 por cento retroactivo a Janeiro e a garantia do secretário de Estado do Trabalho de que serão cumpridos os prazos de algumas propostas respeitantes aos estatutos e à regulamentação de trabalho constituem, segundo a Comissão de Trabalhadores do Inatel, a satisfação das reivindicações pelas quais se batiam os trabalhadores. Foi entretanto suspensa a forma de luta adoptada.

ECA ameaçada

Solidários com os delegados sindicais, os trabalhadores fabris da ECA (empresa de concentrado de tomate de Alvalade-Sado) recusaram trabalho nos campos havendo trabalhadores agrícolas sem ocupação. Campo e fábrica apoiam a atitude sindical que reafirma a não aplicação da cláusula 92.ª do CCTV (contrato) em vigor, nomeadamente porque existe neste caso «modificação substancial das funções». A administração ameaçou inicialmente com processos disciplinares.



RN: sem incidentes

Composto naturalmente na sua incontável maioria pelas classes trabalhadoras e camadas médias da população, o público utente da Rodoviária Nacional não deu qualquer prova pública de incompreensão ou repúdio perante a greve da RN na semana passada. Segundo a Federação sindical do sector houve até simpatia e compreensão pela forma de luta a que os trabalhadores são obrigados a recorrer.



RN em Braga

Como o «Avante!» tem noticiado, os trabalhadores da Sotube e a população bracarense (parecer unânime da Assembleia Municipal, por exemplo) continuam a exigir a integração daquela empresa de camionagem de passageiros na Rodoviária Nacional. Agora que termina o prazo de concessão, o Sindicato do sector recorda ao presidente da Câmara o que ficou «estabelecido e decidido», de maneira a defender os interesses gerais.



Controlo Operário

Sorefame de 1974 a 1979

Sob o lema do controlo operário e da unidade dos trabalhadores para o seu reforço, acaba de ser distribuído o n.º 1 do «Boletim Informativo» da Sorefame. Da responsabilidade da comissão de trabalhadores (CCS), a publicação, cujo interesse ultrapassa largamente o âmbito específico da empresa, insere neste seu primeiro número uma análise da situação económico-financeira da Sorefame, no período de 1974 a 1979.



Uma data — um Congresso

As datas de 14 e 15 de Março, escolhidas pelos representantes dos sindicatos filiados na Federação Portuguesa do Comércio e Serviços tem um significado memorável para os trabalhadores do sector. Ao referir-se ao 1.º Congresso da Federação o boletim do Sindicato de Lisboa refere: «as razões que determinaram a escolha daquelas datas tiveram muito a ver com a passagem de mais um aniversário da memorável concentração de 15 de Março de 1971, junto ao Palácio de São Bento e face à violência repressiva da polícia de choque fascista». O 10.º aniversário dessa jornada de luta será celebrado durante o Congresso.

CTs mais fortes para defesa da banca e dos bens nacionais

- Unidade na Coordenadora

Membros das comissões de trabalhadores de toda a banca, com excepção do Banco de Fomento e do «Crédito» acabam de eleger uma Coordenadora e de aprovar os seus estatutos. Cerca de 50 mil trabalhadores bancários representados na sala de assembleias do Banco de Portugal (estiveram presentes e votaram 14 CTs) escolheram uma maioria de mandatos para a lista unitária.

Esta última designada por «A» obteve 52 dos 119 votos expressos o que, num total de 11, lhe deu 5 mandatos. Os votos restantes foram distribuídos por duas listas, «B» e «C», que obtiveram

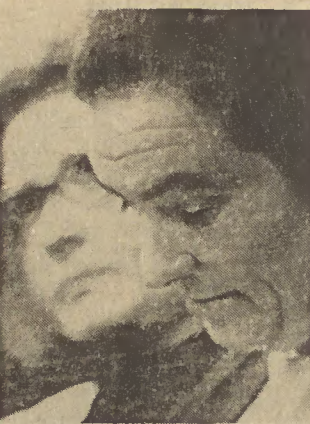
4 e 2 mandatos, respectivamente.

A Comissão Coordenadora agora eleita é de âmbito nacional e amplamente representativa. Elementos de 11 CTs constituem a lista vencedora que se propõe defender, a par dos direitos, interesses e garantias dos trabalhadores, a nacionalização e o património da banca, trabalhando para evitar ou destruir quaisquer tentativas ou ambições de reprivatização da banca, da abertura do sector ao grande capital privado.

Num manifesto distribuído entretanto, os membros das CTs agora eleitos para a Coordenadora, além de



defenderem uma reestruturação do sector, participada pelos trabalhadores, consideram



que a banca deve ser «motor e estelo de toda a actividade económica do País» o que não sucede sob o domínio da

«AD» e em obediência às directrizes do FMI (Fundo Monetário Internacional).

«Taxas de juro altíssimas» e «crédito estrangulado» são ainda referidos pelo manifesto, que acusa os bancos Portugueses do Atlântico e Borges & Irmão de «desbaratarem o seu património, cedendo de qualquer maneira as empresas que lhes pertencem» e o Totta & Acores e o Espírito Santo e Comercial de Lisboa de financiarem o Chile de Pinochet.

Entre outras críticas e acusações, inclusivamente a alienação do património nacionalizado em benefício de «antigos grupos

económicos», a Coordenadora, no manifesto e em duas moções aprovadas em plenário na altura da votação, propõe-se exercer uma acção continuada e consequente contra um estado de coisas altamente lesivo dos principais interesses do País e, principalmente, exige do Governo que o Banco de Portugal (banco central) «cumpra o seu efectivo papel de fiscalização e de coordenação da actividade bancária» de modo a que a banca desempenhe realmente o papel que a Constituição lhe atribui, o seu papel de apoio e dinamização da economia nacional.

PCP

AS COMEMORAÇÕES DO 60.º ANIVERSÁRIO

No distrito do Porto trabalha-se com entusiasmo

Prossegue em bom ritmo a distribuição em todo o distrito do Porto do boletim do 60.º aniversário do Partido, editado pela Comissão de Organização da DORP do PCP. O boletim lembra as principais direcções de trabalho na campanha em curso para o reforço do Partido e inclui um artigo sobre o carácter marxista-leninista do PCP.

Entretanto, avança com entusiasmo a campanha «Um Dia de Salário para o PCP». A ideia continua a ser muito bem acolhida pelos militantes, que uma vez mais compreenderam a necessidade do reforço financeiro do Partido como condição indispensável ao desenvolvimento das condições de trabalho do grande colectivo comunista do distrito.

O número comemorativo do 50.º aniversário do «Avante!» foi profusamente vendido nas empresas e nas ruas. Calcula-se que nas organizações da ORP se tenham vendido cerca de 7500 exemplares além do normal.

Entretanto, diversas organizações preparam a abertura de Centros de Trabalho concelhios ou de freguesia em torno do 60.º aniversário. Em alguns concelhos é a primeira vez que

a organização poderá contar com um ponto de apoio regular e aberto para o seu trabalho.

Está também em marcha a campanha de manutenção da presença a consigna do reforço orgânico, político e ideológico das organizações.

Em todos os sectores multiplicam-se as iniciativas: almoços e jantares, sessões, exposições, espectáculos, assembleias de organização, divulgação de documentos, etc. Destacamos hoje a iniciativa das camaradas têxteis do Porto que lançarão pelo aniversário um laço-alfinete de cor vermelha para distribuir pelos trabalhadores do sector.

A evocação de nomes destacados do Partido no Norte será motivo de outras iniciativas, enquanto surgiu a ideia de promover uma visita guiada às

antigas instalações e masmorras da PIDE no Porto, onde estiveram presos e foram torturados tantos comunistas e outros democratas onde alguns deram heroicamente a vida para que Portugal fosse livre, para que seja posta fim à exploração do homem e para que triunfe o socialismo.

Entretanto, os comunistas de Sebolido oferecem um dia de trabalho, o 6 de Março, dia do aniversário do Partido, para a preparação de terrenos onde serão instalados parques infantis nos dois lugares da freguesia (Rio Mau e Sebolido). Um dos parques foi oferecido pelos trabalhadores da Setenave e posteriormente os elementos da APU na freguesia resolveram oferecer outro.

O dia 6 de Março será ainda assinalado no Porto pela inauguração às 18.30, na sede da DORP, da exposição sobre a vida e as lutas do Partido; e pela realização, às 21.30, no pavilhão do Académico, do espectáculo «Eia Avante!».

Este espectáculo, constando de canções, slides e cenas

teatralizadas, evoca as lutas do nosso Povo pela independência e pela liberdade, recorda as lutas dos trabalhadores do Norte nas últimas décadas de anos, foca o papel do marxismo-leninismo e do Partido Comunista na transformação progressista da sociedade.

Será feita uma curta intervenção política.

Encontram-se já à venda nos Centros de Trabalho do Partido os bilhetes para o espectáculo.

Na tarde de sábado, dia 7, o Comité Local do Porto promove na Praça Humberto Delgado um espectáculo para crianças.

Álvoro Cunhal participará no comício comemorativo do 60.º aniversário, a realizar no Porto, na tarde de 21 de Março, às 15.30.

A interessante exposição sobre o «Avante!» promovida pela Comissão Concelhia de Vila Nova de Gaia encontra-se já patente no Centro de Trabalho concelhio. A exposição integra uma tipografia clandestina que estava instalada no Porto antes do 25 de Abril.

Dia 7, sábado, em Lisboa Grandioso comício do PCP na Praça do Campo Pequeno

● Vários aspectos inéditos caracterizarão esta iniciativa integrada nas comemorações do 60.º aniversário do Partido

As comemorações do 60.º aniversário do PCP têm um ponto alto num grandioso comício a realizar no dia 7, na Praça do Campo Pequeno, em Lisboa, com a participação do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido.

O comício decorrerá a partir das 15 horas e da sua mesa, presidida pelo camarada José Vitoriano, farão parte a Comissão Política e o Secretariado do Comité Central, membros de todas as Organizações

Regionais, elementos da direcção da JCP, Mulheres Comunistas e Pioneiros, um trabalhador de uma empresa nacionalizada, uma trabalhadora duma UCP, um camponês, um intelectual e uma delegação de velhos militantes comunistas.

O Partido dirigiu convites a mais de 200 organismos e personalidades da vida nacional para assistirem à sessão, designadamente órgãos de soberania, partidos políticos,

organizações sindicais, associações culturais, cívicas e religiosas e figuras dos mais diversos sectores de actividade e correntes de opinião.

Informamos, entretanto, que os camaradas portadores de prendas colectivas e saudações aprovadas nos numerosos organismos e iniciativas do Partido devem entrar pela porta n.º 22.

As organizações de Lisboa e Setúbal estão a preparar desfiles com

destino à Praça do Campo Pequeno, a partir de vários locais da cidade. No comício, particularmente vistosa e alegre será a participação da Juventude Comunista e dos Pioneiros.

Depois das intervenções dum Pioneiro, dum jovem comunista, dum trabalhador duma UCP, dum velho militante, dum operário e de um intelectual, usará da palavra o camarada Álvaro Cunhal, que encerrará o comício.

Em Lisboa

● Almoço

A célula do PCP de Alvalade (3.ª zona do Comité Local de Lisboa) promove no próximo sábado um almoço de confraternização às 13.30, no restaurante «O Tascu», com Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC.

● Cinema

Por iniciativa da 3.ª zona do CLL, decorre no CT de Campolide até 27 de Março um ciclo de cinema soviético, estando previsto no programa para amanhã, às 21 e 30, a apresentação do filme «Regresso de Máximo».

● Xadrez

Entre muitas outras iniciativas, a organização dos trabalhadores bancários comunistas de Lisboa promove um torneio de xadrez que se iniciou na passada segunda-feira. Publicação de documentos, cinema, exposição e venda de livros no CT do Chiado numa sala preparada para o efeito são outras das actividades daquela organização para o 60.º aniversário.

● Excursão

No dia 14 de Março o organismo dos gráficos do Comité Local de Lisboa (CLL) efectua uma excursão à Reforma

Agrária. A viagem inclui um almoço-convívio e a visita pormenorizada a uma UCP.

● Desporto

Começa no dia 2 de Março o Torneio de Futebol de Salão, promovido pelas organizações do PCP de Lisboa, que igualmente realizam no dia 7 uma prova de atletismo com chegada ao Campo Pequeno. Aceitam-se inscrições em todos os CT's da capital.

● Amadora

Reuniu cerca de 50 quadros a sessão realizada no passado dia 20 na Amadora, com

a participação do camarada Sérgio Vilargues, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC. De salientar a elevada presença de mulheres.

● Sessão

No próximo dia 5, às 21 horas, o sector dos Quadros Técnicos e a Célula dos Juristas da Organização Regional de Lisboa promovem uma sessão no Centro de Trabalho Vitória sobre o 60.º aniversário do PCP, na qual intervirá o camarada Bianqui Teixeira, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

No distrito de Aveiro, no Tramagal em Coimbra, Almada e Moita

Após um espectáculo de variedades no Teatro Aveirense, prossegue em Aveiro as comemorações do 60.º aniversário do PCP com as seguintes iniciativas: jantares-convívio no dia 6 em Espinho, Agueda e Aveiro e dia 14 em Ilhavo (na praia da Barra); exposições sobre a História do Partido de 5 a 7 de Março no salão da piscina em Espinho (no primeiro dia será projectado um diaporama); mantendo-se a do CT de Agueda; sessões públicas no dia 6, no CT de Ilhavo; dia 13 em Aveiro, no Salão Cultural, às 21 e 30, com Aurélio Santos, do CC, e em Oliveira de Azeméis, com Joaquim Gomes do CC; dia 14 em Espinho, no salão da piscina, às 21 e 30, com Aurélio Santos e canto livre com José Jorge Leitão e dia 20 na Gafanha da Nazaré (Ilhavo) às 21 e 30, com projecção de um diaporama.

O Secretariado da célula do PCP na MDF/Tramagal leva a efeito no próximo sábado, às 13 e 30, um almoço-convívio no Centro de Trabalho, aberto a todos os camaradas e amigos da freguesia. Haverá intervenção política pelo camarada Américo Valente, do CC e da DORSA.

No restaurante Salão Gouveia, no Alto de Santa Clara,

realiza-se no dia 6 de Março um jantar-convívio promovido pelas organizações dos professores e médicos comunistas do concelho de Coimbra.

No concelho de Almada, entretanto, estão marcadas as seguintes iniciativas: sábado — início de um conjunto de actividades para crianças no jardim, perto do Centro de Trabalho, o espalhar de pinturas colectivas; às 21 e 30, sessão nos Bombeiros Voluntários da Costa da Caparica; dia 6 — iniciativas em Almada e na Costa da Caparica (paineis e exposição); caravana sonora no concelho de Almada e sessão com Joaquim Gomes na SFUAP.

O Carnaval em Almada tem ponto de encontro marcado no pavilhão da Romeira, no sábado e domingo. Haverá um completo serviço de bar, malícia infantil, conjunto musical, etc. A iniciativa integra-se na campanha «Almada, uma Casa do Partido» e pertence à Comissão de Fundos da Romeira, em colaboração com a JCP.

Ainda no âmbito do 60.º aniversário do Partido, realizaram-se no concelho da Moita, no passado dia 21 de

Fevereiro, duas iniciativas a que acorreram cerca de 300 pessoas, no total.

No Sociedade, dos Alentejanos, na Baixa da Banheira, Maria da Piedade Morgadinho, membro do Comité Central, por um lado, e no Centro de Convívio

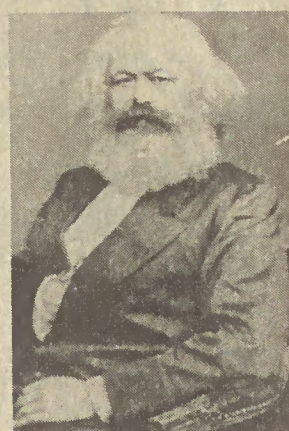
dos Reformados da Moita, Álvaro Mateus, por outro, intervieram acerca da História e papel do Partido antes e depois do 25 de Abril, tendo sido igualmente discutidas as iniciativas locais a levar a cabo nestas comemorações.

Almada, amanhã sessão sobre Marx

Karl Marx: vida e obra. Este é o tema da sessão que se realiza amanhã, no Centro de Trabalho Alberto Araújo, na Rua Capitão Leitão, em Almada.

A iniciativa, que se integra nas comemorações do 60.º aniversário do PCP, incluirá comunicações dos camaradas João Jacob, Odete Marques, Severiano Marques e Teresa Rosado, membros da SIP da Comissão de Freguesia de Almada, e também a apresentação de um filme.

A sessão tem início às 21 e 30, com entrada livre.



60.º aniversário Militantes do Arsenal homenageiam Bento Gonçalves

Uma homenagem a Bento Gonçalves, que foi secretário-geral do PCP assassinado no Tarrafal, e um almoço comemorativo a realizar no Mercado do Povo constituem iniciativas a realizar pela célula do PCP no Arsenal do Alfeite, destinadas a assinalar a passagem do 60.º aniversário do nosso Partido.

A homenagem a Bento Gonçalves — que foi operário do Arsenal — consta de uma concentração no Cemitério do Alto de S. João e posterior romagem e deposição de uma palma de cravos no respectivo túmulo. Na ocasião, será igualmente depositado um cravo junto de cada um dos túmulos dos resistentes

antifascistas mortos no campo da morte lenta e trasladados para Portugal na mesma ocasião de Bento Gonçalves. A romagem realiza-se no dia 7 de Março às 10 horas da manhã.

O almoço de confraternização terá lugar no mesmo dia às 13 horas, no Mercado do Povo, e constará de caldeirada (ou

dieta), pagando cada pessoa que a ela se quiser associar 230 escudos.

Os camaradas Jaime Serra, da Comissão Política do CC do PCP — que também foi operário arsenalista — e Carlos Ramildes, membro do CC e da DORS, estarão presentes em ambas as iniciativas.

Gabriel Pedro

Com longos anos nas fileiras do PCP, Gabriel Pedro falecia em 29 de Fevereiro de 1972 em Paris, no exílio.

Condenado pelo fascismo, embora longe do seu país nos últimos anos de vida, o camarada Gabriel Pedro não abandonou a luta pela liberdade e a democracia em Portugal. Antes do exílio passara longos anos nas prisões fascistas (Angra do Heroísmo e Tarrafal).

Hoje, como no passado, a figura e o exemplo de Gabriel Pedro continuam connosco.

Gamaradas falecidos

ANTÓNIO VASCO — Com 48 anos, faleceu o nosso camarada António Cabaço Vasco, trabalhador da Cooperativa Seie Estrelas, em Cabeço de Vide, concelho de Fronteira. O militante comunista faleceu no passado dia 5. No cortejo fúnebre incorporaram-se dezenas de camaradas, amigos e familiares.

JORGE MATOS — Vítima de doença súbita, faleceu o nosso camarada Jorge Breda de Matos, pintor cerâmico reformado, residente em Agueda e militante do PCP desde Abril de 1975.

O funeral foi acompanhado por muitas pessoas.

RUI MATIAS — Num acidente de viação, faleceu recentemente o militante comunista Rui José Catarino Matias, de 33 anos, casado, membro da célula do PCP na Siderurgia Nacional (Seixal). O camarada residia naquele concelho.

Aos familiares dos comunistas desaparecidos, o colectivo do «Avante!», expressando os sentimentos de todo o Partido, apresenta sentidas condolências.

Evocação de José Magro

No domingo, no cemitério de Benfica, ao apelo do Comité Local de Lisboa, concentraram-se junto da sepultura do camarada José Magro, falecido há um ano, cerca de duas centenas de

amigos e familiares daquele membro do CC do PCP.

Em homenagem a José Magro falaram José Maria do Rosário em nome da URAP e Manuel Pedro em nome da Organização



de Lisboa do PCP, exaltando o exemplo de José Magro, que passou mais de 20 anos nas prisões fascistas.

Foi por todos guardado um minuto de silêncio.



Assembleias no Porto

As células dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade (SMGE) e dos Serviços de Transportes Colectivos do Porto (STCP) realizaram no passado dia 21 as suas Assembleias de Organização.

Em cada uma das assembleias foi discutida a actividade desenvolvida, aprovados os planos para 1981 e eleitos os novos secretários das células. Aprovaram ainda uma saudação ao 60.º aniversário do PCP. Assistiram aos trabalhos, além dos militantes, amigos do Partido de cada uma das empresas.

A assembleia da célula da Petrogal — Porto, que esteve marcada para o passado dia 21, foi adiada para data a fixar.



Reuniões de Organização no Algarve

● Tavira, Faro e S. Brás de Alportel

Em S. Brás de Alportel, Tavira e Faro realizaram-se, no passado fim-de-semana, reuniões plenárias das organizações do PCP, com o objectivo de discutir a actividade do Partido ao longo do presente ano, quer no que respeita à actividade política, quer em relação ao reforço do Partido e ao melhoramento do seu funcionamento orgânico.

No sábado à tarde, efectuou-se uma reunião em S. Brás de Alportel, que contou com

a participação de duas dezenas de camaradas, tendo estado presente o camarada Carlos Luis Figueira, membro do CC e da DORAL. Ainda no sábado, realizou-se idêntica reunião em Tavira, a que esteve presente o camarada José Vitoriano, da Comissão Política do CC do PCP. E finalmente, no domingo, realizou-se a reunião de Faro, que contou com a participação de cerca de 150 militantes do PCP, tendo na ocasião sido

aprovado o plano de actividades da Comissão Concelhia de Faro para o corrente ano.

Tal plano contempla várias iniciativas de acção política, nas quais os aspectos das comemorações do 60.º aniversário do PCP têm, naturalmente, um grande peso. No plano, grande atenção é igualmente dedicada ao melhoramento da organização do Partido e, nesse sentido, foi fixada para finais do corrente ano a realização da II Assembleia da Organização do concelho.

Na reunião de Faro foi ainda discutida a situação financeira do Partido, aprovando-se o orçamento para o corrente ano. Nesta reunião estiveram presentes, entre outros, os camaradas José Vitoriano, Carlos Luis Figueira e Lurdes Cunha, esta da DORAL, tendo o camarada Vitoriano proferido uma intervenção sobre a situação política à luz das conclusões da última reunião do Comité Central do nosso Partido.

Encontros de Quadros no âmbito do CLL

A 3.ª Zona do Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP efectua já no próximo sábado, das 10 às 18 horas, no CT de S. Bernardo, à Estrela, o seu II Encontro de Quadros. Estará presente o camarada José Casanova, da Comissão Política do CC, e o debate será orientado através da seguinte ordem de trabalhos: análise da actividade da organização e perspectivas futuras; conclusões gerais; e situação política.

Por seu turno, a 1.ª Zona do CLL promove no mesmo dia, a partir das 14 e 30, na «Voz do Operário», um Encontro de Quadros com o objectivo de analisar e discutir o trabalho realizado após a II Assembleia de Organização e definir as linhas de acção para o ano de 81.

Reuniões no CT Vitória

Hoje a partir das 21 horas realiza-se uma reunião destinada aos camaradas naturais de Trás-os-Montes residentes na área da capital.

Amanhã, às 20 horas, reúnem os militantes do Partido das cooperativas eléctricas e metalomecânicas do distrito de Lisboa (SCEML). As questões de organização, o trabalho unitário

e a análise da situação política serão os principais temas em foco. Participará no encontro a camarada Georgette Ferreira, do Comité Central do Partido.

No dia 11, quarta-feira, realiza-se uma reunião destinada aos camaradas naturais do distrito de Aveiro, residentes na zona de Lisboa. O encontro tem início previsto para as 21 e 30.

Quem perdeu?

No final da sessão comemorativa do 50.º aniversário do «Avante!», no passado dia 14, foi encontrado no Teatro Aberto, em Lisboa, um relógio de marca «Cauny», plaqué de ouro, mostrador quadrado e com calendário.

Quem o perdeu pode dirigir-se à nossa Redacção, no CT da Rua Soeiro Pereira Gomes.

Metalúrgicos de Guimarães

No próximo dia 7 de Março, será constituído o Comité de Classe dos Metalúrgicos de Guimarães do PCP, numa Assembleia de Organização a realizar no CT daquela cidade, a partir das 10 horas. Trata-se de uma importante iniciativa apontada ao reforço do Partido, e que comemorará também os 60 anos de vida e luta da vanguarda revolucionária da classe operária portuguesa.

Encontro em Vialonga

Na Casa do Povo de Vialonga, a partir das 14 horas, um encontro sobre o Poder Local.

Os camaradas José do Abito Martins e António Gomes, da Comissão de Vialonga, estarão presentes nesta iniciativa do CC de Vialonga.

Na Amadora

Realiza-se no próximo dia 28, no Brandoa, o Encontro das Iões da Amadora, do Trabalho nas Autarquias.

Serão temas em discussão: — instalação dos órgãos e serviços; — relações com as autarquias locais; — plano de actividades; — descentralização dos serviços; — o papel da organização na realidade local.

Os trabalhos decorrerão no dia 28.

Artes e Letras «Estímulo»

Com boa participação e regular assiduidade, os trabalhos, largas dezenas de delegados aprovaram unanimidade e aclamaram o último sábado no Teatro de Lisboa, dois documentos de interesse inegável: a actividade e as perspectivas da intervenção da Organização das Artes e Letras da ORL, do PCP, que efectua a Assembleia, cujos trabalhos prolongaram por todo o dia, cerca de 50 intervenções e encerrados pelo camarada Abaim Inglês, membro do CC Central e deputado à Assembleia da República. Na mesa presidiu aos trabalhos o camarada Henrique João do Nascimento, ainda membros do secretariado cessante e o camarada António Rodrigues.



Firmeza e decisão de melhor

Encontro de Saudades

Sob o lema «Reconstruir-Estruturar-Organizar» realizou-se recentemente um Encontro de Quadros do PCP do Concelho de Aljustrel, com a participação de 147 militantes comunistas, que o concelho alentejano do Partido respectivo, os camaradas Dinis Mira e José Soeiro, da Comissão Política do CC do PCP, José Soeiro, suplente do CC, a camarada Dinis Mira, membro da Comissão Distrital e o presidente da Câmara de Aljustrel eleito pelas listas do PCP, APU.

No decorrer dos trabalhos, o Encontro, a Comissão Concelhia apresentou várias propostas de estruturação, recrutamento, fundos, informação e iniciativas que foram discutidas e aprovadas.

Comunistas de Torres Novas recolhem fundos para novo CT

• O incêndio de sábado destruiu as antigas instalações

Uma campanha de fundos dinamizada pela Comissão pro-CT, envolvendo, entre outras iniciativas, espectáculos e um baile, não esquecendo a oferta de 10 mil escudos dum amigo, dá a ideia do ambiente de intensa actividade que se vive neste momento na organização de Torres Novas, cujo Centro de

Trabalho ardeu na madrugada do passado sábado. As origens do sinistro, que não provocou acidentes pessoais, estão num curto-circuito que deflagrou numa das salas do CT, instalado num edifício de dois andares, no centro de Torres Novas. Ambos os pisos ficaram totalmente destruídos. No entanto,

a pronta e eficaz acção dos Bombeiros de Torres Novas e do Entroncamento permitiu ainda salvar vários materiais do CT. A actividade do Partido não cessou. A organização funciona no que resta das instalações e numa loja situada mesmo ao lado, da camarada Fernanda Tavares. O objectivo presente é, pois,

recolher os fundos necessários para arranjar outra casa. A abnegação e o espírito da iniciativa dos comunistas, a par da solidariedade dos trabalhadores e democratas da zona, depressa proporcionarão a abertura do novo Centro de Trabalho do PCP em Torres Novas. Força.

Inauguração do CT em Fanhões

No dia 8 de Março (domingo) há festa em Fanhões, localidade próxima de Loures, nos arredores de Lisboa.

Nesse dia será inaugurado o Novo Centro de Trabalho do PCP, símbolo do esforço e da abnegação dos militantes comunistas de Fanhões, que assim concretizam mais uma tarefa no sentido do melhoramento das condições de actuação do Partido.

Segundo nos informou a Comissão de Fundos que orientou e dinamizou a importante iniciativa, é o seguinte o programa previsto para a jornada de inauguração:

• **Às 14 horas**, abertura oficial, com a colaboração da milícia das camaradas de Sacavém;

• **Às 15 horas**, sessão-convívio no Salão dos Bombeiros, com

o grupo "Fado de Abril" (Guida Olival, Rui Olival, Manuela Tonizete e João d'Alter, acompanhados à guitarra e à viola por Luis Gonçalves e Quim de Oliveira) e ainda com Maria Passos, do Grupo de Intervenção Cultural;

• **Às 16 e 30**, sessão comemorativa do 60.º aniversário do PCP, com a presença de um camarada do Comité Central e entrega da documentação do Centro;

• **Às 18 horas**, continuação do espectáculo com fados e canções.



Assembleia concelhia da Azambuja

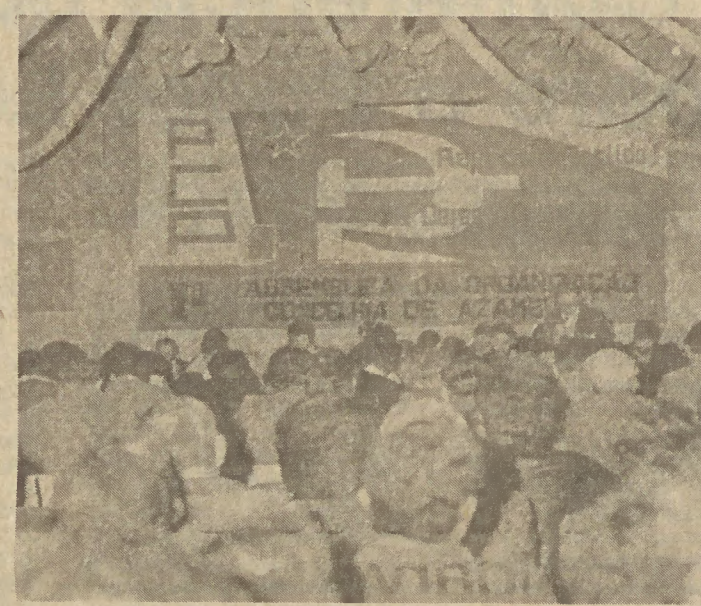
Várias dezenas de delegados e convidados participaram recentemente nos trabalhos da Assembleia da Organização Concelhia da Azambuja do nosso Partido, realizados no Salão dos Bombeiros Voluntários da localidade. Em discussão o relatório de actividades, e também a eleição da nova Comissão Concelhia. Nos trabalhos estiveram presentes os camaradas António Orcinha e Martins Coelho, do CC do PCP, e representantes locais do PS, da UEDS, além de democratas independentes do concelho.

A leitura, discussão e votação do relatório apresentado pela Comissão Concelhia cessante registou grande participação dos delegados, tendo sido aprovado por unanimidade e aclamação. No seu conjunto, o relatório aponta para o reforço do trabalho do Partido, com particular destaque para as células de empresa, para o trabalho com os camponeses, nas autarquias e na política de fundos.

Entretanto, para a nova Comissão Concelhia foram eleitos 18 camaradas, dos quais

8 são operários, 5 são empregados, 3 são técnicos, 1 comerciante e 1 camponês; a média de idades da nova Comissão Concelhia da Azambuja é de 35 anos.

O camarada António Orcinha, membro do Comité Central do Partido, encorrou os trabalhos da Assembleia com uma intervenção sobre a actual situação política.



Autárquicos em Oeiras

Realiza-se já no próximo sábado, um Encontro Concelhio de Militantes

de Oeiras, no Centro de Trabalho do PCP, sob a presidência de

seu presidente, do Comité Central, do PCP, e da Comissão Concelhia de Vila Franca

de Oeiras, para discutir a situação política e a actividade dos autárquicos, e também a eleição da nova Comissão Concelhia.

Na ocasião, serão discutidos os relatórios de actividades, e também a eleição da nova Comissão Concelhia.

Nos trabalhos estiveram presentes os camaradas António Orcinha e Martins Coelho, do CC do PCP, e representantes locais do PS, da UEDS, além de democratas independentes do concelho.

A leitura, discussão e votação do relatório apresentado pela Comissão Concelhia cessante registou grande participação dos delegados, tendo sido aprovado por unanimidade e aclamação. No seu conjunto, o relatório aponta para o reforço do trabalho do Partido, com particular destaque para as células de empresa, para o trabalho com os camponeses, nas autarquias e na política de fundos.

Entretanto, para a nova Comissão Concelhia foram eleitos 18 camaradas, dos quais

Las em Assembleia

na criação artística e cultural

Santos do CC.

A II Assembleia da Organização Concelhia da Azambuja do nosso Partido, realizada no Salão dos Bombeiros Voluntários da localidade, em 13 e 14 de Fevereiro, discutiu e aprovou o relatório de actividades, e também a eleição da nova Comissão Concelhia. Nos trabalhos estiveram presentes os camaradas António Orcinha e Martins Coelho, do CC do PCP, e representantes locais do PS, da UEDS, além de democratas independentes do concelho.

Jacques Sousa Carvalho, Virgílio Domingues, Maria João Reis e Sousa de Matos Vital Serrão, Rogério Mendes de Moura, José Armando Tavares de Moraes e Castro, José Jorge Letria, José Peixoto e Manuel Augusto Noel Costa Araújo.

Entre os 20 membros da direcção eleitos por maioria com 2 abstenções contam-se trabalhadores intelectuais do teatro, da música, do cinema, da TV, escritores, artistas plásticos, cantores, editores, engenheiros, técnicos administrativos, professores.

A importância de algumas intervenções, para o debate dos documentos e para o enriquecimento do trabalho ideológico, dentro e fora do

Partido, reclama um espaço de que infelizmente não dispomos. Queremos apenas chamar a atenção para a importância que assumiram, designadamente na intervenção do camarada Abom Inglês, as últimas directrizes aprovadas pelo CC em 13 e 14 do corrente nomeadamente no que respeita ao reforço da organização e sectores.

A participação das Artes e Letras no 60.º aniversário que se aproxima, 4 moções unanimemente aclamadas (contra a extinção da onda média no canal 2 da RDP e exigindo 30% de música erudita nas restantes estações ou canais da rádio; complicitação dos intelectuais comunistas nos meios de comunicação

estatizados de acordo com o pluralismo; saudação ao PCP pelo 60.º aniversário e indignação protesto) pelo apoio da administração Reagan à ditadura de El Salvador) e uma comovente homenagem à memória de Cipriano Dourado, lida por José Saramago constituíram alguns pontos de referir, juntamente com uma saudação ao «Avante!» entre as cerca de 50 intervenções por onde passaram dificuldades, expectativas, perspectivas e alcanços diversos no sentido de melhorar a organização, de reforçar a unidade da organização com a classe operária, com os trabalhadores, com o seu Partido.

O operário poeta e o seu Partido

A poesia faz parte integrante da vida. Talvez ninguém melhor do que um trabalhador pode concretizar essa ligação. Ainda recentemente, tivemos prova disso. Um operário, um militante comunista, membro da célula da EPAL, viu distinguido e premiado pela Associação Portuguesa de Escritores (APE) um trabalho seu de literatura infantil, com o nome sobre os instrumentos de trabalho.

Apesar de viver apenas do salário, o camarada Vultos Sequeira ao receber o prémio, decidiu oferecer ao PCP dez mil escudos.

Um gesto militante. Um exemplo que não poderia deixar de ter o devido registo aqui, no órgão central do Partido de Vultos Sequeira, no órgão central do nosso partido.

São assim os comunistas.



Quadros do concelho de Aljustrel vão ao «Avante!» e ao PCP

As várias intervenções do Encontro centraram-se sobre problemas de organização e estruturação, recrutamento, imprensa, fundos, iniciativas. No final dos trabalhos do Encontro foram aprovadas duas saudações: uma ao «Avante!» e outra ao PCP, pelas comemorações, respectivamente, do 50.º e do 60.º aniversários.

Concelhia de Aljustrel há 8 milhares.

Saudeção ao «Avante!» e ao PCP

É o seguinte o texto da saudação ao «Avante!»:

No dia 15 de Fevereiro de 1931, nasceu o nosso glorioso «Avante!». Faz hoje precisamente 50 anos. Os delegados presentes no Encontro de Quadros do Concelho de Aljustrel congratulam-se por poder estar juntos nesta data inesquecível, 15 de Fevereiro de 1981, dia do 50.º aniversário do órgão central do nosso Partido, saudando fraternalmente todos aqueles que de uma forma ou de outra têm asse-

gurado ao longo destes 50 anos e nas mais difíceis e diversas situações a sua elaboração e distribuição; os delegados presentes no Encontro querem por este meio afirmar a sua disposição e empenhamento de tudo fazer para aumentar substancialmente o número de leitores, ultrapassando as metas hoje estabelecidas, certos de que este é o melhor presente de aniversário que lhe poderemos fazer.

Por sua vez salienta-se na moção aprovada relativa ao 60.º aniversário do Partido:

Aproximando-se o dia 6 de Março, dia do 60.º aniversário do nosso glorioso Partido, os delegados presentes no Encontro de Quadros do Concel-

Juventude

Comissão Central da JCP define orientações de trabalho

A actual política governamental provoca o agravamento das condições de vida, de trabalho e estudo da juventude portuguesa, sublinha a Comissão Central da JCP, que reuniu no último fim-de-semana em Lisboa.

Para divulgar as conclusões da reunião — que sublinhou ainda a importância da luta por uma alternativa democrática ao Governo Balsemão — a Juventude Comunista promoveu, entretanto, uma conferência de imprensa, na qual apresentou os três documentos aprovados pela sua direcção: um sobre a situação política actual e o papel da juventude; outro sobre a JCP, as tarefas para o seu reforço e o movimento da juventude (problemas e reivindicações); e ainda uma saudação ao 60.º aniversário do PCP.

No segundo documento são analisadas as principais questões da juventude trabalhadora, estudantes-trabalhadores, Ensino Secundário, Ensino Superior e Trabalho local.

No capítulo dedicado à JCP, vanguarda revolucionária da juventude são apontadas, a dado passo, algumas das principais iniciativas em que de momento estão empenhados os militantes da JCP:

• **A Conferência Nacional do Ensino Superior**, terá lugar nos dias 28 e 29 de Março na Faculdade de Letras de Lisboa, sob o lema «Universidade para a democracia, com a JCP, uma luta a vencer», que contará com a participação de 200 delegados e algumas centenas de convidados e participantes. A Conferência terá como objectivos principais aprofundar

a organização e definir os objectivos de acção imediata da JCP no movimento estudantil universitário e eleger a Direcção Central do Ensino Superior.

• **O Movimento dos Festivais da Canção Juvenil**, lançado pelo jornal «Juventude», sob o lema «Assim canta a juventude».

• **A Iniciativa Nacional sobre o 12.º ano**, com data a anunciar brevemente tem os seguintes objectivos:

1.º Denunciar o actual funcionamento do 12.º ano;

2.º Fazer o balanço do 12.º ano e traçar perspectivas para dinamizar a luta reivindicativa;

3.º Contribuir para o estudo da posição da JCP sobre o 12.º ano, a sua inserção no sistema de ensino, o acesso à Universidade e as saídas profissionais do ensino secundário.

O trabalho preparatório é feito com base num «livro-negro» do 12.º ano e num inquérito nacional.

• **O concurso do «Juventude»** decorrerá de Março a Julho sob o lema «Coisas que a gente sabe».

• **Campanha de fundos:** Apesar das melhorias verificadas na recolha de quotas, na planificação da actividade, na recolha e centralização de fundos e no controlo financeiro, é ainda preocupante a situação financeira da JCP. A Comissão Central, no sentido de fazer face a esta situação, entre outras medidas, decidiu lançar uma campanha nacional de fundos com o objectivo de recolher 1500 contos, a decorrer de Abril a Junho, visando resolver alguns dos problemas financeiros mais prementes.

Estudantes-trabalhadores: marginalização até quando?...

«Concebido e coziñado com fins elitistas, o 12.º ano está totalmente desadaptado às condições, necessidades e possibilidades de estudo dos trabalhadores-estudantes» (TE's) — salienta um documento da SIP central da JCP emitido a propósito de uma importante reunião nacional de trabalhadores-estudantes comunistas realizada em Coimbra, na qual analisaram a situação no seu sector e concluíram a incompetência e desinteresse do MEC pelas questões dos TE's.

Ainda em relação ao 12.º ano da escolaridade, os trabalhadores-estudantes comunistas perguntam ao Ministério da Educação: «como é possível a um jovem trabalhador sem condições de horários e transportes frequentar

aulas dadas em muitos casos apenas nas sedes dos distritos?»

Quanto ao trabalho associativo, os TE's comunistas consideram que o amplo e forte movimento associativo dos trabalhadores-estudantes tem desempenhado ao longo dos anos um importante papel para a resolução de inúmeros problemas sociais e pedagógicos. «Nos seus propósitos de regulamentação da vida associativa», denuncia a JCP, «o MEC evidencia os seus propósitos de marginalização deste movimento, omitindo qualquer opinião sobre o mesmo».

Os TE's comunistas analisaram ainda a legislação em vigor sobre a problemática da gestão e concluíram, designadamente:

«O Ministério da Educação, ao relegar para segundo plano

a participação dos estudantes-trabalhadores, atribuindo-lhes unicamente a integração nas Comissões Consultivas, demonstra uma total falta de confiança nas possibilidades que eles têm de contribuir de forma positiva para o bom funcionamento dos estabelecimentos escolares».

Denunciando a marginalização a que os trabalhadores-estudantes têm, a vários níveis, sido alvo por parte das entidades responsáveis, em particular o MEC, e avançando algumas perspectivas já definidas anteriormente noutros encontros da JCP e de estruturas unitárias democráticas, os TE's comunistas reunidos na cidade do Mondego «exigem a criação de um departamento ministerial que sirva para auscultar os anseios dos trabalhadores-estudantes e para resolver os

seus problemas», que necessitam uma análise consciente e a tomada de medidas concretas, que, aliás, têm sido repetidamente expostas aos ministros da Educação.

Na sua parte final, o documento divulgado pela JCP sublinha:

Segundo a orientação definida pela CC da JCP e compreendendo o carácter de direita e anti-juvenil do Governo Pinto Balsemão, os trabalhadores-estudantes comunistas têm consciência que será a luta e não a passividade que criará condições para a alteração da política do Governo em relação ao ensino nocturno. Tudo fará para a unidade e mobilização dos TE's em torno das suas reivindicações mais sentidas e para alertar o MEC para a justeza e urgência da sua satisfação.

movimento dos festivais da canção juvenil

Uma grande iniciativa em marcha!

• Divulgada a composição do júri

O «Juventude», órgão central da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), apela à participação de todos os jovens, do Movimento dos Festivais da Canção Juvenil, com os seus trabalhos, com a sua imaginação e criatividade musical — o apelo foi lançado recentemente pela Comissão Organizadora do MFJCJ, num documento divulgado aos órgãos de Comunicação Social.

Neste Movimento dos Festivais, salienta aquela nota, que tem o lema «Assim Canta a Juventude», «podem participar todos os jovens desde que estejam de acordo com os objectivos e as formas definidas no respectivo regulamento» (o «Avante!» publicou os seus aspectos fundamentais na edição do dia 5 deste mês).

De salientar que o MFJCJ tem já raízes e prestígio entre largos sectores da massa juvenil. «A sua realização, em 1978,

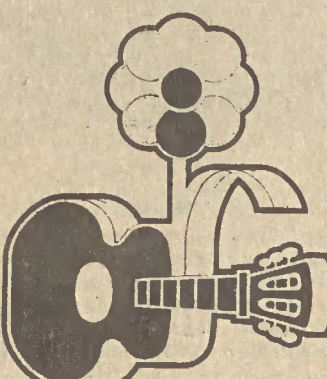
originou o desenvolvimento da canção jovem, deu uma grande contribuição para a expressão artística e para os valores culturais da juventude portuguesa», aponta a Comissão Organizadora, que sobre a edição deste ano, refere:

«Mais de 40 festivais locais estão já marcados em todo

o país. A final realizar-se-á a 30 de Maio, em Lisboa, no Coliseu dos Recreios. O apuramento para esta final será feito por um júri, a que já aceitaram pertencer personalidades de reconhecido mérito artístico e cultural».

É a seguinte a constituição do júri nacional:

António Macedo — jornalista do semanário «Sete»; António Manuel — músico dos «JH»; António Vitorino de Almeida — maestro; Ary dos Santos — poeta; Carlos do Carmo — cantor; Carlos Mendes — cantor; Francisco Viana — poeta; Joaquim Pessoa — poeta; José Jorge Letria — jornalista; Maria d'Ega Leal — locutora da RDP; Maria Eufémia — locutora da RDP; Mário Castrim — crítico de televisão; Mário Zambujal — jornalista; Moreno Pinto — técnico de som; To Andrade — músico das «Go Graal Blues Band»; Paulo de Carvalho



Concurso do «Juventude» começa no dia 5

Está a suscitarse grande entusiasmo na massa juvenil, e, na verdade, não é motivo para menos. Falamos, é claro, do concurso do «Juventude», o jornal da JCP, que tem como lema «As coisas que a gente sabe».

É o seguinte o Regulamento desse concurso, cuja entidade organizadora desde já saudamos com os votos de grande êxito para a iniciativa:

«O concurso terá início no dia 15 de Março de 1981

(«Juventude» n.º 10) e terminará no dia 2 de Julho de 1981 («Juventude» n.º 14). É fácil concorrer! Leitor: bastará recortar os três cupões inseridos em cada exemplar do «Juventude», colocar uma cruz no quadrado referente à resposta correcta, em cada cupão; colocar os 15 cupões no cartão-caderneta do concurso e devolvê-lo, devidamente preenchido, para a sede da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), Rua Sousa

Martins, 8, 3.º, Lisboa. Animador: bastará recortar e preencher o talão anexo de cada cartão-caderneta e devolvê-lo para a sede do «Juventude».

«Se enviáres os talões durante a vigência de cada número do «Juventude» do concurso habilitar-te-ás também aos prémios mensais».

Viagens, aparelhos de TV, gravadores e tendas de campismo são alguns dos 500 prémios previstos...

Festas de Carnaval

• Lisboa, Porto e Coimbra

Um pouco por todo o país, várias organizações do Partido realizam nesta altura festas e convívios de Carnaval. Para já, aqui ficam três sugestões:

A 1.ª e 4.ª Zonas do Comité Local de Lisboa levam a efeito na próxima segunda-feira, dia 2 de Março, às 21 e 30, na «Voz do Operário», uma grande festa com a parti-

cipação de vários artistas, nomeadamente Jo Apoloni, Júlia Babo, António Martins, Elsa Bruxelas, Manuel Maia e Paulo Jorge. Os bilhetes estão à venda nos CT's da Graça, Santos e Arroios.

Por iniciativa do Comité Local do Porto, teremos festa e convívio já no próximo sábado, dia 28, no pavilhão do Académico, a partir das 22 horas. A participação de

Paulo de Carvalho e música para dançar até de madrugada pelo conjunto Humberto d'Oliveira prometem animação e alegria.

Entretanto, também no sábado, mas em Coimbra, a respectiva Comissão Concelhia do PCP realiza uma grande festa de Carnaval, no pavilhão da Palmeira, com início às 21 e 30. Os partici-

pantes poderão adquirir, numa banca instalada no recinto os materiais normalmente utilizados pelos foliões nesta quadra: serpentina, apitos, corinetas, papelinhos, etc. A festa será animada pelo conjunto «Forum», estando previstas algumas surpresas. Os camaradas de Coimbra estão igualmente a preparar um serviço de bar à altura da iniciativa.

Barca d'Alva em festa no domingo

A exemplo de anos anteriores, e conforme já referimos na semana passada, vai a Comissão concelhia do PCP de Figueira de Castelo Rodrigo realizar pela terceira vez consecutiva a «Festa das Amendoeiras em Flor» na Barca d'Alva.

A festa realiza-se no

próximo domingo e contará com um vasto e variado programa que inclui uma parte artístico-cultural e outra desportiva. A parte artística contará com a presença da Brigada Vítor Jara, da fadista Conceição, do acordeonista Carlos Silva e ainda outros

artistas populares. A parte desportiva engloba uma prova de Corta-Mato por escaloões, bem como diversos jogos tradicionais populares: Jogo do Galo, Malha, Pau de Cêbo, etc.

Haverá ainda uma intervenção política do

camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

A festa enquadra-se nas iniciativas que por todo o país assinalarão as comemorações do 60.º aniversário do PCP.



viagens para jovens à URSS

Verão —

UMA ESTADIA EM MOSCOW e LESTEIRADO com tudo incluído

25000000

na Páscua 1981, 25000000 para estudantes

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

Sede da JCP — R. Sousa Martins, 8, 1000 Lisboa

Telex: 557349 / 557356

Convívio e amizade, no contacto com a realidade socialista, em visitas inesquecíveis a Moscovo e Leninegrado — este o programa das viagens juvenis que a JCP vai organizar à URSS por ocasião das férias da Páscoa, comemorações do 1.º de Maio e férias de Verão. Na sede da JCP, em Lisboa, são prestados todos os esclarecimentos.

Terra

Culturas de Primavera no Couço: «Somos mais de 130 mil prontos a trabalhar!»

«Bandidos! Mas isto não pode ser! Mas isto não pode ser!» Esta imprecação de funda revolta desaguou na margem da plateia do velho «Cine Império» do Couço no passado sábado, no decorrer do «Encontro das Culturas de Primavera 1981», quando António Murteira recordou as recentes façanhas em terras da Reforma Agrária praticadas por bandos de funcionários do MAP, agrários e grupos da GNR. Nomeadamente na UCP «Liberdade de Seda» (concelho de Alter do Chão), assaltada a 13 deste mês com o que se segue: portas dos currais arrombadas; 63 chibos espavoridos e enfeitados pelas mães, tendo de ser abatidos; porcas abandonadas comendo os leitões das outras; um motor de rega, quatro galinhas e três leitões de um trabalhador pilhados a coberto de torpes ameaças aos trabalhadores. Tudo executado já no mandato do «liberal» Governo Balsemão.

Mas este Encontro das Culturas de Primavera 1981 que levou à prestigiada aldeia ribatejana do Couço (rica de tradições antifascistas) 500 delegados representando mais de 130 000 trabalhadores da Reforma Agrária, não se ergueu apenas para comentar os desmandos e corrupções que sucessivos governos reacçãoários têm semeado nos campos do Alentejo e Ribatejo. Foi também discutir, equacionar e definir soluções para os reais problemas que se põem neste tempo de seca angustiante. Foi mais uma vez avançar a denúncia da criminoso ofensiva prosseguida pelo Governo contra a Reforma Agrária, em descara do arbitrio e total indiferença para com os elevadíssimos custos económicos e sociais a debitar ao país com semelhante política.

Foi sobretudo o desfilir do esforço colectivo crestado na luta e labuta dos campos do latifúndio; esforço que deu a terra a quem a trabalha e que, serenamente, trabalha na defesa dessa conquista historicamente irreversível — com vitória marcada nos caminhos do futuro. Até porque já o começou a construir.

As conclusões do Encontro

Após várias horas de intenso debate, com dezenas de intervenções ao longo do dia, foi aprovado por unanimidade e aclamação um documento consubstanciando as conclusões do Encontro. Nele se alinharam alguns dados impressionantes sobre a ofensiva reacçãoária contra a Reforma Agrária, a saber: nos distritos de Beja, Évora e Portalegre tem-se conhecimento de mais de 250 herdades tiradas às UCPs/Cooperativas e entregues aos agrários e por estes deixadas ao abandono ou subaproveitadas, o mesmo acontecendo a cerca de 75 barragens e albufeiras e cerca de 60 «charcos» e «chavancos» roubados à RA e que dariam para regar alguns milhares de ha de terra e criar centenas de postos de trabalho.

Foram destruídas e inviabilizadas 173 UCPs/Cooperativas e entregues aos agrários 500 000 ha das melhores terras. Foram reconstruídos mais de 50 latifúndios, eliminados 30 000 postos de trabalho e lançadas 12 500 pessoas no desemprego (sobretudo mulheres e jovens) só nos três distritos do Alentejo. Entretanto o Governo continua a não pagar às UCPs/Cooperativas milhões de contos que lhes deve de cereais, cortiça, gados, máquinas, etc., retendo e utilizando estes dinheiros abusivamente e sem pagar quaisquer juros, o que é um roubo e uma violação da lei, tudo indicando que canaliza para os agrários parte destes dinheiros que pertencem aos trabalhadores.

Por todo o Nordeste O discontentamento grassa entre os agricultores

A ampla actividade realizada pelas organizações da lavoura e pelos presidentes de Junta de Freguesia do Nordeste Transmontano, proporcionou o rápido levantamento dos prejuízos da geada e a entrega de milhares de pedidos individuais de indemnização solicitadas ao abrigo do Decreto-Lei 82/77 de 5 de Março.

Tardou o Governo a dar resposta ao problema e, quando a deu, atribuiu 30 por cento de subsídio à castanha, criando, ao mesmo tempo, uma linha de crédito ao juro de 12 por cento como forma de indemnizar a azeltona.

Estas medidas do Governo levantaram os protestos das organizações da lavoura na região que, em comunicados, telegramas e exposições entregues nas Câmaras Municipais e nos Serviços Regionais da Agricultura, repudiaram estas medidas e reclamam a atribuição do subsídio de 80 por cento, valor idêntico ao atribuído pelo seguro agrícola caso cobrisse estes tipos de cultura.

Agora, a fim de procurar desmobilizar os agricultores e criar dificuldades à atribuição dos devidos subsídios, o MAP exige que seja preenchida nova documentação dando como intuídos os requerimentos entregues pelas organizações da lavoura.

Contra mais esta medida burocrática do MAP, levantou já os seus protestos a Liga dos Agricultores de Bragança em comunicado distribuído e onde se diz: «nós que trabalhamos de sol a sol, que temos muitos calos nas mãos, que temos mais que fazer na lavoura, não podemos ainda andar a perder tempo, depois de já termos

Medidas de carácter regional

O Encontro propôs algumas medidas de carácter regional agrupadas em 8 pontos, de que damos um resumo.

1.º — Cessação imediata da ofensiva contra a Reforma Agrária.

2.º — Desmantelamento e julgamento das quadrilhas de agrários e funcionários do MAP; que elementos da GNR cessem imediatamente de dar cobertura a protecção aos contrabandistas e ladrões de gado e máquinas; que sejam cumpridos os acordos do Supremo Tribunal Administrativo.

3.º — Que todas as barragens, albufeiras, charcos, chavancos, máquinas e herdades tirados aos trabalhadores e que os agrários têm abandonados (de que existe um levantamento), voltem imediatamente para a posse dos trabalhadores para que este ano tudo isso seja ainda aproveitado.

4.º — Que o Governo coloque efectivamente e com carácter de urgência à disposição da RA e dos agricultores meios financeiros, técnicos e equipamento para abertura de furos, construção de represas nos rios pequenos e ribeiras, para silos, compra de rações, sementes, etc.

5.º — Dada a situação de emergência, que as rações sejam fornecidas à lavoura a preços mais baixos e sejam pagos sob a forma de indemnizações os prejuízos causados pela seca e geadas; que se exerça controlo



Promovido pelos Secretariados Distritais e União das UCPs e Cooperativas Agrícolas e pelos Sindicatos Agrícolas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal, o «Encontro das Culturas de Primavera 1981» levou ao Couço a vontade das gentes da Reforma Agrária. Presentes deputados do PCP, presidentes de Câmaras Municipais e representantes do movimento sindical unitário. Ausentes os deputados de outros grupos parlamentares democráticos (apesar de convidados) e a Comunicação Social quase em geral!

rigoroso e efectivo contra a acção dos intermediários especuladores.

6.º — Que seja prestado às organizações dos trabalhadores e agricultores todo o apoio e estímulo para a mobilização urgente de todos os recursos materiais, financeiros e humanos existentes.

7.º — Que sejam analisadas as propostas dos trabalhadores rurais, agricultores e técnicos com-

Alqueva e outros empreendimentos médios e pequenos (barragens, albufeiras, furos, etc).

Orientações para a produção

O Encontro recomendou ainda nove orientações para a produção, nomeadamente para que se dê especial atenção ao cultivo de forragens para pastoreio e con-

O retrato adiado

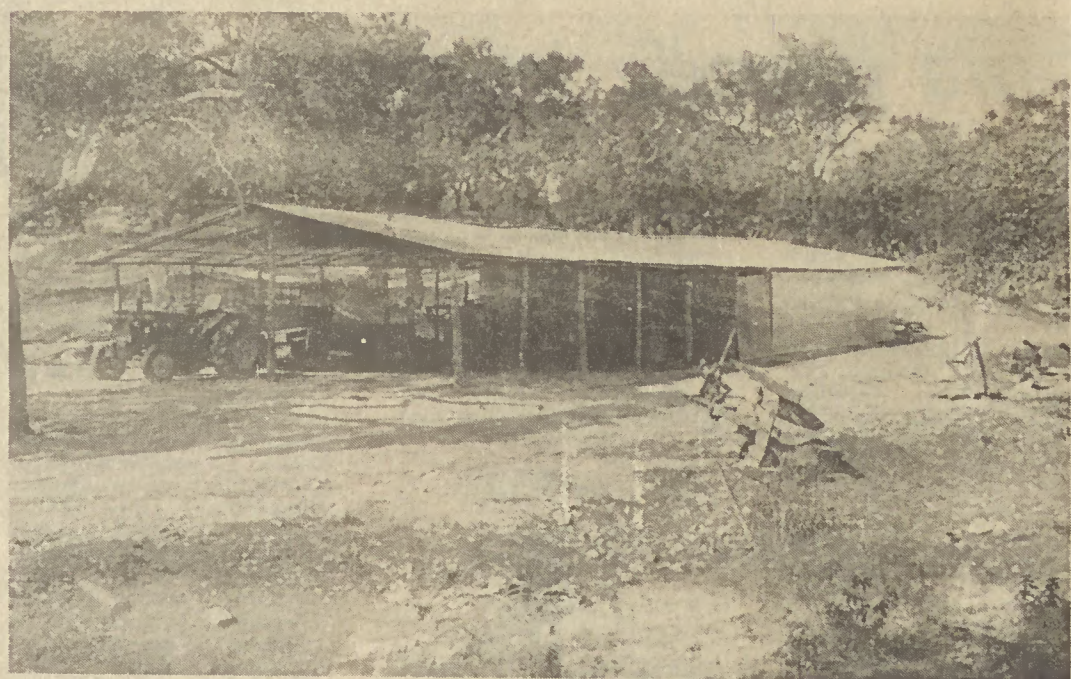
O camarada José Labaredas é do Couço e, pelos vistos, possui uma boa memória visual. Vai daí, deu em topar entre os delegados ao Encontro das Culturas de Primavera uma camarada que havia fotografado há três anos e tal, coisa longínqua, de geografia imprecisa e tirada no «la minuta» da circunstância.

Mas o retrato ficara à espera de vez, que viria três anos e tal depois. Pois! E eis o seu a seu rosto, que é como quem diz qualquer coisa muito simples e forte como fraternidade.

pelentes para a elaboração de um plano construtivo e de alternativas à desastrosa e falida política agrícola da CAP e da «AD».

8.º — Prosseguimento acelerado do plano de rega do Alentejo, baseado no empreendimento do

servação, que as áreas de cultura de arroz não comprometem as disponibilidades de água para as restantes culturas de regadio, que se dê especial atenção à cultura do tomate (cuja produção por ha, não deve ser inferior a 40 ton.), que se encare a cultura do



Isto não é um pardieiro qualquer! Foi construído pelos trabalhadores da «UCP 30 de Agosto», em Santa Justa, Couço, para abrigar minimamente as máquinas que eles próprios adquiriram e com as quais aumentaram a produção agrícola na zona. Estes tractores, reboques e alfaías ficaram de um momento para outro ao ar livre, na sequência da marcação de uma «reserva» que espoliou todas as instalações da UCP e quase a inviabilizou. Daí o pardieiro. Tosco e dispendioso mas imagem viva do dinamismo criador das gentes da Reforma Agrária, que não desarmam e prosseguem corajosamente a luta pela terra, o pão, a paz. A construir o futuro.

Na mesma reunião verificaram que a tabela, de preços para o gado a praticar pela JNPP não serve os interesses dos produtores criadores e, a ser aplicada, levaria inevitavelmente à sua ruína.

Foi também aprovada, por unanimidade, uma exposição a enviar ao MAP, contendo as principais reivindicações da lavoura regional.

As organizações da lavoura presentes na reunião consideraram de grande importância a jornada de luta convocada pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) a realizar em 16 de Março em Lisboa, dando desde logo a sua adesão a esta iniciativa.

Solidariedade com os agricultores

Por proposta da Aliança Povo Unido, a Assembleia Municipal de Bragança aprovou, com apenas duas abstenções, moções de apoio às reivindicações dos agricultores produtores de castanha e de azeitona, no sentido de serem atribuídos pelo Governo subsídios de 80 por cento sobre o valor dos prejuízos.

Contra o preço da JNPP

Realizou-se no passado dia 4 deste mês uma reunião, na Câmara Municipal de Chaves, na qual participaram os presidentes

de Junta do respectivo concelho, para discutirem os problemas ligados à recente intervenção da JNPP na comercialização do gado.

Foi tão grande e vigoroso o protesto dos representantes das autarquias locais contra a recente tabela de preços da JNPP, que ameaçaram pedir a sua demissão dos cargos autárquicos, caso não fosse aceite pelo Governo as reivindicações aprovadas em anterior reunião que teve a participação de cerca de mil agricultores do concelho e que dizem respeito à alteração da tabela com a fixação de preços considerados compensadores pelos produtores de gado da região.

Em Paredes a lavoura vai protestar

Uma comissão de três dezenas de agricultores de vários concelhos do Vale do Sousa convidam publicamente os agricultores e produtores de gado da região a juntarem-se no dia da próxima feira, 2 de Março, pelas 10 horas, frente à Câmara Municipal de Paredes a fim de exporem a quem de direito a sua grave situação e reclamar medidas.

A comissão reclama, nomeadamente, a subida dos preços do gado, a bonificação do preço das rações, seguro para a pecuária, o fim do contrabando de gado e vacina gratuita contra a febre aftosa.

Poder local

Vamos desde já preparar a Conferência do PCP sobre o Poder Local!

O Comité Central do PCP decidiu, na sua reunião plenária de 13/14 do corrente mês, convocar uma Conferência Nacional do Partido sobre o Poder Local, a realizar no concelho de Almada, em 21 de Junho próximo.

Como se afirma no documento final do CC do PCP, esta decisão tem em conta «a necessidade de melhorar o nosso trabalho e reforçar o Poder Local e contra os projectos reacçãoários de restringir a sua democratização, funções e recursos».

Após as eleições de 1979 para as autarquias locais, os comunistas e seus aliados viram as suas responsabilidades significativamente aumentadas nos órgãos de Poder Local: a APU obteve a maioria em 50 municípios e 310 freguesias, para além de ter eleito em quase todos os concelhos do Continente e nalguns das Regiões Autónomas.

O trabalho desenvolvido, como se sublinha no

documento do CC do PCP, «tem permitido a acumulação de uma rica experiência, um crescente conhecimento dos problemas locais e regionais, o reforço da capacidade de contribuir para a sua resolução através de uma participação activa, competente e dedicada nos órgãos de Poder Local».

Importa, no entanto, aprofundar, generalizar e divulgar essa experiência e conhecimentos, «de forma a que o Partido esteja crescentemente à altura das suas responsabilidades e os outros democratas possam igualmente utilizar a experiência e conhecimento do nosso Partido em benefício da melhoria das condições de vida do nosso povo».

É assim que a Conferência

deverá «concretizar um balanço do trabalho já realizado em benefício das populações, a troca e generalização da experiência adquirida nas diversas situações em que o Partido se encontra nas autarquias e a análise aprofundada de todas as principais questões às quais as autarquias devem responder».

Funcionando em plenário durante a manhã, a Conferência inicia os seus trabalhos com intervenções das Direcções de Organização Regional do Partido. Na parte da tarde, por secções, serão discutidos temas diversos, desde a legislação e funcionamento dos órgãos autárquicos às actividades económicas, passando pelas questões das finanças locais, ordenamento físico, política de solos, planeamento urbanístico, ambiente,

habitação, infra-estruturas, equipamento e acção sociocultural.

A Conferência terminará em plenário, com a leitura e aprovação das conclusões dos debates das secções.

O intenso trabalho preparatório que está a ser levado a cabo, que engloba a realização de Encontros Regionais sobre o trabalho nas autarquias, garante desde já, como é próprio do estilo de estudo e trabalho colectivo do PCP, que a Conferência culminará num amplo e aberto debate democrático.

De registar, a propósito, a recomendação do Comité Central do PCP para que, «à semelhança de anteriores realizações e experiências, os trabalhos preparatórios para esta Conferência sejam abertos aos democratas que manifestem interesse em participar neste trabalho, mesmo sem serem militantes do Partido».

O tripé está manco — ou o novo roubo às autarquias

O ministro da Administração Interna, Fernando do Amaral, foi recentemente a Esposende participar na inauguração das novas instalações da Câmara Municipal daquela localidade.

E botou discurso, como aliás é da praxe nestas coisas das inaugurações. Como também é da praxe, mas nos discursos da «AD», fez promessas.

Promessas a que ninguém teria ligado muito — promessas há muitas, não é verdade? — se não fora a circunstância de tocarem num ponto muito sensível das autarquias: as Finanças Locais.

Disse o ministro para quem o quis ouvir que **tudo o empenhamento do Governo está virado para a total aplicação da Lei de Finanças Locais no OGE de 1981.**

A imprensa registou o dito e repetiu. O presidente da Câmara de Esposende, do CDS, quem sabe se por ingenuidade, aproveitou a presença do titular do MAI e desfiou o rol das carências concelhias e, confiante, sempre foi dizendo que a Lei das Finanças Locais nunca foi integralmente aplicada, apesar de terem sido transferidas para os órgãos da administração local muitas das responsabilidades que anteriormente cabiam à administração central.

Desabafo compreensível à luz da promessa, está bom de ver.

Mas o ministro disse mais. Disse que o Governo vai apresentar brevemente na Assembleia da República uma

nova proposta de lei de delimitação das competências e dos investimentos entre a administração central e local e que os dois textos formariam com o das Finanças Locais **um tripé que é uma rampa de lançamento para o desenvolvimento regional.**

Uma semana não era passada e já o «tripé» ficava manco.

Para tanto bastou a denúncia dos representantes das Assembleias Distritais no Conselho Nacional do Plano, que entre outras coisas vieram a público afirmar que mais uma vez o Governo se prepara para não cumprir a Lei das Finanças Locais, ao que parece ainda de forma mais gravosa do que nos últimos dois anos.

Para os de fraca memória recorda-se que em 1979 os votos do PS, PPD e CDS sancionaram o desfalque de 15 milhões de contos proposto pelo governo Mota Pinto e que em 1980 a «AD» aprovou o desvio de 25 milhões de contos da verba que por lei cabia ao Poder Local.

Do tripé que é rampa ficam portanto, a confirmar-se o novo e agravado desfalque às autarquias, o que se refere às competências e investimentos.

Ora não é preciso ser bruxo para adivinhar a jogada. Que se pretende ao dar mais responsabilidades e menos dinheiro?

A rampa de que falava o ministro se calhar não é de lançamento, mas de descida. Em movimento uniformemente acelerado!

Delegados de 121 Comissões de Moradores dinamizam actividade

Nas instalações do Centro Social dos Empregados do Comércio decorreu no último sábado durante toda a tarde o Encontro da Comissão Coordenadora Distrital de Lisboa das Comissões de Moradores.

Durante o encontro foi feito o balanço da situação das CM existentes e da sua ligação às autarquias e ainda o trabalho desenvolvido pela Comissão Coordenadora desde o Encontro Distrital de Junho do ano passado.

Definidas ainda as formas de dinamização a levar à prática nas zonas onde não existem CM ou, existindo, não exercem qualquer actividade.

Por último foi aprovada por unanimidade uma moção

apoio a Comissão Promotora da Semana de Luta Contra o Aumento do Custo de Vida ao mesmo tempo que se exige a revogação dos recentes aumentos das taxas dos Serviços Médico-Sociais.

Aprovada igualmente a participação da Comissão Coordenadora nos trabalhos da Comissão Promotora da Luta contra a implantação em Portugal de armas nucleares.

Estiveram presentes neste encontro delegados das Comissões de Moradores dos concelhos de Lisboa, Vila Franca de Xira, Oeiras e Loures, representando no total 121 Comissões de Moradores.

Promover a discussão das conclusões do I Encontro Distri-

tal, reactivar as CM que estão quase sem funcionar e promover a eleição das CM que estão inactivas ou não existem foram alguns dos aspectos que mereceram mais destaque.

Ainda no debate foi focado com particular interesse a ligação às autarquias, sendo de salientar, como exemplo positivo desta ligação o que se passa nas seguintes freguesias do concelho de Vila Franca de Xira — Vialonga, Alverca e S. João dos Montes, onde reuniões regulares entre as Juntas e as CM permitem dar andamento à resolução de muitos problemas locais.

Esta ligação com as autarquias permite dar andamento

a trabalhos iniciados pelos moradores com materiais e meios técnicos fornecidos pelas autarquias, manter-se os equipamentos colectivos locais em bom estado de conservação e funcionamento; e ainda colaborar com as autarquias no controlo dos serviços autárquicos prestados às populações.

Um outro aspecto que foi salientado no Encontro diz respeito à não existência de Conselho Municipal no concelho de Oeiras e que no Conselho Municipal de Lisboa as Comissões de Moradores foram excluídas, coisa que não sucede nos concelhos de Loures e Vila Franca de Xira (da maioria APU), onde a sua presença é considerada.

Movimento comunista

Decorre em Moscovo o XXVI Congresso do PCUS

«A força económica do país é um garante de novos progressos na edificação do comunismo»

— salientou Leonid Brejnev ao apresentar o relatório de actividades do Comité Central

Iniciou-se em Moscovo, na segunda-feira, o XXVI Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Participam nos trabalhos cerca de 5 mil delegados em representação dos mais de 17 milhões de comunistas soviéticos. Presentes igualmente 123 delegações dos partidos comunistas, operários, nacionais e democráticos, além de outras organizações, num total de 109 países. Os trabalhos do Congresso estão a ser cobertos por cerca de 800 jornalistas nacionais e estrangeiros, representando agências de informação, jornais, revistas, a rádio e a televisão. A ordem do dia foi aberta por Leonid Brejnev, que apresentou o relatório de actividades do Comité Central do Partido e as suas tarefas imediatas no domínio da política interna — onde são assinaláveis grandes êxitos —, e da política externa — enformada pela perspectiva da luta perseverante pela paz.

Terça-feira, o presidente do Conselho de Ministros da URSS apresentou o relatório sobre o projecto das "Grandes opções do desenvolvimento da URSS em 1981-85 e até 1990". No primeiro dia do Congresso, delegados das Forças Armadas saudaram os participantes, assinalando o dia da sua festa tradicional.

Situação Internacional

Um balanço positivo

No decurso dos últimos cinco anos, dez novos Estados acederam à independência em África, na bacia das Caraíbas e na Oceania, e imediatamente foram reconhecidos pela União Soviética. O nascimento da República do Zimbabwé e a acuidade que assumiu a luta de libertação na Namíbia, e mesmo presentemente na República Sul-Africana, mostram eloquentemente que a dominação dos colonizadores e racistas "clássicos" está a chegar ao fim" — declarou Leonid Brejnev, secretário-geral do CC do PCUS, ao apresentar o relatório de actividades sobre as novas tarefas do Partido em política interna e externa.

"A luta revolucionária dos povos foi assinalada por novas vitórias, como o testemunham as revoluções na Etiópia, na Afeganistão, na Nicarágua e o derrube do regime monárquico e antipovo do Irão. Durante os anos 70, concluiu-se praticamente a liquidação dos impérios coloniais" — indicou o orador.

"Os meios imperialistas pensam em termos de dominação e de constrição dos outros Estados e os outros povos" — prosseguiu Leonid Brejnev.

"Os monopólios precisam de petróleo, de urânio e de metais não-ferrosos que pertencem a outros, e eis que os Estados Unidos proclamam que o Próximo Oriente e o Oceano Índico fazem parte da sua esfera de "interesses vitais". A máquina de guerra dos EUA apareceu nestas regiões, onde se propõe ficar indefinidamente instalada. Já ocuparam a ilha de Diego García no Índico, Oman, o Quênia, a Somália, o Egipto. De quem será a vez agora?"

"A fim de levar os outros a partilhar as suas despesas e assim sujeitar mais solidamente os seus parceiros da NATO, os estrategas de Washington queriam visivelmente arrastar dezenas de outros Estados para participarem nos seus preparativos militares, envolver o mundo na rede das suas bases e dos seus aeródromos.

"Hoje, é claro que a aliança defensiva militar e política dos países socialistas serve fielmente a paz. Dispõe de tudo o necessário para defender eficazmente as conquistas socialistas dos povos. E nós tudo faremos para que assim seja também no futuro!"

"O aventureirismo e a disposição de arriscar os interesses vitais da Humanidade para alcançar os seus próprios objectivos egoístas, são os aspectos que aparecem a nu na política dos meios mais agressivos do imperialismo. Com um desprezo total pelos direitos e aspirações dos povos, eles propõem-se, na verdade, lançar uma barreira na via das transformações sociais", notou Brejnev.

O Movimento Comunista Internacional

Leonid Brejnev sublinhou que o movimento comunista continuou a alargar as suas fileiras, a reforçar a sua influência entre as massas. Hoje, os partidos comunistas fazem-no em 94 países do mundo. No decurso dos últimos dez anos, só na Europa ocidental, 800 mil novos combatentes vieram engrossar as suas fileiras. Não será isto uma prova da força de atracção irresistível das ideias comunistas?"

"Apesar do terror e das perseguições, nas prisões ou atrás do arame lapado dos campos de concentração, na sua acção quotidiana plena de abnegação que eles conduzem para o bem dos povos nas condições frequentemente muito duras de certos países capitalistas, os comunistas permanecem fieis aos ideais do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário."

A crise do capitalismo

"Nos últimos anos tem-se assistido ao constante agravamento da crise geral do capitalismo. Esta é com certeza a terceira recessão económica que o capitalismo conhece desde há dez anos" — referiu Brejnev.

Sobre a inflação o presidente da URSS e secretário-geral do PCUS disse: "A inflação atingiu proporções sem precedentes. Ao tomarem medidas contra a inflação os governos burgueses agravam a estagnação da produção, provocam desemprego e as contradições sociais, devido a isso, são consideravelmente agravadas."

"As tentativas para atenuar a violência da luta de classes, através de algumas reformas sociais, não tem tido sucesso."

Médio Oriente

"É tempo de desbloquear a situação. É tempo de procurar colectivamente e honestamente um regulamento geral numa base equitativa e realista."

"Isso é possível, por exemplo, no quadro de uma conferência internacional especialmente convocada para esse efeito."

Ainda sobre o Médio Oriente, Brejnev informou que a União Soviética está pronta a participar nesses trabalhos, com boa vontade e com espírito construtivo.

"Estamos prontos a fazer todos os esforços com as outras partes interessadas — com os árabes, com Israel e, bem entendido, com a Organização de Libertação da Palestina."

A revolução iraniana

"A revolução do Irão é um acontecimento marcante da vida internacional" — afirmou Leonid Brejnev.

"Em qualquer dos casos, diga-se, só podem ser discutidos os aspectos internacionais do problema alegão e não os assuntos internos do Afeganistão. A soberania deste país deve ser integralmente respeitada, bem como o seu estatuto de Estado não-alinhado."

"O imperialismo desencadeou uma verdadeira guerra não declarada contra a revolução afgã. Isso criou, também, uma ameaça directa à segurança da nossa fronteira meridional. Esta situação obrigou-nos a prestar a ajuda militar pedida por este país amigo", assinalou no seu relatório, Leonid Brejnev que, ainda sobre este assunto salientou:

"Os desígnios dos inimigos do Afeganistão fracassaram. A política ponderada, respondendo aos interesses nacionais, que foi aplicada pelo Partido Democrático Popular e o governo do Afeganistão, dirigido pelo camarada Babrak Karmal, consolidou o poder popular."

No que respeita ao contingente militar soviético, nós estamos prontos a retirá-lo,



é o seu verdadeiro significado. Mostrará em que medida a actual direcção chinesa conseguirá ultrapassar a herança maoísta."

"Actualmente, não se pode falar de uma melhoria da política externa de Pequim. Continua orientada para o agravamento da situação internacional e alia-se à política do imperialismo. Isso não levará, certamente, a China para uma via de desenvolvimento são. Os imperialistas não serão nunca amigos do socialismo."

"Por detrás do desejo dos EUA, do Japão e de um certo número de países da NATO de ampliar as relações militares e políticas com a China, esconde-se um cálculo simples: utilizar a sua hostilidade para com a União Soviética, para com a comunidade socialista, nos seus próprios interesses imperialistas. É um jogo arriscado."

"Mas, no que respeita ao povo chinês, estamos profundamente convencidos que a política de paz e só a política de paz e de relações normais com os outros Estados socialistas responderá aos seus verdadeiros interesses."

Relações soviético-americanas

"Nas nossas relações com os Estados Unidos, mantivemos, nestes anos, tal como anteriormente, uma política construtiva e de princípio. Infelizmente, a anterior administração de Washington não pretendia desenvolver as nossas relações, nem a compreensão mútua. Tentando fazer pressão sobre nós, tentou arruinar tudo o que se tinha conseguido com tanto esforço, o que se tinha criado de positivo nas relações soviético-americanas ao longo dos anos precedentes. Assim, as nossas relações bilaterais regrediram numa série de domínios. A entrada em vigor do SALT-2 foi bloqueada. Em certas questões da limitação dos armamentos, como a redução dos fornecimentos de armas a terceiros países, os Estados Unidos romperam unilateralmente as negociações que tinham sido iniciadas."

"Assiste-se a um aumento sem precedentes das despesas militares. Nos Estados Unidos, elas atingem 150 mil milhões de dólares por ano. Mas até esta soma astronómica não satisfaz o complexo militar-industrial, que reclama mais e mais. Cedendo às exigências de Washington, os seus aliados na NATO (alguns, é verdade, contrariamente) comprometeram-se a aumentar automaticamente os créditos militares até ao final do século ou pouco antes."

"Infelizmente, depois da mudança de direcção na Casa Branca, continuaram as declarações e apelos francamente belicosos, que se diriam especialmente destinados a envenenar a atmosfera das relações entre os nossos dois países. Gostaríamos, no



O camarada Leonid Brejnev ao apresentar o relatório de actividades do CC do PCUS

entanto, de esperar que aqueles que determinam hoje a política da América saibam finalmente ver as coisas sob um prisma mais realista. O equilíbrio militar e estratégico que se instaurou entre a URSS e os EUA, e a Organização do Tratado de Varsóvia e a NATO contribui objectivamente para a manutenção da paz no nosso planeta. Nunca procurámos a superioridade militar sobre a outra parte. Tal é a nossa política. Mas também não permitiremos que se crie uma tal superioridade ou que nos falem a partir de posições de força, que são absolutamente sem perspectivas!"

Defender a paz

"A limitação dos armamentos estratégicos e a sua redução têm uma importância vital. Estamos prontos, da nossa parte, a prosseguir imediatamente as negociações com os Estados Unidos, preservando tudo o que de positivo foi realizado neste domínio. As negociações, é óbvio, só podem ser realizadas na base da igualdade e da segurança idêntica para ambas as partes."

"Os povos devem saber a verdade sobre as consequências desastrosas que teria para a Humanidade uma guerra nuclear. Propomos, por isso, que seja criado um comité internacional qualificado, que demonstrasse a necessidade vital de impedir uma catástrofe nuclear. Deste comité, poderiam fazer parte os cientistas mais destacados dos diferentes países, e o Mundo inteiro deveria ser informado das conclusões a que eles chegassem."

"Parece-nos útil que se convoque uma sessão especial do Conselho de Segurança, com a participação dos dirigentes supremos dos Estados membros do Conselho a fim de procurar os meios capazes de sanar a atmosfera internacional e impedir a guerra. Nesta sessão poderiam igualmente participar, se o desejassem, os dirigentes de outros Estados."

O secretário-geral do CC do PCUS exprimiu a seguir a vontade da União Soviética em negociar a limitação do

desenvolvimento dos submarinos americanos do tipo "Ohio" e dos seus homólogos soviéticos. "Propomos que seja proclamada desde agora uma moratória referente ao desenvolvimento na Europa de novos mísseis nucleares de médio alcance dos países da NATO e da URSS."

Leonid Brejnev traduziu ainda "a vontade da URSS em alargar as medidas de confiança no domínio militar, aplicadas por decisão da Conferência Europeia a todo o território europeu da URSS, na condição de se alargada de modo correspondente pelos Estados ocidentais a sua zona de aplicação de medidas de confiança."

E, concluindo o capítulo internacional do seu relatório, disse Brejnev: "Salvaguardar a paz: não existe actualmente tarefa mais importante no plano internacional para o nosso partido e o nosso povo, assim como para todos os povos do planeta."

Balanço do X quinquénio

"Os resultados do desenvolvimento da economia nacional confirmam sobejamente a justeza da estratégia económica do partido. O país progrediu sensivelmente em todos domínios onde se cria a base material e técnica do comunismo... A força económica do país é um garante de novos progressos na edificação do comunismo."

Ao fazer o balanço do último decénio, o orador citou em especial as seguintes cifras: o produto social bruto aumentou 67 por cento entre 1970 e 1980, a produção industrial 78 por cento, a produção agrícola 23 por cento, o comércio a retalho 70 por cento.

"A potência económica aumentada do Estado soviético permitiu, ao longo dos anos 70, que se aplicasse um vasto programa de elevação do nível de vida da população", prosseguiu Leonid Brejnev. "Trinta e dois mil milhões de rublos foram aplicados na realização de medidas de amplitude nacional, que tinham em vista aumentar os salários, as

pensões, as reformas e subsídios diversos. Cada uma destas medidas constitui um progresso real e importante numa direcção essencial para nós: assegurar o bem-estar dos soviéticos."

Perspectivas de desenvolvimento

Abordando as perspectivas do desenvolvimento económico da URSS, o orador sublinhou que os objectivos do XI quinquénio (1981-85) e dos anos 80 foram desenvolvidos no projecto do CC do PCUS "As grandes opções do desenvolvimento económico e social da URSS para 1981-85 e até 1990".

O orador citou este documento, sublinhando nomeadamente: "O principal objectivo do XI quinquénio consiste em elevar o nível de vida dos soviéticos na base de um desenvolvimento estável da economia, da aceleração do progresso científico-técnico, da intensificação da economia de uma utilização mais racional do potencial de produção do país, de economia máxima de todos os tipos de recursos e de melhoria da qualidade de trabalho."

Em conclusão, Leonid Brejnev disse: "O nosso objectivo é grandioso: o comunismo. Cada êxito no trabalho, cada ano de realizações heróicas, cada quinquénio nos aproxima mais deste objectivo. É sob este ponto de vista que o partido aprecia igualmente o próximo quinquénio. Temos muito para fazer. Precisamos de resolver problemas importantes e complicados. É conseguinte-lhe-os."

"Sim, os soviéticos encaram com segurança o futuro. Mas o seu optimismo nada tem a ver com a presunção e uma crença estragada pelo mim. O nosso povo sabe que tudo o que possui foi criado pelo seu trabalho e defendido pelo seu sangue. Somos optimistas porque acreditamos na força do trabalho. Porque temos fé no nosso país, no nosso povo. Somos optimistas porque temos confiança no nosso partido, porque sabemos que o caminho que ele traçou é o único justo!"

Participação popular

Os documentos do Comité Central do PCUS que o Congresso está agora a debater são já fruto de uma muito ampla discussão anterior.

Em Janeiro, por exemplo, os trabalhadores de Moscovo apresentaram cerca de 50 000 propostas, que foram inscritas no texto do projecto "As grandes opções do desenvolvimento económico e social para 1981-85 e até 1990", neste momento apresentado ao 26.º Congresso do PCUS.

Em quatro anos, desde o termo do 25.º Congresso do PCUS, mais de nove milhões de cartas chegaram aos organismos do Partido e do Estado, a que há que somar cerca de cinco milhões de sugestões feitas verbalmente.

As resoluções do CC do PCUS e do Conselho de Ministros da URSS baseiam-se em grande medida nas propostas verbais e escritas dos soviéticos.

"Esta revolução tem um carácter particular e apesar de toda a sua complexidade e das suas contradições é essencialmente uma revolução anti-imperialista que os meios reaccionários do interior e do exterior aspiram a modificar."

"O povo iraniano procura a via que o conduza à liberdade e à prosperidade. Nós desejamos-lhe, sinceramente, êxito nos seus esforços e estamos prontos a desenvolver com o Irão boas relações fundadas nos princípios de igualdade de direitos e, principalmente, na reciprocidade" — disse ainda Brejnev.

O Golfo Pérsico

"Em lugar do envio de esquadras marítimas e forças aéreas, de tropas e armamentos cada vez mais numerosos, nós propomos que se faça desaparecer toda a ameaça militar concluindo-se um acordo internacional."

"É possível instaurar-se nesta região, através de esforços conjuntos e tendo em conta os interesses legítimos de todas as partes, um clima de estabilidade e de tranquilidade."

O Afeganistão

"A União Soviética está pronta a abordar a questão do Golfo Pérsico como problema independente. Está também pronta, naturalmente, a participar numa solução separada para a situação criada no Afeganistão. Mas não nos oponemos a que estas questões sejam ligadas e discutidas conjuntamente."

depois de o acordar com o governo afgão. Para isso, é preciso que cesse totalmente o envio de bandos contra-revolucionários para o Afeganistão. Isso deve ser fixado nos acordos entre o Afeganistão e os seus vizinhos. São necessárias garantias seguras de que não haverá nova intervenção. Tal é a posição de princípio da União Soviética e dela não abdicaremos."

As relações soviético-chinesas

"A experiência do desenvolvimento socioeconómico da República Popular da China nos dois últimos decénios é uma dura lição que mostra até que ponto pode conduzir a desnaturação dos princípios do socialismo, da sua essência tanto em política interna como externa", afirmou Leonid Brejnev, no relatório ao XXVI Congresso do PCUS, a propósito das relações soviético-chinesas.

"Os actuais dirigentes chineses qualificam, eles próprios, o regime instaurado no período da chamada revolução cultural, de 'ditadura feudal-fascista das mais cruéis'. Nada temos a acrescentar a isso."

"Processam-se, actualmente, mudanças na política interna da China, o tempo dir-nos-á qual



Álvaro Cunhal:

«Transcendente importância para o povo soviético»

A participação da delegação do PCP no XXVI Congresso do Partido Comunista da União Soviética insere-se nas relações de amizade fraternal desde sempre existentes entre o nosso Partido e o PCUS — declarou o secretário-geral do PCP Álvaro Cunhal, aos jornalistas, momentos antes de partir para Moscovo, no passado sábado, à frente de uma delegação do Partido Comunista Português que assiste aos trabalhos do XXVI Congresso dos comunistas soviéticos,

iniciados na passada segunda-feira.

A delegação do PCP integra ainda os camaradas Jaime Félix, membro suplente do Secretariado do CC do PCP, e José Soeiro, suplente do Comité Central. Compareceram no aeroporto de Lisboa a apresentar cumprimentos de despedida à delegação do PCP Arnold Kalinine, embaixador da União Soviética no nosso país e outros altos funcionários da Embaixada soviética, além de Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP,

e Albano Nunes, do Comité Central.

Os congressos do PCUS — salientou o camarada Álvaro Cunhal na declaração que proferiu à partida — têm sempre não apenas uma transcendente importância para o povo soviético, mas também um profundo significado na vida internacional. Dai também todo o interesse em podermos acompanhar os trabalhos deste Congresso, conhecendo directamente e em primeira mão os seus debates e conclusões.

O secretário-geral do PCP, referiu ainda o carácter significativo do Congresso do PCUS pela presença de numerosas delegações de praticamente todos os países socialistas, partidos comunistas e principais forças revolucionárias e progressistas do mundo. Este facto, sublinhou Álvaro Cunhal, ao concluir a sua declaração, dá a possibilidade de, no âmbito do Congresso, ouvir valiosas informações e apreciações, bem como estabelecer úteis contactos.

Saudação ao CC do PCUS

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do PCUS a seguinte saudação:

Queridos Camaradas,

A realização do 26.º Congresso do Partido Comunista da União Soviética constitui um grande acontecimento na vida dos comunistas e do povo soviético e assume um alto significado para o movimento comunista e operário internacional e para a luta de todas as forças revolucionárias amantes da paz.

Nesta ocasião, o CC do PCP transmite ao CC do PCUS e, por seu intermédio, aos comunistas e a todo o povo soviético, as mais calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses. O CC do PCP exprime-vos sincero regozijo pelos êxitos alcançados pela URSS na edificação da base técnica e material do comunismo, no incremento do bem-estar material e espiritual do povo soviético, na consolidação do seu potencial económico e defensivo e o seu alto apreço pela firme e consequente política de paz e de solidariedade internacionalista do partido de Lénine e do Estado soviético.

Apesar da tenaz resistência do imperialismo, o PCP vê com confiança o desenvolvimento da situação internacional. Os perigos para a paz não podem contudo ser subestimados. Face ao aprofundamento da crise geral do capitalismo e ao desenvolvimento do processo revolucionário mundial, o imperialismo norte-americano e os círculos mais reaccionários e agressivos da NATO têm vindo deliberadamente a agravar a tensão internacional, a intensificar a corrida aos armamentos, a proclamar abertamente propósitos de agressão contra os povos em luta pela sua libertação, a ameaçar abertamente com o recurso à arma nuclear.

Para fazer recuar os planos belicistas do imperialismo é da maior importância fortalecer a cooperação das grandes forças revolucionárias da época contemporânea — os países socialistas,

o movimento operário dos países capitalistas, a luta revolucionária libertadora dos povos de todos os continentes — combatendo firmemente o anticomunismo e o anti-sovietismo e todas as tentativas do inimigo de classe para enfraquecer o potencial e a coesão dos países da comunidade socialista e a cooperação de todas as forças anti-imperialistas.

Em Portugal, prossegue tenazmente a luta em defesa das conquistas da Revolução de Abril e do regime democrático que as consagra. As forças reaccionárias, que têm a maioria na Assembleia da República e o Governo, dispõem de fortes posições. Mas as forças democráticas, contando com um amplo e combativo movimento operário e popular, não são menos poderosas. As dificuldades e perigos para a democracia portuguesa são muito grandes. Mas os comunistas portugueses encaram o futuro com espírito combativo e com confiança. É com satisfação que verificamos que, nas vésperas do seu 60.º aniversário o PCP, força decisiva do processo revolucionário português, continua a reforçar as suas fileiras e a alargar a sua influência entre as massas.

Queridos Camaradas, Reafirmando-vos os votos sinceros de novos e grandes sucessos na concretização do programa de desenvolvimento económico e social da URSS na próxima década, expressamos a nossa determinação de continuar a agir pelo reforço dos tradicionais laços de amizade, cooperação fraternal e recíproca solidariedade existentes entre o PCP e o PCUS, no interesse dos nossos dois povos e dos dois países, da unidade do movimento comunista internacional, da causa comum da paz, da democracia, do progresso social e do socialismo.

VIVA O 26.º CONGRESSO DO PCUS!
VIVA A AMIZADE E SOLIDARIEDADE ENTRE O PCP E O PCUS!
VIVA O MARXISMO-LENINISMO E O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO!

Literatura

Um romance «histórico» sob diversos aspectos

Cinco edições, uma delas ilustrada, traduções na URSS, RDA e Bulgária, dezenas de exemplares vendidos em Portugal e no estrangeiro, um dos maiores êxitos editoriais das Edições «Avante!» depois do 25 de Abril — eis, em breves palavras, o cartão de apresentação de uma obra que constitui um ponto de referência obrigatório para quem se debruce sobre a literatura portuguesa do último meio século.

O projecto e o herói colectivo

Primeiro volume de ficção da Coleção Resistência das Edições «Avante!»: «Até Amanhã, Camaradas». Quem é Manuel Tiago? Um escritor (e talvez dos melhores vindos a lume no terceiro quartel do século em Portugal) e um comunista. A tal ponto identificado com o Partido, que dir-se-ia ser o PCP o autor e o herói do livro. Porque se trata de uma epopeia. E também de um romance de aprendizagem, e de uma disciplina. Mas não só. A medida que avançamos, atentamente, na leitura,

lo: «Até Amanhã, Camaradas», de Manuel Tiago.

A última edição, lançada por alturas da Festa do «Avante!» do ano passado, é ilustrada com desenhos da autoria de Rogério Ribeiro. Foi — e continua a ser — um êxito.

Sobre este romance, de leitura particularmente significativa neste ano do 60.º aniversário do Partido, registamos hoje o depoimento — outros se seguirão — de Urbano Tavares Rodrigues.

situando-nos nos anos quarenta, no tempo da guerra, do racionalismo, dos candongueiros, das rusgas nos comboios, o romance invade-nos. De começo, achamos o estilo incolor, sem a marca profunda de uma subjectividade, sem a invenção de uma linguagem. Mas não nos esqueçamos de que esta é, efectivamente, uma obra neo-realista exemplar segundo os ditames filosóficos e estéticos que informavam essa corrente. A escrita é cristalina: tal como um vidro levemente espelhado,

coloca-nos ante uma realidade vivida e um projecto, o mundo tal como é e a transformar, a existência dos clandestinos, autêntica, sofrida, assumida e transposta para papel e tinta em glória, martírio, interrogação.

Não foram escamoteadas, nem de longe, deste romance as peculiaridades e as contradições do ser humano. Ramos, Afonso, Vaz, Manuel Rato, António, Paulo, Maria, Filho, Lisete, Victor são personagens de uma verdade sangrenta, bem diferenciadas, com traços psicológicos, finamente dados, em seus amores, fraquezas, superações.

A humanidade profunda na austeridade de quem entrega a sua vida à causa da libertação de um povo marca todo o fluir da narração, as reacções de muitas das figuras. Se é certo que o campo e os camponeses pobres e explorados, os pinhais de névoa, a desconfiança dos humildes, a bravura dos operários nas suas greves aqui aparecem, o tema central é a vida do Partido, as ligações, as casas de apoio, os contactos

e precauções; por fim a prisão, a tortura, a morte.

Há frases que não se esquecem mais: «Atravessamos uma situação muito difícil — disse (Paulo) numa voz difícil — que logo dominou. — Todos os nossos esforços e atenções devem concentrar-se na defesa do Partido. Todos, camaradas. Não devemos ter tempo para pensar em nós próprios, nem sequer devemos ter tempo para sofrer». É bom não esquecer que a este incentivo segue-se uma das mais belas cenas emocionais de todo o livro.

No presente um romance histórico, a diversos títulos: como obra de arte que é; como testemunho de alcance sociológico e político; como exercício moral (não confundir com moralizante, no estrito sentido apologético). Em resumo, um grande livro, inesperado e onde os sentimentos mais fortes e puros do homem encontram a simplicidade e o rigor transparente da expressão.

(Urbano Tavares Rodrigues, em «Elegia à Esperança», Diabril, Maio de 1977)



Dois dos desenhos de Rogério Ribeiro que ilustram a última edição de «Até Amanhã Camaradas»

História

FERNÃO LOPES — O HOMEM E A ÉPOCA (3)

José Paulo Oliveira

A vida de Fernão Lopes (entre os fins do século XIV e meados do século XV) decorreu num período conturbado da história europeia, marcado essencialmente por uma nova dinâmica no ataque às estruturas senhoriais, patente no desenvolvimento dos centros urbanos, no desejo de autonomia das cidades (os burgos) e nas revoltas e movimentações camponesas.

Em Portugal, com a crise dinástica que se gera em 1383, após a morte de D. Fernando, os conflitos já latentes conduziram à revolta.

A «rria miúda» na cidade e em muitos locais da província contesta a situação existente, e revolta-se contra a nobreza feudal, que em função do seu «código de valores» e das suas aspirações e interesses materiais, reconhece no rei de Castela o legítimo sucessor ao trono português.

Em Lisboa, os burgueses liderados por Alvaro Pais, ultrapassados às vezes pelo impulso do «povo miúdo», impõem à Câmara da cidade a proclamação do Mestre de Avis como Regedor do Reino. Na província, os castelos chegam a ser incendiados e destruídos. Por vezes, a revolta das camadas mais desfavorecidas da população assume, como sucedeu em Évora, o carácter de uma verdadeira «jacquerie» (movimentos revolucionários em França).

As revoltas sucediam-se, algumas vezes constantemente. E o ponto fundamental que se destaca no conjunto da luta é a derrota do castelo pela vila. Em muitos locais, a evolução dos acontecimentos é esta: enquanto o castelo proclama a rainha, a vila opõe-se e recusa-se a aceitá-la; cercava o castelo, por vezes demolia-o parcialmente e até o incendiava.

Mas este estalar violento de conflitos e agitações sociais provinha, como já referimos, duma instabilidade anteriormente latente.

Durante o século XIV foram-se a pouco e pouco distinguindo e anastando duas forças sociais diferentes: os habitantes das vilas que cresciam em redor dos castelos e a nobreza feudal detentora de poderes e da terra. São dois mundos diferentes, que vivem sob tensão e que escapam ao controlo mútuo.

organizadas. Esta gente que se opõe ao poder senhoriai é em Lisboa e no Porto constituída essencialmente pelos homens ligados ao comércio marítimo; também pelos artesãos ligados aos mais variados ofícios; e finalmente pela gente miúda que vivia do seu salário.

Na província, à excepção dos portos fluviais ou dos pontos de convergência comercial (onde os negociantes e os artesãos tinham, na verdade, um papel de vulto), são os trabalhadores rurais e os pastores, quer das terras dos senhores, quer das terras dos concheiros, que desempenham uma acção mais destacada no quadro social.

O crescimento económico que nessa época se processa é consequentemente acompanhado pelo aumento da importância e intervenção política dos vilãos.

Os privilégios e a protecção concedidos ao sector marítimo demonstram de forma clara o valor que o comércio vinha adquirindo no âmbito da economia nacional.

Mas, por outro lado, a lei das Sesmarias, que procurava fazer

volitar as pessoas à agricultura, parece, pelo menos de certo modo, estar em contradição com o proteccionismo e o incremento que se procurava dar ao sector comercial marítimo.

Esta política contraditória levada a cabo por D. Fernando é um reflexo deste período de transformação social e de crescimento económico que atravessa a Europa da altura.

Sem dúvida que se os homens deixam a terra por cultivar é porque outras actividades mais aliciantes os chamam, permitindo-lhes, além do mais, escapar à submissão do trabalho agrícola (e em especial quando este se processa nos domínios de um senhor).

A tensão e o descontentamento que marcam o reinado de D. Fernando, assim como a política hesitante e contraditória do monarca, acompanham o antagonismo entre aqueles blocos em presença (nobreza senhoriai/burgueses, artesãos, trabalhadores).

D. Fernando, por um lado, protege os comerciantes de Lisboa e do Porto; por outro lado, procura satisfazer, como lhe é possível, os desejos da nobreza senhoriai (títulos, guerras, etc.). Para o Povo, a cedência do monarca aos objectivos senhoriais trazia sempre consequências negativas. Os camponeses pobres eram mobilizados à força para a guerra ao mesmo tempo que as condições de vida

continuavam num estado de profunda degradação.

A situação já de si bastante tensa atinge com a morte do rei um ponto explosivo. Estava em jogo a independência do país.

D. Beatriz era a herdeira do trono. Mas os vilãos, o povo, não a aceitaram. D. Beatriz representava a submissão da terra portuguesa aos dirigentes de Castela. Alega o povo, como diz Fernão Lopes, que Portugal «fora sempre reino sobre si» e como tal quer um rei português.

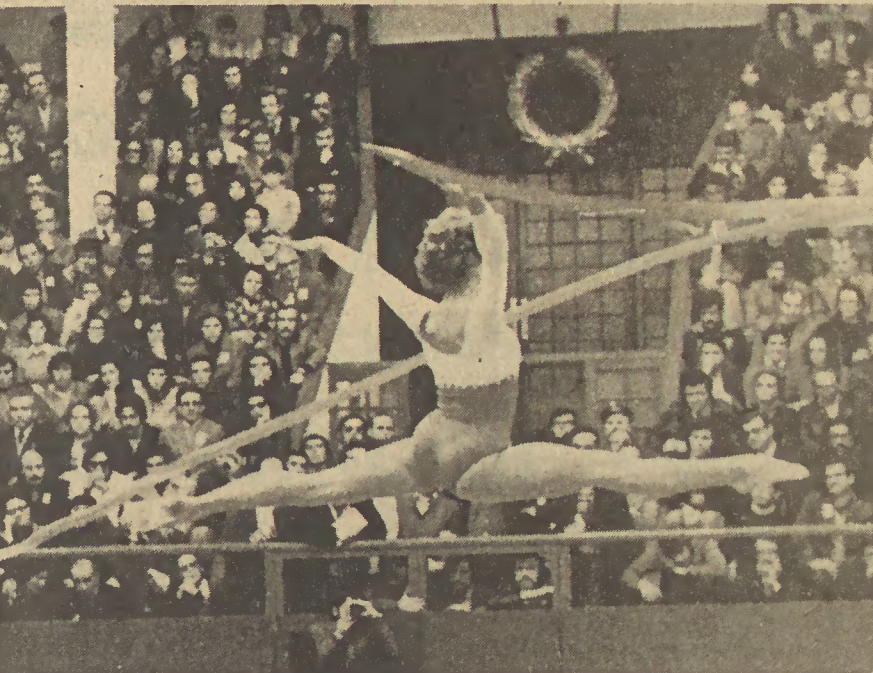
Ressurge a ideia de Pátria, a terra que se defende. A terra em que se nasceu e viveu. A terra dos antepassados.

Isto não cabia, porém, nas concepções e nas aspirações da nobreza senhoriai, que não se ligava por laços territoriais, mas sim por laços individuais, nobreza essa que via acima de tudo o senhor, a quem era preciso seguir, servir e obedecer, quer esse senhor estivesse em Portugal, em Castela, ou noutra qualquer lugar. É assim que alguns nobres portugueses, vivamente denunciados por Fernão Lopes, vêm incluídos nas hostes castelhanas que atacam Portugal, como é o caso dos infantes D. João e D. Dinis. Fazem-no ao serviço do «seu» senhor, o rei de Castela. E actuam assim confiantes também nos privilégios e recompensas posteriores...

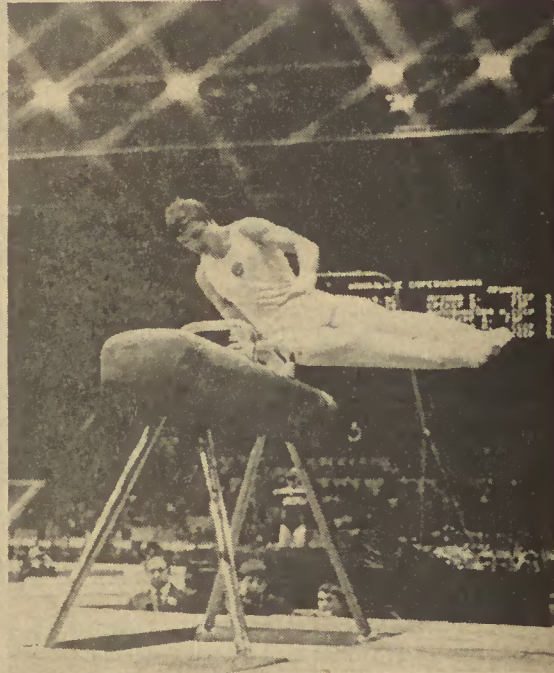
Toda esta situação de conflito, insegurança, instabilidade, conspiração, corrupção exprime, por assim dizer, um direito novo e uma nova ordem de valores. Tal situação deflagra devido ao enfraquecimento da autoridade que se instala no período imediato à morte de D. Fernando. Há um vazio de poder. Esta indefinição, tornando vulnerável a estrutura feudal, abala o equilíbrio instável em que se mantinha a nobreza e as gentes das cidades e vilas.

O atentado ao Conde Andeiro, a pretexto de vingar a honra do falecido rei, pretendia eliminar, isso sim, o perigoso defensor da ordem feudal, o homem que tivera maior importância no governo de D. Fernando e na sua política de guerras com Castela. É assim que o Mestre de Avis é trazido a primeiro plano e eleito Regedor e Defensor do Reino, para que uma nova ordem e uma nova dinâmica social, política, ideológica, cultural, económica e financeira pudesse ser sancionada.

O movimento alastrou, como já vimos, por todo o país, mas não de maneira uniforme. Nas regiões do Norte, que haviam



Consagrada internacionalmente, tanto a nível europeu, como mundial ou olímpico, a ginástica constitui uma das mais destacadas modalidades desportivas na URSS. Na lista dos dez «mais» do desporto soviético em relação a 1980 surge um ginasta de 23 anos, campeão olímpico absoluto: Alexandre Ditiatin



Desporto

Os dez «mais» em 1980 no desporto soviético

Vladimir Salnikov, 20 anos de idade, estudante do 3.º ano do Instituto da Educação Física de Leninegrado, encabeça a lista dos 10 melhores desportistas soviéticos de 1980, tradicionalmente eleitos pela Federação Nacional dos Jornalistas Desportivos.

Cerca de 500 jornalistas escolheram 76 desportistas, representantes de 28 modalidades desportivas. Havia muitas possibilidades para esta escolha uma vez que durante as Olimpíadas os desportistas soviéticos conquistaram 80 medalhas de ouro.

Fora da lista dos laureados do ano ficaram mestres do desporto tão destacados como os recordistas mundiais e campeões olímpicos Liudmila Kondratieva ("sprint"), Victor Krovopuskov (sobre), Viktor Markin (400 metros), Elena Davidova (ginástica), Valentin Mankin (vela).

Salnikov voltou a ser a grande vedeta, não só pelas três medalhas de ouro conquistadas na piscina olímpica mas, principalmente, pelas marcas que alcançou.

Iurik Vardanian (halterofilia). O segundo desportista do ano é o halterofilista Iurik Vardanian, de 24 anos. A sua actuação na Olimpíada foi marcada, bem como a de Salnikov, não só pelo número de medalhas mas, também, pelos resultados obtidos: apenas numa tarde, o estudante de Lenínakan (cidade arménia) bateu cinco recordes mundiais, tendo somado 400 quilos, proeza não conseguida pelos campeões olímpicos das categorias superiores a 82,5 quilos.

Ditiatin (ginástica). Alexandre Ditiatin, de 23 anos, colega de Salnikov na Universidade de Leninegrado, campeão dos Jogos anteriores, Nikolai Andrianov — "mas ele continua a aperfeiçoar os seus exercícios, tomando-os cada vez mais complexos".

Zimiátov (esquiador). Nikolai Zimiátov (dos arredores de Moscovo) representa o desporto de Inverno. Ele chegou à Olimpíada Branca, em Lake Placid, não como líder da equipa soviética, pois nela havia esquiadores mais experientes e mais conhecidos, mas acabou por regressar com três medalhas de ouro. Os esquiadores soviéticos nunca tinham obtido êxitos semelhantes, nem nos Jogos Olímpicos, nem nos campeonatos mundiais.

Kazankina (atletismo). Tatiana Kazankina que, em 1976 depois de vencer na Olimpíada de Montreal os 800 e 1500 metros, pensou abandonar o desporto de alta competição. Mais tarde casou-se, teve uma filha, e um ano antes do começo da Olimpíada de Moscovo, esta desportista de Leninegrado (economista) reatou a sua preparação e conseguiu atingir a forma que lhe permitiu conquistar a medalha de ouro na distância de 1500 metros. Logo a seguir, Kazankina bateu o recorde mundial na mesma distância.

Irina Rodnina e Zaitsev (patinagem artística). O casal Irina Rodnina e Alexandre Zaitsev também foram escolhidos. Os conhecidos patinadores artísticos de Moscovo acabaram a sua brilhante carreira desportiva com a vitória olímpica em Lake Placid.

Como Kazankina, Rodnina, pouco antes da Olimpíada em Lake Placid, regressou ao desporto depois do nascimento de um filho e logo alcançou elevados êxitos. Trata-se, na patinagem artística mundial, de um caso sem paralelo.

Iuri Sedikh (lançador). Iuri Sedikh vencedor das competições de lançamento de martelo na Olimpíada de 1976, em Montreal, apenas com 21 anos e que durante a Olimpíada de Moscovo estabeleceu um novo recorde mundial.

Serguei Sukhorutchenkov (ciclista), tenente do Exército Soviético e, ao mesmo tempo, estudante por correspondência do Instituto da Educação Física, é há já dois anos consecutivo reconhecido como o melhor ciclista amador do mundo pela União Internacional de Ciclismo. O seu melhor resultado foi a vitória olímpica na prova em grupo de estrada.

Viktor Saneév (triplo-salto). Viktor Saneév, de 35 anos, vencedor da prova de triplo-salto nos Jogos do México (1968), Munique (1972) e Montreal (1976), e em Moscovo obteve a medalha de prata (1980).

Depois dos Jogos de Moscovo, Viktor deixou a actividade no desporto e passou a ocupar o cargo de chefe de secção do "Dinamo", de Tbilissi.

Parfenovitch (canoagem). Vladimir Parfenovitch que completou no passado dia 2 de Dezembro os 22 anos, venceu nas Olimpíadas de Moscovo as provas de kayak-1 e kayak-2.



Guerras, torneios, caçadas, títulos e domínios — o mundo da nobreza senhoriai. Desenvolvimento urbano, busca duma vida nova nas cidades, vilas e aldeias, com novas relações e novas perspectivas — o mundo dos burgueses, dos artesãos, dos assalariados, dos vilãos. Dois mundos em contradição, que chocaram violentamente em 1383



perspectivando-se através das suas páginas aquilo a que podemos chamar a voz da opinião pública mais avançada, com a qual Fernão Lopes claramente se identifica.

O que, na verdade, se salienta nos textos do cronista é precisamente aquele novo sentimento: o amor à terra, à Pátria. Daqui se fundamenta o novo direito, que se contrapõe à lei senhoriai.

Fernão Lopes sente-o e defende-o. Acusa a nobreza senhoriai e os seus aliados (os alcaides) de levantarem a voz a favor de Castela. Personifica em Lisboa, a quem chama «mãe e ama dos felizes», essa terra que se ama e é necessário defender.

O cronista integra-se na consciência do povo revoltado e é isso que lhe permite traduzir e descrever de forma tão viva e entusiástica o estado de espírito dos que lutam pela independência do país, dos que se revoltaram, dos que estão firmes nas cidades, vilas, aldeias e campos.

Fernão Lopes não fica, entretanto, pelo mero relato dos acontecimentos ou pelas simples interpretações e comentários. Se a sua voz é incondicionalmente a do povo de Lisboa que quer matar a rainha e salvar o Mestre, o mesmo já não acontece quando esse mesmo povo mata o Bispo ou maltrata

e acaba mesmo por matar a abadessa em Évora. Nestes casos, Fernão Lopes não aprova a revolta popular. Não se solidariza com tais iniciativas. Se bem que condene a morte do Bispo, o cronista avança com uma análise cuidada dos acontecimentos e afirma que era justa a indignação do povo por ele não ter querido tocar os sinos quando se declarou o levantamento. Do mesmo modo que, considera um acto indigno a morte da abadessa, não deixa por outro lado de salientar que ela dirigia ofensas contra o povo.

A objectividade de Fernão Lopes ao descrever-nos as acções ou as personagens deixam bem definida a sua posição, demarcada da mentalidade senhoriai, que desmascara e não poupa a críticas. A sua preocupação em achar a verdade documentada e o seu sentido crítico agudo são, aliás, algumas marcas da mentalidade que se impôs na altura.

A crise de 1383-85 assinala, de facto, um grande impulso no estabelecimento da nova mentalidade, da nova dinâmica social, do novo ambiente cultural, como referimos no artigo da passada semana.

Tendo vivido num período que englobou vários reinados, Fernão Lopes assistiu a muitos factos e pôde ter uma visão

alargada do desenrolar de toda uma época de elevado significado histórico-político.

Com a dinastia de Avis tinha-se aberto um novo período na evolução da sociedade portuguesa. Fernão Lopes acompanha de perto essa transformação. Integra-se nela. Compreende-a. Compreende o seu alcance. Busca as suas raízes e vai divulgá-la, num enquadramento vivo, entusiástico, cheio de cor e acção.

No século XV Fernão Lopes testemunha os novos horizontes que se abrem à sociedade. Ele é um verdadeiro historiador, consciente das potencialidades científicas da História. Para descrever a batalha de Aljubarrota passa a pente fino o local onde o confronto se desenrolou, empenha-se na análise dos velhos documentos; decifra epítáfios; analisa a correspondência antiga. Procura a verdade!

Em Fernão Lopes temos, sem dúvida, uma importante pista para estudar a sua época e para perceber a transição da vida medieval para a vida moderna.

(Na próxima semana, através de um excerto da Crónica de D. João I, veremos com algum pormenor o conceito de História em Fernão Lopes.)



Com a morte de D. Fernando, último rei da 1.ª dinastia, a situação tensa que se vivia atingiu um ponto explosivo. A herdeira do trono, Dona Beatriz, representava a submissão a Castela. A nobreza senhoriai aceita-a. Mas o povo, como diz Fernão Lopes, exige que Portugal fora sempre Reino sobre si e como tal quer um rei português

SEMANA Internacional

18

Quarta-feira

Segundo a «Associated Press», agência norte-americana, mesmo os aliados mais incondicionais dos EUA na Europa estão a recusar apoio a uma intervenção mais aberta dos norte-americanos em El Salvador, tendo a Grã-Bretanha, RFA, França e Noruega já declarado posições hostis aos planos de Reagan. Segundo revelação dos serviços secretos norte-americanos, a África do Sul terá feito explodir uma segunda bomba nuclear na mesma região do Atlântico. Sul onde há dois anos procedeu a um ensaio semelhante: a explosão ocorreu no passado dia 16 de Dezembro e foi detectada por um satélite norte-americano. A greve desencadeada há dois dias pelos trabalhadores das minas de carvão do País de Gales estende-se às minas escocesas e britânicas. O governo cabo-verdiano anuncia que apresentará uma lei de bases da reforma agrária à Assembleia Nacional Popular ainda no primeiro semestre deste ano. O México renegocia a dívida externa da Nicarágua concluindo um acordo que permite a este país pagar a longo prazo mais de 550 milhões de dólares de dívida externa contraída ainda pelo regime ditatorial de Somoza com 120 bancos estrangeiros.

19

Quinta-feira



Canal do Panamá

Os EUA iniciam manobras militares na Zona do Canal do Panamá, preparadas em segredo e sem qualquer autorização ou comunicação ao governo panamiano. O Executivo da União Nacional de mineiros britânicos decide pedir aos mineiros em greve que regressem ao trabalho, após o governo conservador de Margaret Thatcher ter recuado na sua decisão de mandar encerrar 23 minas de carvão. A revista «Stern» da RFA, publica o que afirma ser o mapa das posições em que futuramente serão instalados na Europa os mísseis previstos no programa de «modernização nuclear» da NATO, nomeadamente 108 Pershing II a estacionar em bases norte-americanas na RFA. Com o pretexto de que é necessário «relançar a economia» norte-americana, o presidente Reagan apresenta um programa cujos traços essenciais assentam na redução dos fundos destinados à assistência social, aos desempregados, ao ensino e à investigação, e um aumento das despesas militares. A Comissão da CEE propõe um novo plano agrícola que daria aos agricultores da Comunidade aumentos de preços até 12%.

20

Sexta-feira

Um comentário da agência soviética TASS adverte que a política belicista da administração Reagan é uma via perigosa para a causa da paz, como um todo, e em não menor escala para os próprios Estados Unidos. Membros das Forças Populares de Libertação (FPL) ocupam duas estações de rádio em Santa Ana, segunda cidade de El Salvador, e transmitem uma mensagem incitando à sublevação. O ministro polaco dos Negócios Estrangeiros, Josef Czerwinski, previne que estão condenadas ao fracasso as tentativas ocidentais para desesalarizar a Polónia e a afastar da via que escolheu; Czerwinski, que falava em Copenhague no primeiro dia de uma visita oficial à Dinamarca, afirmou ainda que a guerra fria está a voltar à cena política internacional.

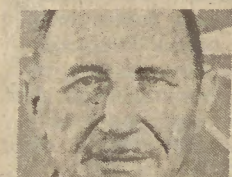
21

Sábado

O Ministério da Defesa angolano divulga um comunicado onde se denuncia o incremento dos ataques das tropas racistas sul-africanas contra a República Popular de Angola, a partir do território ocupado da Namíbia. O Ministério equatoguineense do NE anuncia que cerca de 100 «comandos» perigosos foram lançados sobre os destacamentos militares na zona fronteiriça da cordilheira do Condor, violando o cessar-fogo acordado no passado dia 2. A ETA «político-militar» reivindica o sequestro de três consules no País Basco, afirmando tratar-se de uma tentativa de «alertar a comunidade internacional para a prática da tortura e falta de democracia em Espanha». O Coronel Adolfo Majano, que chefiou o golpe militar que em 1979, em El Salvador, derrubou o governo de direita de Carlos Romero, é preso pela junta fascista que ocupa actualmente o poder; Majano foi demitido da junta em Dezembro último e esteve escondido durante três meses depois de acusar os militares de apoiarem os «esquadrões da morte» fascistas.

22

Domingo



Luns, o «falco»

Joseph Luns, secretário-geral da NATO e que no passado teve ligações com o nazismo, ataca a política de desanuviamento, apelando ao rearmamento da Aliança Atlântica, demonstrando simpatia pela guerra-fria e criticando os governos da Europa Ocidental que consideram necessário manter o primado da paz nas relações com os países socialistas. Uma organização da Igreja Católica salvadorenha afirma que forças governamentais em El Salvador mataram na semana passada mais de 250 pessoas não envolvidas em qualquer das formas de luta das forças populares. A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) prevê que, no fim deste ano, o número de desempregados nos 24 países desta organização ascenderá a um número que se situa entre 25 e 27 milhões, contra 23 milhões em 1980.

23

Segunda-feira

Cerca de 200 elementos da Guarda Civil espanhola comandados pelo tenente-coronel Tejero Molina assaltam o parlamento, sequestrando os deputados e ministros presentes, enquanto em Valência, a terceira região militar do país, o general de extrema-direita Milans del Bosch decreta o recolher obrigatório, ocupa militarmente a cidade e autoproclama-se Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. O presidente soviético Leonidas Brejnev propõe na sessão de abertura do XXVI Congresso do PCUS, hoje iniciado em Moscovo, uma reunião ao mais alto nível entre a União Soviética e os Estados Unidos. A liga belga dos Direitos do Homem revela que tropas governamentais zairenses apoiadas por uma companhia paramilitar mataram pelo menos 300 pessoas em vários massacres perpetrados na região mineira de Kassai.

24

Terça-feira

Fracassa a tentativa de golpe de Estado fascista em Espanha desencadeado ontem pelo coronel Tejero; os sediciosos libertam deputados e ministros sequestrados no Parlamento, Tejero rende-se e o general Milans del Bosch é chamado a Madrid, após se ver forçado a mandar retirar as tropas que haviam ocupado Valência; o rei Juan Carlos garante que todo o país está tranquilo e a situação dominada. O presidente dos EUA, Ronald Reagan, considera «muito interessante» a proposta ontem formulada pelo presidente soviético Leonid Brejnev para a realização de uma cimeira ao mais alto nível entre os dois países. OS quatro maiores partidos espanhóis com representação parlamentar emitem um comunicado conjunto condenando a acção das guardas civis implicadas na tentativa de golpe fascista em Espanha.

EFEMÉRIDE DA SEMANA

A 23 de Fevereiro de 1903 nasce na Checoslováquia Julius Fucik, grande escritor comunista, jornalista e dirigente social. Foi enforcado pelos fascistas em 8 de Setembro de 1943, data que viria a ser adoptada internacionalmente como o Dia do Jornalista Democrático.

Internacional

Não à intervenção militar em El Salvador! Reagan ameaça com bloqueio a Cuba

Para além da luta persistente e diária que se desenvolve por todo o país, para além dos massacres a que a Junta submete o povo do seu próprio país, um facto ressalta e condiciona a vida política de El Salvador: a ingerência norte-americana. Ingerência sem a qual já não haveria morticínio, e o povo de El Salvador teria conquistado a liberdade por que heroicamente se bate.

O cerco aperta-se. Claro está que a pretexto de defesa da construção da democracia... Uma democracia que só na última semana, e de acordo com uma denúncia de uma

organização da Igreja Católica salvadorenha, fez 250 mortos, entre pessoas não envolvidas em qualquer das formas de luta das forças populares. Uma missão norte-americana,

chefeada pelo secretário de Estado adjunto para assuntos europeus, Lawrence Eagleburger, percorreu as capitais europeias da NATO — de Paris a Bona, Bruxelas, Haia, Londres — com o objectivo de obter o apoio para a política promovida por Reagan. O pretexto: a apresentação de documentação com que se pretende provar o auxílio soviético em armas à Frente Farabundo Martí, através de



A administração Reagan atreveu-se a ameaçar Cuba de «Bloqueio» a pretexto de fornecimento de armas às forças revolucionárias salvadorenhas, enquanto fornece armas para a Junta fascista reprimir a luta do povo de El Salvador; o imperialismo não aprende com as derrotas — insiste apenas na mística da repressão, definitivamente suicida

«Justiça social» à medida do Pentágono

Os ricos cada vez mais ricos, os pobres cada vez mais pobres... Ou falando uma linguagem mais precisa: crescem os lucros e degradam-se as condições de vida dos trabalhadores. Esta uma tónica não só da própria realidade dos Estados Unidos mas mesmo — sem sofismas — dos planos apresentados pelo actual presidente. Em curioso contraste com declarações em que se constata exactamente uma realidade que a nova estratégia orçamental irá claramente agravar.

Na campanha eleitoral o então candidato Reagan parecia muito impressionado com a sorte dos seus concidadãos mais atingidos pela política própria do sistema. Chegou mesmo a perguntar: «Podemos amar a nossa pátria sem amar os nossos compatriotas?» E, amando-os, como não estender-lhes a mão quando caem, curá-los se estão doentes e dar-lhes a possibilidade de se sustentarem a si próprios para de facto serem todos iguais, e não só em teoria?.

Já depois da sua eleição

à presidência, Reagan constatou que «o salário médio do operário americano baixou cinco por cento em cinco anos, tendo em conta a inflação» e que «para uma família média os impostos federais aumentaram 67 por cento».

Estas as palavras. E agora, os factos? Como não o ouso quando caem, curá-los se estão doentes e dar-lhes a possibilidade de se sustentarem a si próprios para de facto serem todos iguais, e não só em teoria?.

É a seguinte a estratégia orçamental para o ano fiscal de 1982:

- Diminuição em 41 mil

milhões de dólares das despesas federais — a maior redução de despesas públicas alguma vez proposta por um presidente norte-americano;

• O maior orçamento federal de toda a história do país — 595,5 mil milhões de dólares;

• Redução dos impostos, abrangendo para já, o prioritariamente, o grande capital;

• Anulação de certas formas de regulação da economia pelo Estado, o que inevitavelmente favorece também o grande capital.

O que significa a política de cortes nas despesas federais?

• Eliminação de mil milhões de dólares do programa de nutrição infantil;

• Redução em 1,8 mil milhões de dólares nos créditos destinados à alimentação de pessoas que vivem abaixo do índice da miséria;

• Menos mil milhões de

países como Cuba e a Etiópia. Neste campo, Edwin Meese, conselheiro do presidente Reagan, vai já mais longe e, em entrevista concedida à rede de televisão ABC, admite a possibilidade de bloqueio a Cuba, a pretexto de um eventual fornecimento de armas.

Paralelamente, e de acordo com factos referidos por «The Washington Post», funcionários do governo de Reagan, em reuniões com embaixadores da América Latina, advertiram que os EUA estão dispostos a utilizar todos os meios para impedir a chegada de armas aos patriotas salvadorenhas, enquanto vão abastecendo criteriosamente a Junta de todos os meios militares para a repressão.

Haig declarou entretanto que estão a ser analisados vários planos, nomeadamente militares. E especificando ainda melhor o sentido de tais planos, o secretário de Estado norte-americano afirmou mesmo a dirigentes do Congresso que os Estados Unidos fornecerão «todo o apoio necessário» à Junta fascista de Salvador, para impedir «um levantamento de esquerda».

São claras as palavras. Clara a ingerência. Clara ainda a posição de aberto cinismo: o apoio à Junta e, simultaneamente as ameaças, face à eventualidade de um apoio internacionalista aos patriotas.

As palavras somam-se os actos. No apoio militar directo. No apoio à organização e armamento de exércitos dos países vizinhos, destinados a intervir em qualquer emergência. Mais recentemente, e como foi anunciado pelo órgão

dólares para os programas de assistência médica;

• Menos mil milhões de dólares do seguro para acidentes de trabalho;

• Redução em 6 mil milhões de dólares nos programas de incentivo ao aproveitamento e utilização de formas alternativas de energia (o que objectivamente só favorece as grandes companhias petrolíferas).

É claro o conceito de justiça social subjacente a este programa

Quem lucra com esta estratégia orçamental?

Em primeiro lugar os grandes monopólios, na sua generalidade.

Assim, apesar do período de crise que a economia norte-americana atravessa (ou alimentando-se dessa mesma crise) registaram-se grandes aumentos dos lucros das

Solidariedade!

Mantém-se como uma constante a solidariedade dos trabalhadores portugueses à luta do povo de El Salvador.

A direcção do Sindicato Têxtil, por exemplo, denuncia numa moção a pretensão dos dirigentes norte-americanos de assumirem «o papel de polícias e fiscais de todos os povos».

Uma delegação de intelectuais, por sua vez, entregou na Embaixada norte-americana em Lisboa um abaixo-assinado em que se exige que «o governo dos Estados Unidos da América respeite os direitos do povo de El Salvador, abstendo-se de todo e qualquer apoio à Junta assassina e ao ditador Napoleón Duarte».

Um grupo de cristãos de Selubal aprovou uma moção em que se declara o apoio à luta desigual do povo de El Salvador, se protesta contra «a repressão violenta das autoridades oficiais sem qualquer respeito pelos direitos humanos» e se denuncia «o criminoso apoio dos Estados Unidos que assim contribuem para o abafar em sangue duma justa e espontânea reacção popular de libertação, em flagrante intervenção nos problemas internos de um povo que quer ser livre».

do Partido Comunista Francês, «L'Humanité», é criada uma ponte aérea entre os Estados Unidos e as bases militares norte-americanas do Canal do Panamá. Apesar dos protestos do partido governamental panamiano, da Frente Democrática Revolucionária de El Salvador, e em flagrante provocação aos tratados estabelecidos, cinco mil soldados norte-americanos iniciaram na semana passada exercícios nas margens do Canal do Panamá.

«Enquanto a Junta salvadorenha continuar empenhada nas reformas» os Estados Unidos manterão o seu apoio. Um elucidativo testemunho do que é democracia para Washington, do que é ingerência para a Casa Branca. Com os olhos postos em El Salvador, mas não só. Com os olhos postos na Guatemala, por

exemplo, onde os Estados Unidos temem a queda de um dos mais sanguinários — é o termo — governos da América Latina.

A política externa dos Estados Unidos, tal como ela se está a desenhar em relação à América Latina, constitui um perigo real para o movimento de libertação, para a luta dos povos pela afirmação da sua própria vontade, um factor de tensão internacional.

O Partido Comunista Português considera que todos estes factos apontam para a necessidade de acrescida vigilância — também aqui em Portugal — para que a mão estranguladora do imperialismo não possa impedir a concretização da inequívoca vontade popular, porque urge por travão a uma política anti-histórica e, por isso mesmo, particularmente perigosa.

companhias ligadas a sectores como o petróleo e as armas. Segundo o «News Day», em 1980 os rendimentos das cem maiores grandes companhias norte-americanas cresceram 23 por cento. As empresas de produção militar são das mais beneficiadas na distribuição do aumento da taxa de lucro.

Em situação semelhante, embora por razões diferentes, estão as companhias petrolíferas. No ano passado, a «Exxon», a maior companhia americana de petróleos, recebeu 5,66 mil milhões de dólares em lucros e os seus rendimentos cresceram 31,8 por cento. No final de Janeiro estas companhias anunciaram novos preços do petróleo, com um aumento de 2,5 por cento.

O outro grande beneficiário desta política é os armamentos.

Se o novo orçamento prima pelos cortes nas despesas de

carácter social, caracteriza-se na mesma medida por um acréscimo notável nas despesas militares: 249 800 milhões de dólares, ou seja um aumento de 27 mil milhões de dólares em relação ao anterior plano orçamental.

No seu conjunto a estratégia orçamental de Reagan significa, simultaneamente, 1) agravamento das condições de vida do povo americano, e como tal acentuação das tensões internas; 2) reforço de uma política agressiva e belicista, mesmo de intervenção directa (é a este respeito significativo o facto de se reduzirem as verbas destinadas à «assistência ao estrangeiro» — na prática o financiamento das pressões financeiras, diplomáticas e formas de ingerência armada através de terceiros países — enquanto aumenta decididamente a rubrica despesas do Pentágono).

Quem gasta mais com as armas?

O argumento sistematicamente utilizado para «justificar» a aceleração da corrida aos armamentos, é a necessidade de resposta a uma pretensa superioridade soviética.

Argumento que não passa de cobertura para uma política que nada tem a ver com defesa. Assim, o Centro Americano de Informação da Defesa (CDI), em relatório datado de Julho do ano passado, afirma claramente que as despesas militares da NATO ultrapassam de longe as do Tratado de Varsóvia. Em 1979, os países da NATO gastaram 215 biliões de dólares com armamento, enquanto os membros do Pacto de Varsóvia gastaram 175 biliões de dólares.

O relatório do CDI (organismo ligado à defesa dos Estados Unidos) prova que as afirmações da NATO (o essencialmente da CIA) segundo as quais as despesas militares da URSS aumentaram em 35% desde 1961 (é precisamente com este pretexto que a NATO decidiu aumentar o seu orçamento militar numa média de 3% ao ano nos próximos 5 anos) são totalmente falsas, porque as despesas militares da URSS passaram na realidade de 11% em 1971 para 6% no orçamento de 1980.

soberano dos povos da zona a disporem dos seus recursos naturais;

• Não levantar nenhum obstáculo ou ameaçar as

trocas comerciais normais e as comunicações marítimas que unem os Estados desta região com as outras zonas do mundo.

Países socialistas

Exército Vermelho comemora aniversário

No dia 23 de Fevereiro — o primeiro dia dos trabalhos do XXVI Congresso do Partido Comunista da União Soviética, que prossegue em Moscovo, o povo soviético comemorou mais um aniversário do Exército Vermelho, base das actuais Forças Armadas soviéticas. Para assinalar este aniversário, representantes das Forças Armadas soviéticas subiram à tribuna do Congresso que neste momento discute e aprova novas propostas de paz.

Assim simbolicamente se reafirma a íntima ligação entre o Exército do povo num país socialista e as tarefas desse mesmo povo. Assim se reafirma, como tarefa central das forças armadas no socialismo, a luta permanente pelo desarmamento, pela paz.

Uma revolução deve saber defender-se, ou será liquidada. Para combater a contra-revolução e as intervenções externas, o Soviète dos Comissários do Povo decretou a organização do Exército Vermelho Operário-Camponês e da Armada Vermelha Operário-

-Camponesa em Janeiro de 1918. A Guarda Vermelha, fundada pelo partido dos comunistas em Março de 1917 e formada por operários de Vanguarda, serviu de núcleo ao Exército e à Marinha.

Ao mesmo tempo que organizava a defesa da

revolução, o Poder soviético aprovou o Decreto da Paz, que propunha a todos os povos e governos em guerra o início imediato de negociações para uma paz justa.

Actualmente num contexto diferente e muito mais favorável às forças do progresso e do

socialismo, as tarefas fulcrais do Exército soviético são as mesmas: a defesa do socialismo, a luta pela paz. Tal como então serão cumpridas, como repetidamente tem sido reafirmado pelos dirigentes soviéticos, perante a política agressiva e realista do imperialismo.

«Não às armas nucleares em Portugal!»

Em Portugal a batalha pela paz está a adquirir uma nova dimensão. Na noite de sexta-feira foi constituído em Lisboa um movimento de opinião, integrado por representantes de associações cívicas, sindicais, profissionais, religiosas e individualidades, que tem como lema «Não às armas nucleares em Portugal», estando previsto um novo plenário aberto para 12 de Março. É uma parcela da nossa participação como povo na luta que é de todos os povos.

De iniciativa do Conselho Português para a Paz e Cooperação, o lançamento deste movimento de opinião visa prevenir, enquanto é tempo, o novo e sério perigo, para a Independência e sobrevivência de Portugal, de instalação, estacionamento ou passagem de armas nucleares em território e águas territoriais portuguesas.

A adesão à iniciativa de numerosas personalidades da nossa vida política, sindical e cultural testemunha a sua grande repercussão e o quanto ela responde, de facto, aos anseios do povo português.

RDA, o socialismo vai bem

O rendimento nacional da República Democrática Alemã (RDA) cresceu 4,2 por cento em 1980 em relação ao ano precedente, a produção industrial de mercadorias aumentou 4,7 por cento, dos quais 5,4 por cento na indústria, e a produtividade do trabalho na indústria 5,1 por cento.

1980 foi um ano de grande esforço de todo o povo da

RDA — no âmbito da maior iniciativa da História do país, em honra do 10.º Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA), a realizar em Abril de 1981. Assim, no decurso do ano passado foi realizado o maior rendimento alguma vez alcançado pela economia do país, e na indústria foi ultrapassado o plano anual.

No que respeita à constru-

ção, foi realizado o maior programa anual, 169 223 apartamentos novos e modernizados. Os rendimentos da população aumentaram 3,3 por cento atingindo a soma de 121,3 biliões de marcos. No que respeita ao comércio de retalho, que reflecte o crescente poder de compra da população, registou-se um aumento de 4,3 por cento.

Golpe de inspiração fascista derrotado em Espanha

A hipótese de um retorno do fascismo em Espanha gorou-se de imediato. Por falta de apelos anteriormente garantidos? Por erro de cálculo? Perguntas para que não se tem, pelo menos por agora, resposta. Entretanto, a tensão vivida nestes dois dias sou como um alerta. O fascismo está vivo em Espanha. E se foi praticamente unânime a condenação dos golpistas, não há dúvida de que a sua capacidade de manobra, e em postos chave, não é ocasional.

O filme dos acontecimentos é conhecido. As cinco e vinte (hora de Lisboa) de segunda-feira, uma força da Guarda Civil de duzentos homens, comandada pelo tenente-coronel António Tejero Molina, entra no Parlamento, ordenando aos deputados — «todos para o chão, silêncio», e mantendo-os em sequestro até se constatar o completo falhanço do golpe e a consequente rendição dos seus executantes. Entretanto o general Milans del Bosch, segundo alguns o cabeça deste golpe da extrema-direita, proclamara inconstitucionalmente o estado da excepção na região militar de Valência. Face à evidente falta de apoio concreto à tentativa de golpe, é levantado o estado de excepção e mandados recolher as tropas aos quartéis de Valência. Após reunião com o rei, altos comandos das Forças Armadas entram no edifício das cortes negociando a rendição dos golpistas.

Aparentemente tudo terminou, sem mais consequências. Os golpistas não passariam de um punhado de saudosistas do fascismo, lançados numa acção suicida. Todos os partidos e forças políticas, a imprensa, as organizações sindicais, repudiaram o golpe. Unanimidade

no repúdio do fascismo? Unanimidade na defesa de algumas conquistas democráticas? Seria uma conclusão perigosamente simplista.

Há que salientar aqui algumas questões essenciais: • Quem são os golpistas? Milans del Bosch combateu ao lado de Franco na Guerra Civil de Espanha, em 1936-39, tendo sido mais tarde comandante de infantaria na Divisão Azul, que Franco enviou para a Alemanha nazi para combater contra a União Soviética, na Segunda Guerra Mundial.

O tenente-coronel António Tejero Molina encabeçou activamente o projecto de golpe conhecido por «Operação Galáxia», planeado para a noite de 16 para 17 de Novembro de 1978, operação que visava o assalto ao Palácio de Moncloa e a constituição de um governo da «salvação nacional», de extrema-direita. Por esse facto foi condenado a sete meses de prisão... e actualmente ocupava o referido posto de tenente-coronel.

Em síntese: os cabecilhas do golpe, apesar das suas opções e de uma prática claramente fascista, mantinham-se em postos importantes no seio do Exército.

• Tem-se vindo a assistir, de remodelação em remodelação, a uma progressiva acentuação do carácter de direita dos governos e do regime vigente em Espanha, apesar das leis democráticas conquistadas pela luta do povo espanhol após a morte do ditador Franco. Mais, o aparelho de Estado legado pelo fascismo mantém-se

praticamente intacto. O que naturalmente não pode deixar de favorecer e facilitar enormemente a acção da extrema-direita, sempre que se alimentam temores de que uma mais clara expressão da vontade popular possa pôr em causa a realidade actual a nível de poder.

• A aparente unanimidade na

condenação ao golpe reflecte também o repúdio popular do fascismo, o não ao fascismo do povo espanhol, que junto ao Parlamento ainda ocupado pela Guarda Civil se expressou no slogan «O povo unido jamais será vencido!», e nos apelos conjuntos das centrais sindicais «Comisiones Obreras» e UGT a uma greve simbólica de

repúdio pela tentativa de golpe. Num país que visivelmente — a nível de poder político — caminha para a direita, só a determinação e a unidade das massas trabalhadoras poderá fazer frente à ameaça — que permanece, embora agora derrotada — do fascismo. E o povo espanhol saberá chegar à vitória.

Profunda confiança do PCP no prosseguimento vitorioso da democratização em Espanha

1. A acção golpista de inspiração fascista ontem desencadeada em Espanha provocou compreensivelmente sérias preocupações e viva indignação nos democratas portugueses e na opinião pública nacional.

O PCP condena firmemente aquela tentativa de golpe claramente apostada em fazer retroceder o processo político em Espanha e liquidar as liberdades democráticas e direitos conquistados pelos trabalhadores e pelos povos do país vizinho. 2. Constitui desde já fundado motivo de regozijo para todos os portugueses de sentimentos democráticos que a tentativa de golpe reaccionário no país vizinho tenha fracassado e que nesta grave emergência da vida política espanhola tenham prevalecido as posições favoráveis ao prosseguimento do processo democrático.

3. Em resultado da forma como se efectuou em Espanha a passagem da ditadura franquista para uma situação democrática, com todas as suas limitações, é previsível que sobre a evolução da situação naquele país continuem proximamente a pesar sérias dificuldades e perigos.

Os comunistas portugueses reafirmando a sua inteira solidariedade com a classe operária, os trabalhadores, os comunistas e as forças democráticas de Espanha, exprimem ao

mesmo tempo a sua profunda confiança de que com a sua unidade assegurarão o prosseguimento e desenvolvimento vitorioso do processo de democratização em Espanha, em correspondência com os interesses, a vontade e as aspirações dos povos do país vizinho.

4. Os recentes acontecimentos registados em Espanha colocam em evidência a experiência amplamente comprovada na vida portuguesa de que a democracia só se pode construir e consolidar com os democratas e não com os inimigos da liberdade e da democracia.

Ao mesmo tempo, tais acontecimentos não podem deixar de constituir um motivo adicional para que os portugueses continuem a dar a mais alta importância à necessidade de assegurar de forma adequada, para hoje e amanhã o compromisso das Forças Armadas com o regime democrático e Constitucional português, em fidelidade aos ideais libertadores do 25 de Abril e ao papel histórico que os militares patriotas desempenharam no derubamento da ditadura fascista em Portugal.

24/2/1981

O Secretariado do Comité Central do PCP



Franco caiu. Pertence ao passado. Mas, em Espanha também, há quem, à revelia da vontade popular, pretenda recuperar as imagens (e não só) desse passado

60 anos de vida e luta em exposição (de 3 a 20 de Maio) num «novo» Pavilhão dos Desportos

“A realização de uma grande exposição sobre os 60 anos de vida e luta do Partido”, a integrar nas iniciativas comemorativas do aniversário do PCP, foi uma das decisões saídas da reunião do Comité Central do passado dia 17 de Janeiro.

Um pouco mais de um mês volvido sobre essa data, como vão os trabalhos preparatórios da exposição? Que ideias, projectos e trabalho realizado já há? Foi isto e outras coisas que o «Avante!» procurou saber, junto dos camaradas que integram a comissão encarregue de concretizar a iniciativa.

Desde já podemos anunciar: a exposição estará patente no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, entre os dias 3 e 20 de Maio. Um Pavilhão dos Desportos que a imaginação, a criatividade e o trabalho dos comunistas e amigos do Partido irão transformar numa sala completamente diferente!

“A exposição não será propriamente uma história do Partido apresentada cronologicamente, desde o princípio até à actualidade”

— começaram por sublinhar os camaradas. “A ideia é criar grandes espaços, dedicados a outros tantos grandes temas e períodos,

apresentando a vida do Partido no contexto da vida nacional, de modo a dar aos factos um nexo inteligível, transmitindo toda a riqueza e significado da luta do nosso Povo e do nosso Partido durante estes sessenta anos.”

— Não se trata, portanto, digamos, de uma exposição virada para o interior do Partido?

— Não, de modo nenhum. Haverá uma referência permanente ao espaço histórico e à realidade concreta em que o Partido tem actuado. Assim, por exemplo, ao falar-se da fundação do PCP, falar-se-á inevitavelmente, recuando um pouco no tempo, do aparecimento da classe operária portuguesa, do seu papel crescente na vida nacional. Avançando nos anos, haverá depois uma caracterização do fascismo assim como das raízes do anticomunismo. Dentro desta ideia, definir-se-ão também os principais traços da situação económica e social nos últimos anos, de modo a enquadrar devidamente o que tem sido a actuação do Partido depois do 25 de Abril.

— Isso quer dizer que a exposição dará também um lugar ao que se passou depois do 25 de Abril?

— Sem dúvida que sim, e até um lugar muito importante, digamos mesmo de primeiro plano. O esforço, a dedicação, a luta e o heroísmo posteriores a essa data inesquecível, sendo diferentes, não são menores nem menos importantes do que no tempo da clandestinidade. Por outro lado, não poderá ser esquecido o contributo dos comunistas para a própria Revolução e, posteriormente, para a consolidação e defesa da democracia. A exposição ilustrará tudo isso, mas também algo mais. Porque

se é certo que o PCP foi a única força política permanente nos últimos sessenta anos da vida portuguesa, não é menos certo que esse próprio facto faz recair sobre o Partido — e nós não as engelamos — grandes responsabilidades quanto ao presente e quanto ao futuro. Cremos que todos estes aspectos são dignos de valorização, e será esta ideia geral que procuraremos transmitir ao visitante.

A comissão organizadora funciona no Centro de Trabalho da Rua António Serpa, nesse velho edifício ele próprio também já fazendo parte do património da vida do PCP. Aurélio Santos, Fernando Vicente, Manuel Gusmão, Rogério Ribeiro, António Pedro, Paulo Coutinho e Olga Nunes, conversam com os repórteres do «Avante!» numa grande sala onde já se começa a viver o febril ambiente de trabalho prenunciador de mais uma

grande iniciativa de massas do nosso Partido.

Sobre uma mesa, uma maqueta em cartão branco do Pavilhão dos Desportos, já a denunciar que, em 3 de Maio, quando a exposição for

cuidades iniciais ao planeamento da exposição, desde logo pela necessidade que se impunha de ganhar o espaço “perdido” pelas imensas e superfluas bancadas. Mas esta dificul-

As características do recinto levantaram alguns problemas à planificação da exposição. Mas estas dificuldades iniciais acabaram por constituir um desafio à imaginação, permitindo ganhar novos planos e proporcionando uma nova arrumação do espaço e uma visualização do conjunto inédita. Só faltam dois meses para todos vermos como é.

inaugurada, o vasto recinto vai surgir aos visitantes numa perspectiva verdadeiramente inesperada. Mas, até lá, ainda vai ser preciso muito trabalho!

— Uma grande exposição no Pavilhão dos Desportos... Como vai ser isso?

— É evidente que as características do recinto colocaram algumas difi-

dade constituiu, no final de contas, um desafio à imaginação, e acabou por ter a vantagem de permitir ganhar novos planos, proporcionando uma nova arrumação do espaço e uma visualização do conjunto inédita. E a área útil de exposição vai acabar por ser de cerca de 1700 metros quadrados, isto é,

uma área muito maior do que a do ringue desportivo.

Mas as dificuldades não foram nem só estas. Com efeito, trata-se de uma exposição diferente, por exemplo, da que foi organizada o ano passado — e com notável êxito, diga-se de passagem — sobre o centenário de Camões. Estamos perante uma exposição sobre o passado, sem dúvida, mas também sobre o presente; e esse próprio passado — os protagonistas, os objectos, as imagens — permanece em grande parte ainda vivo. O tratamento expositivo terá, portanto, que ser adaptado ao conteúdo, o que implica não só soluções novas como também um intenso trabalho preparatório, que ainda prossegue.

— Uma equipa de camaradas está a recolher uma vasta documentação sobre vários momentos da vida do Partido e sobre a própria vida nacional destes últimos sessenta anos. Desde a busca nos arquivos à localização de edifícios, há como que um mundo novo que se nos revela, e que a documentação exposta irá testemunhar. A verdade é que

o trabalho para a preparação da exposição ultrapassa, de certo modo, a própria exposição, na medida em que o material recolhido possibilitará cimentar trabalhos futuros de maior fôlego, tapando alguns “buracos” que existem na história do fascismo e da resistência popular.

Pelo que vimos e ouvimos, não temos dúvidas em prever que, em Abril, o Pavilhão dos Desportos vai ser palco de um memorável acontecimento cultural, que em muito superará as fronteiras — cada vez mais largas — do nosso Partido. E nada nos surpreenderam as notícias que entretanto foram chegando à nossa Redacção informando da organização, em vários pontos do País, de excursões expressamente destinadas à visita do certame.

Aliás, o que aqui fica dito não é tudo sobre a exposição. Tanto mais que, conforme nos disseram os camaradas, “as ideias vão-se apurando, na sequência da discussão dos últimos documentos do Comité Central”. A medida que elas forem surgindo, aqui traremos novas revelações.

Todos podem (e devem) colaborar!

Para a devida planificação e concretização do que vai ser a grandiosa exposição, um intenso trabalho tem vindo e continuará a ser desenvolvido, implicando a participação de numerosos camaradas e amigos, nomeadamente especialistas em determinadas tarefas. Mas muitos mais serão ainda precisos.

Por isso aqui deixamos um público apelo a desenhadores, maquetistas, gráficos e fotógrafos no sentido de que deem a sua colaboração, podendo para o efeito dirigir-se, a qualquer hora do dia, ao Centro de Trabalho da rua António Serpa.

Também se pede que informem telefonicamente os camaradas da organização todos os que entendam possuir ou ter conhecimento da existência de materiais susceptíveis de enriquecer a exposição, tanto no que se refere ao período de antes como ao post-25 de Abril, relativos à vida do Partido ou a outros aspectos da vida nacional: fotos, notícias de jornais, documentos, imprensa clandestina, tarjetas, manifestos, postais, objectos ligados a acontecimentos da vida nacional (panos, cartazes, bandeiras), incluindo aspectos da vida prisional, etc., etc.

Com a colaboração e a participação de todos, vamos erguer uma inesquecível mostra viva dos 60 anos da vida do Partido!

OS ÚLTIMOS ANOS DO FASCISMO

As consequências da queda do fascismo em Espanha e Portugal, a sua influência na vida política e social dos países vizinhos, a sua influência na vida política e social dos países vizinhos, a sua influência na vida política e social dos países vizinhos...

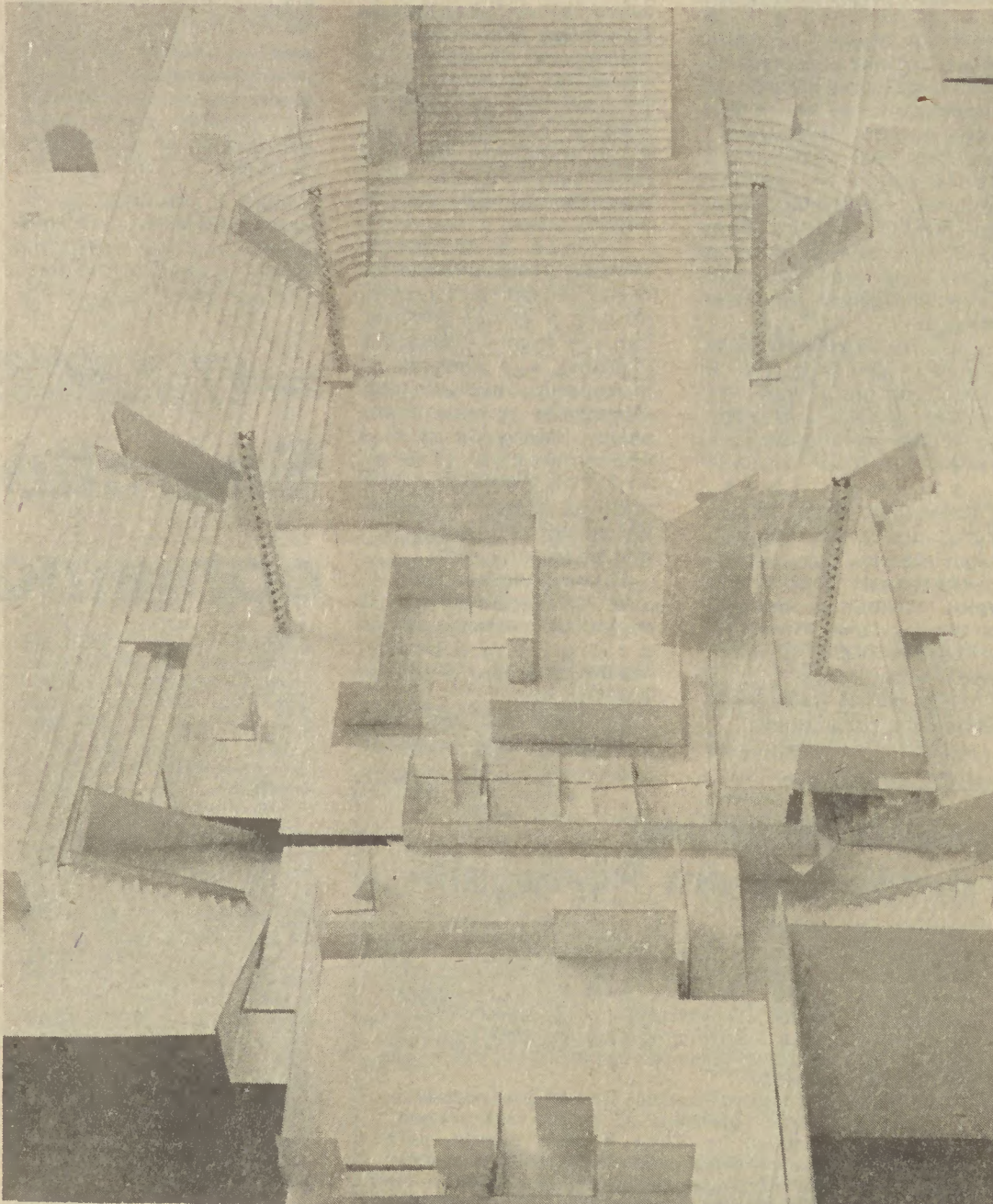


O 60.º aniversário nos Centros de Trabalho

Está já a ser distribuída pelos Centros de Trabalho do Partido uma pequena exposição impressa sobre o aniversário do PCP, integrada nas comemorações que se prolongarão pelos próximos meses.

A exposição compõe-se de dezasseis painéis, com as dimensões de 61x43 centímetros cada um, contendo uma cronologia da história do PCP e importante documentação (fotos, recortes de jornais, imprensa clandestina, etc.).

Trata-se de um material do maior interesse, que juntamente com outras iniciativas a promover pelos camaradas localmente, contribuirá para que em cada Centro de Trabalho os amigos do Partido, assim como as populações em geral, possam tomar conhecimento mais concreto do que verdadeiramente significam estes sessenta anos de vida e de luta em defesa dos interesses populares e dos interesses nacionais.



Um Pavilhão dos Desportos diferente. A maqueta de cartão ainda não está completa — a pouco e pouco os espaços vazios irão ganhando conteúdo e cor, até que tudo esteje em condições para passar do «atelier» ao terreno